

Relatório de **Sustentabilidade**

2024 / 2025

INVESTIMOS NO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE
POR UM FUTURO MAIS SUSTENTÁVEL



Distinga-se!



Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	5	6.COMPROMISSO COM O AMBIENTE	33
SOBRE ESTE RELATÓRIO	7	6.1. Alterações Climáticas	35
NÚMEROS-CHAVE 2024-2025	9	6.2. Impacto Ecológico das Operações	37
MARCOS E DISTINÇÕES	11	7. COMPROMISSO COM AS PESSOAS	40
1. UMA REFERÊNCIA PARA OS SEGMENTOS EMPRESARIAL E INSTITUCIONAL	14	7.1. Gestão de Recursos Humanos	43
1.1.Criar valor para a sociedade cabo-verdiana	15	7.2. Diversidade, Equidade e Inclusão	49
1.2.Governança e estrutura societária	17	7.3 Apoio à Comunidade	52
2.UMA OFERTA INOVADORA FOCADA NA ACESSIBILIDADE E NA DIGITALIZAÇÃO	19	7.4 Gestão de Fornecedores	55
2.1.Produtos e serviços	20	7.5 Relação com o Cliente	57
2.2.Rede de distribuição: uma condição de proximidade	22	8.COMPROMISSO COM A INTEGRIDADE E A CONFIANÇA	59
3.UMA ARTICULAÇÃO ESTRATÉGICA COM O ECOSSISTEMA	23	8.1 Governo Corporativo	61
3.1.Relações de confiança, diálogo e corresponsabilidade	25	8.2 Ética, conduta e compliance	65
4.PRIORIDADES PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL	26	8.3 Gestão do risco	70
5.POTENCIAR A SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA NOSSA ATUAÇÃO	29	8.4 Privacidade e proteção de informação	72
5.1.Financiamento e Investimento Sustentável	30	8.5 Transformação digital e inovação	76
		9. CONSTRUIR UM FUTURO SUSTENTÁVEL	78
		ANEXOS	80

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

É com um profundo sentido de responsabilidade e uma convicção firme no futuro que apresentamos o Relatório de Sustentabilidade do Banco Interatlântico relativo a 2024 e 2025.

Vivemos um tempo de transformação, em que os desafios ambientais, sociais e económicos exigem respostas firmes, visão estratégica e uma capacidade contínua de adaptação. Neste contexto, estamos convictos de que o setor financeiro tem um papel determinante, não apenas na criação de valor económico, mas também na construção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável para Cabo Verde.

No Banco Interatlântico, assumimos esse compromisso com ambição. Ao longo deste período, demos passos concretos para integrar a sustentabilidade no coração do nosso modelo de negócio – não como um elemento acessório, mas como um princípio orientador das nossas decisões, das nossas operações e da nossa relação com a sociedade.

Os resultados alcançados refletem este caminho. Reduzimos de forma significativa o nosso impacto ambiental e demos passos firmes na transição para uma economia de baixo carbono, reforçando o nosso contributo para a resiliência climática do país. Ao mesmo tempo, afirmámos o nosso papel como parceiro da economia, apoiando famílias, empresas e projetos que promovem um desenvolvimento mais sustentável.

Acreditamos, acima de tudo, que a sustentabilidade começa nas pessoas. São as nossas equipas que constroem relações de confiança com os clientes e que dão vida à nossa visão de futuro. Por isso, continuámos a investir no seu desenvolvimento, no seu bem-estar e na construção de uma cultura organizacional inclusiva, ética e orientada para o crescimento.

Na comunidade, reforçámos a nossa presença ativa, apoiando iniciativas sociais, promovendo a inclusão financeira e contribuindo para o desenvolvimento local. Este compromisso reflete a nossa visão de um crescimento partilhado, em que a prosperidade económica caminha lado a lado com o progresso social.

Paralelamente, reforçámos a nossa atuação responsável através da consolidação de práticas de boa governação, ética e transparência,

assegurando que o nosso crescimento se sustenta na confiança dos nossos stakeholders e no rigor das nossas decisões.

O futuro que ambicionamos exige inovação, coragem e um compromisso renovado. Continuaremos, por isso, a investir na transformação digital, na melhoria da experiência do cliente e no desenvolvimento de soluções que tornem o sistema financeiro mais acessível, eficiente e inclusivo.

Temos consciência de que o caminho da sustentabilidade é contínuo e exigente. Mas temos também a convicção de que estamos no rumo certo. Com a força das nossas equipas, a confiança dos nossos clientes e parceiros, e o apoio do Grupo Caixa Geral de Depósitos, encaramos o futuro com determinação, certos de que podemos contribuir para um Cabo Verde mais próspero, mais resiliente e mais sustentável.

A todos os que fazem parte deste percurso, deixo uma palavra de reconhecimento e gratidão.

É juntos que construímos confiança. E é juntos que construiremos o futuro.

Presidente da Comissão Executiva
Pedro Gomes Soares

SOBRE ESTE RELATÓRIO



O Relatório de Sustentabilidade 2024–2025 do Banco Interatlântico (BI), referente ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, adota um enquadramento bianual, permitindo uma visão mais consolidada do desempenho, das práticas e da evolução do Banco em matéria de sustentabilidade ao longo do período considerado.

Elaborado sob uma nova ambição, o presente relatório visa reforçar o compromisso do Banco Interatlântico com a sustentabilidade e a transparência, em alinhamento com as orientações estratégicas do seu acionista, a Caixa Geral de Depósitos (CGD). Este exercício marca uma nova etapa na integração da sustentabilidade na gestão do Banco, reforçando o seu papel como agente responsável no contexto económico e social cabo-verdiano.

O relatório é elaborado seguindo as orientações da Diretiva Europeia de Reporte de Sustentabilidade (CSRD), através da aplicação dos *European Sustainability Reporting Standards (ESRS)*. Tratando-se do primeiro exercício do Banco Interatlântico neste enquadramento normativo, a abordagem adotada é de alinhamento progressivo, acompanhando as evoluções regulamentares relevantes para o contexto da instituição. O Banco assume o compromisso de reforçar, de forma gradual e contínua, o seu nível de conformidade nos próximos ciclos de reporte.

Sempre que pertinente e quando a informação se encontra disponível, são apresentados dados relativos a 2023 com o objetivo de permitir a análise da evolução dos principais indicadores e tendências. O ano de 2023 é, assim, utilizado como referência histórica e comparativa, não integrando formalmente o âmbito temporal do período de reporte, centrado nos anos de 2024 e 2025.

O documento encontra-se estruturado em quatro partes principais. A primeira parte é dedicada ao enquadramento, incluindo a mensagem institucional e informação geral sobre o Relatório. A segunda parte centra-se na apresentação e no posicionamento do Banco, destacando a sua visão e valores, o modelo de governança e a oferta de produtos e serviços, bem como o envolvimento com as partes interessadas e o processo de definição das prioridades de sustentabilidade. A terceira parte apresenta o desempenho do Banco nas dimensões ESG (Ambientais, Sociais e de *Governance*), em

linha com as orientações da CSRD e com base na análise de materialidade previamente apresentada. **Por fim, a quarta parte projeta a visão de futuro, onde o Banco partilha os principais desafios e os objetivos que orientarão a sua atuação nos próximos anos.**

Ao longo do documento, o Banco Interatlântico poderá ser referido de forma abreviada como “Banco” ou “BI”. O acionista Caixa Geral de Depósitos, será designado como “Grupo CGD” ou “CGD”.

O Banco Interatlântico valoriza o diálogo aberto e transparente com todas as partes interessadas. Caso tenha comentários, sugestões ou dúvidas relativamente ao presente Relatório de Sustentabilidade, convidamo-lo a entrar em contacto connosco através de (+238) 260 36 92 e 260 25 46, ou através do email: bi@bi.cv. O seu contributo é essencial para continuarmos a melhorar as nossas práticas e reforçar o compromisso com uma atuação responsável, sustentável e alinhada com as necessidades da sociedade cabo-verdiana.

NÚMEROS-CHAVE

2024-2025



Mercado



Credito

2025
21.128.573 m CVE

2024
19.435.649 m CVE

2023
17.636.246 m CVE

Clientes



2025
39.614
+14,9% vs 2024

2024
35.572

Balcoes

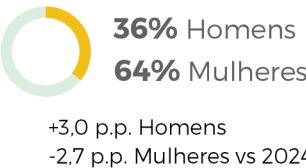
2024 e 2025: 9 Balcões
e **2** Gabinetes (de
Empresas e Gabinete
de Particulares)

Colaboradores

2025
175
+1,7% vs 2024

2024
172
+8,9% vs 2023'

Genero



Mulheres em cargos superiores (direção/gestão)

8
(=2024)

Horas de formação

2025: 5.334 h
-23,5% vs 2024

2024: 6.976 h
(+30% vs 2023

Investimentos na comunidade



2025
2.326.071 CVE
-63,5% vs 2024

2024
6.371.961 CVE
+218% vs 2023

Consumo de recursos e emissões



Energia

2025
364 MWh
de energia consumida
-40,5% vs 2024

2024
612 MWh
de energia consumida
-31,4% vs 2023



Emissões

2025
244 tCO₂e
de emissões totais
âmbito 1+2 loca-
tion based
-11% vs 2024

2024
275 tCO₂e
de emissões totais
âmbito 1+2 loca-
tion based
-30% vs 2023

MARCOS E DISTINÇÕES



COMPROMISSO COM O AMBIENTE

Aprovação do guia de implementação do **Plano de Transição para a Neutralidade Carbónica** e dos objetivos de redução de emissões de gases de efeito estufa para o Banco Interatlântico.



Manutenção do **parque fotovoltaico** instalado na sede, promovendo a eficiência energética.



Substituição gradual da **frota** automóvel por **viaturas elétricas**.



Adoção de um **Sistema de Gestão Ambiental**.



Apoio à **transição energética** através do financiamento de veículos elétricos em condições preferenciais, alinhando-se com iniciativas nacionais como o ProMEC.



COMPROMISSO COM AS PESSOAS



Revisão da **Política de Pessoal**, com a integração de novos benefícios para os colaboradores, implementada em 2025.



Redefinição do **Modelo de desenvolvimento de carreira**.



Lançamento de uma **linha de microcrédito** em parceria com a Progarante, com forte impacto no empreendedorismo e no empoderamento feminino.



COMPROMISSO COM A INTEGRIDADE E A CONFIANÇA



Atualização do **Código de Conduta** de forma a alinhar os valores e a missão do BI com os do Grupo CGD.



Introdução do **mecanismo de aceitação expressa** do Código de Conduta.



Início de integração de **fatores ESG** no *Risk Appetite Statement (RAS)*.



PARTICIPAÇÕES

Realização da 1ª **Conferência de Sustentabilidade** no dia 19 de julho de 2024, no âmbito das comemorações dos **25 anos do BI**, com o objetivo de partilhar as iniciativas desenvolvidas no domínio ESG, contando com a participação e presença do Grupo CGD, do Banco Central de Cabo Verde e do Governo cabo-verdiano.

Em 2025, o Banco Interatlântico reforçou o seu compromisso com os princípios ESG, destacando-se a realização da 2ª Conferência ESG, consolidando o seu papel como referência na promoção da sustentabilidade em Cabo Verde. Promoveu igualmente seminários nas cidades da Praia e do Mindelo, sensibilizando o setor empresarial para a integração de práticas sustentáveis.

No âmbito social, destacou-se o lançamento de uma linha de microcrédito em parceria com a Progarante, com forte impacto no empreendedorismo e no empoderamento feminino.

Ao nível estratégico, integrou a sustentabilidade como pilar no Plano Estratégico 2025-2028 e reforçou a formação interna em ESG.

No domínio ambiental, implementou medidas concretas como a instalação de painéis solares, a eletrificação da frota e a redução do consumo de papel, além da adoção de um Sistema de Gestão Ambiental.

Adicionalmente, apoiou a transição energética através do financiamento de veículos elétricos em condições preferenciais, alinhando-se com iniciativas nacionais como o ProMEC.



DISTINÇÕES



Banco do Ano 2024 e Banco do Ano 2025

Pela revista *The Banker*



THE BANKER



BANK OF THE YEAR 2025

CAPE VERDE



“Best Banks 2025”
pela *Global Finance*



“Best Bank for Auto Loans Cape Verde 2024”



“Best Corporate Sustainability Strategy Cape Verde”, em 2024 e 2025



“Best Digital Bank Cape Verde”, em 2024 e 2025



“Best Green Bank Cabo Verde”, em 2024 e 2025
pela *Global Banking & Finance Review*

1.

UMA REFERÊNCIA PARA OS SEGMENTOS EMPRESARIAL E INSTITUCIONAL

1.1. Criar Valor para a Sociedade Cabo-verdiana



MISSÃO

A missão do Banco Interatlântico é a criação de valor para a sociedade cabo-verdiana, através da prestação de serviços bancários de elevada qualidade a particulares e empresas. Compromete-se a contribuir para a melhoria do bem-estar das famílias e para o fortalecimento do tecido empresarial nacional, assegurando simultaneamente uma rentabilidade adequada para os seus acionistas.



VISÃO

Fiel ao seu propósito de criação de valor para a sociedade cabo-verdiana, o Banco posiciona-se como um agente ativo na modernização do setor financeiro, impulsionando o desenvolvimento económico e a inclusão financeira. Almeja consolidar a sua liderança através de uma atuação responsável, inovadora e digitalmente transformadora.



A atividade do Banco Interatlântico e a conduta dos seus trabalhadores são orientadas pelos seguintes valores fundamentais:

- **Confiança:** Garante a segurança dos depósitos e promove relações de longo prazo com os clientes, através de um serviço de elevada qualidade e de soluções ajustadas ao perfil de risco de cada cliente.
- **Rendibilidade:** Assegura uma remuneração adequada do capital próprio, com base num modelo de negócio sustentável e numa gestão eficiente e rigorosa.
- **Transparência:** Atua de forma verdadeira, clara e objetiva, tanto na comunicação interna como externa.
- **Integridade:** Cumpre rigorosamente as disposições legais, regulamentares e contratuais, respeitando os princípios éticos e as normas de conduta em vigor.
- **Profissionalismo:** Presta um serviço de excelência com competência técnica, rigor e diligência, valorizando a relação com todos os stakeholders.

- **Proximidade:** Mantém uma rede de agências em todo o território nacional, complementada por canais digitais modernos que asseguram uma experiência acessível e eficaz.
- **Responsabilidade:** Assume compromissos com os clientes, investidores e a sociedade, participando ativamente em iniciativas de responsabilidade social, sustentabilidade e literacia financeira.
- **Cultura de risco e rigor:** Promove a adoção das melhores práticas na gestão de risco, reforçando a confiança dos clientes, do mercado e dos acionistas.
- **Inovação:** Investe no progresso tecnológico e na digitalização, procurando liderar a banca digital em Cabo Verde através de soluções modernas e multicanais, ajustadas às necessidades e preferências dos seus clientes.



1.2. Governança e Estrutura Societária

Estrutura de capital

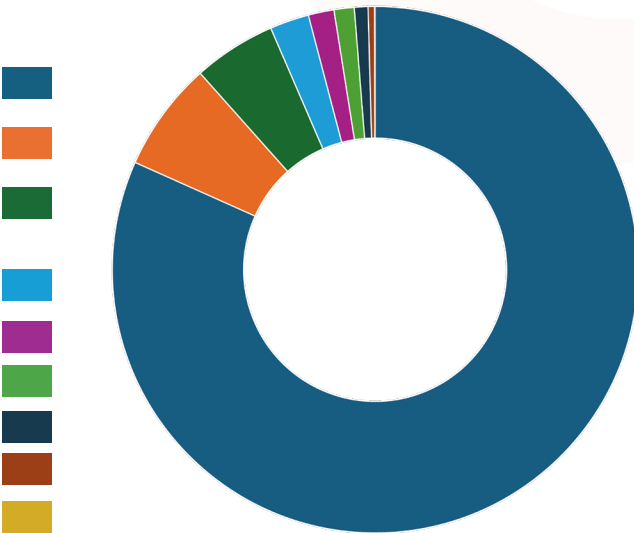
O Banco Interatlântico é uma sociedade anónima de direito cabo-verdiano, com um capital social de 1.000.000.000 CVE, distribuído por 100.000 ações com o valor nominal de 10.000 CVE cada.

A sua estrutura acionista é caracterizada por uma participação maioritária da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), que detém 81,69% do capital social,

refletindo a forte ligação do Banco ao sistema financeiro português. Os restantes 18,31% pertencem a um conjunto de acionistas cabo-verdianos, entre empresas e particulares de referência no contexto económico e empresarial nacional.

A tabela seguinte apresenta a composição detalhada do capital social do Banco Interatlântico, por acionista:

Nome do Acionista	Nº de Ações	CVE	% de Capital e de Direitos de Voto
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	81.687	816.870.000	81,69%
Adega S.A.R.L.	6.732	67.320.000	6,73%
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5.089	50.890.000	5,09%
Pedro José Sapinho Rodrigues Pires	2.406	24.060.000	2,41%
David Hopffer Almada	1.580	15.800.000	1,58%
Teresa Jesus Teixeira B. Amado	1.240	12.400.000	1,24%
Francisco Barbosa Amado	839	8.390.000	0,84%
Mário Jorge Menezes	387	3.870.000	0,39%
Racan, Lda	40	400.000	0,04%
	100.000	1.000.000.000	100%





Modelo de governo

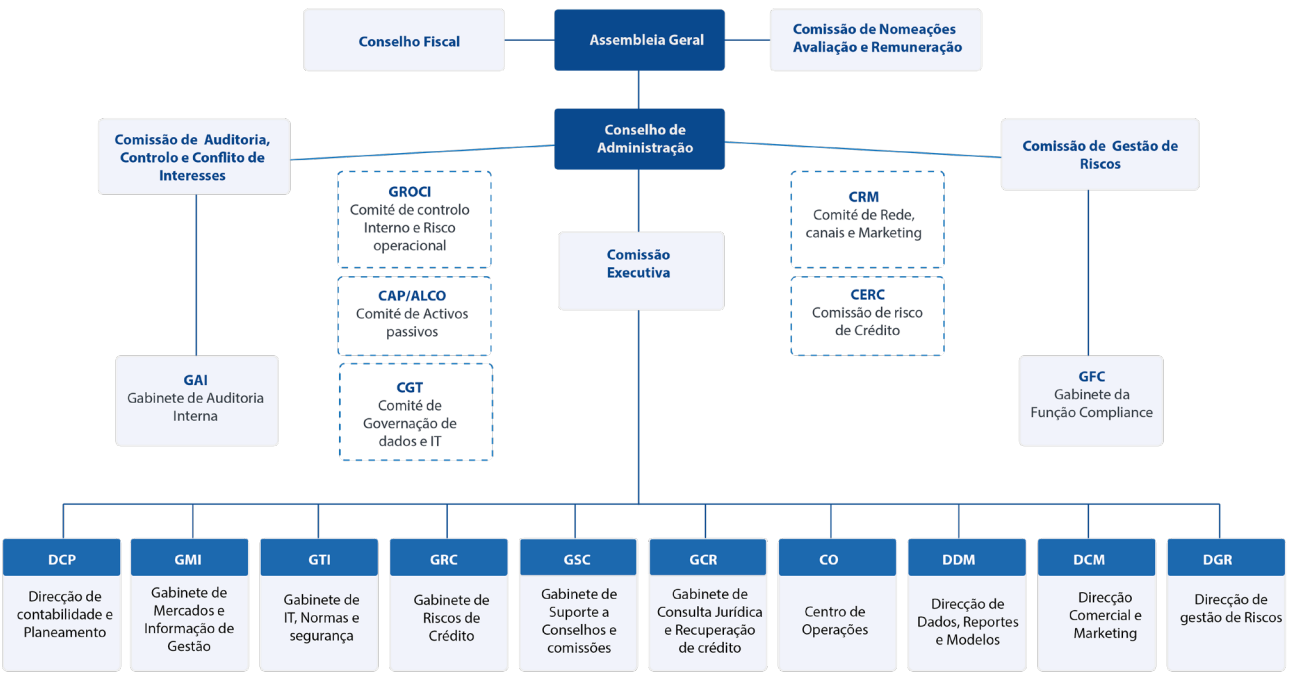
O modelo de governo do Banco Interatlântico, S.A. é composto por três órgãos sociais principais: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade. Os membros dos órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral por um período de três anos, sendo permitida a respetiva reeleição por um ou mais mandatos.

A atividade dos órgãos sociais assenta numa estrutura que promove a separação de funções entre gestão, supervisão e controlo, assegurando o equilíbrio entre poderes e a eficácia na tomada de decisões.

O modelo de governo corporativo do BI evidencia a articulação entre os diferentes órgãos sociais e as estruturas de apoio à gestão, fiscalização e controlo. A estrutura reflete a delegação de competências na Comissão Executiva, bem como a existência de comissões e comités especializados que apoiam a tomada de decisão e asseguram o cumprimento das normas legais e regulamentares. Este modelo reforça, igualmente, os princípios de transparência, segregação de funções e adequada gestão de riscos, contribuindo para a solidez, eficiência e sustentabilidade da organização.

Em novembro de 2024, o Conselho de Administração do Banco Interatlântico aprovou alterações ao organograma institucional, mantendo-se esse modelo em vigor à data da elaboração do presente relatório. Esta estrutura permite ao BI manter uma governação sólida, transparente e alinhada com as exigências regulatórias, garantindo a supervisão eficaz dos riscos, o controlo interno robusto e a gestão responsável dos recursos.



2.

UMA OFERTA INOVADORA FOCADA NA ACESSIBILIDADE E NA DIGITALIZAÇÃO



2.1. Produtos e Serviços

O Banco Interatlântico tem vindo a reforçar de forma contínua a sua oferta de produtos e serviços, com especial enfoque na acessibilidade, digitalização e adequação às necessidades de diferentes perfis de clientes. A sua atuação centra-se na valorização da experiência bancária em Cabo Verde, assegurando aos seus clientes o acesso a soluções financeiras diversificadas e de qualidade, com destaque para a captação de poupança e a concessão de crédito de médio e longo prazo.

A estratégia assenta em três vetores fundamentais que estruturam a evolução da oferta:



Crescer

O Banco procura expandir a sua presença no mercado e reforçar a rentabilidade de forma sustentável, através do crescimento da carteira de créditos e do reforço da captação de depósitos. A aposta na diversificação de segmentos incluindo particulares, microempresas, PME (pequenas e médias empresas) empresas, está associada à criação de pacotes personalizados e ao alargamento do leque de soluções financeiras. A consolidação do posicionamento nos segmentos de crédito ao consumo e à habitação mantém-se como prioridade, assim como o foco em soluções dirigidas à diáspora e aos pequenos negócios, refletindo uma orientação estratégica clara para o crescimento sustentável.



Inovar

O vetor da inovação está centrado na modernização dos canais de distribuição, na digitalização dos serviços e na melhoria da experiência do cliente. Destaca-se o desenvolvimento contínuo da aplicação móvel e a evolução da plataforma Bin@-Net (*Internet Banking*), com reforço da digitalização dos canais de atendimento e simplificação dos processos internos, promovendo maior eficiência e conveniência. Esta inovação tem também uma forte componente de inclusão digital, com o objetivo de tornar os serviços financeiros mais acessíveis, convenientes e alinhados com as preferências dos utilizadores.



Consolidar

Consolidar significa reforçar a sustentabilidade do modelo de negócio e a resiliência interna do Banco. Neste âmbito, destaca-se a integração sistemática de critérios ESG na concessão de crédito, incluindo o apoio a projetos sustentáveis, como sistemas de energia solar, contribuindo para uma atuação mais responsável. Paralelamente, o Banco tem vindo a fortalecer a gestão do risco, a investir no desenvolvimento e qualificação das equipas e a modernizar os pontos de atendimento, assegurando elevados padrões de qualidade, rigor e eficiência operacional.



Assim, é disponibilizada uma oferta ampla e segmentada de produtos e serviços financeiros, dirigidos a clientes particulares, empresas, setor público e diáspora cabo-verdiana:

- **Produtos de depósito e poupança**, como contas à ordem, contas poupança e depósitos a prazo;
- **Créditos ao consumo, automóvel e habitação**, ajustados às diferentes necessidades dos clientes;
- **Financiamento empresarial e garantias bancárias**, orientados para o investimento, capital de giro e apoio à tesouraria;
- **Produtos com enfoque ESG**, como linhas de financiamento para a aquisição de painéis solares e soluções sustentáveis;
- **Pagamentos digitais, transferências e serviços de câmbio**, incluindo QR Codes, recargas automáticas e pagamentos instantâneos;
- **Produtos de seguros e investimento**, disponibilizados através de parcerias com entidades especializadas.

A oferta tradicional do Banco Interatlântico inclui os produtos financeiros comuns, dirigidos à generalidade dos clientes, tais como contas à ordem, depósitos a prazo, créditos pessoal, automóvel e à habitação, financiamento empresarial, garantias bancárias e serviços de câmbio e pagamentos. Estes produtos representam a base do portfólio comercial do Banco e sustentam a sua atuação diária junto dos diferentes segmentos. Complementando esta base, a oferta com enfoque ESG integra soluções pensadas para gerar impacto positivo e promover a sustentabilidade. Entre estas destacam-se as linhas de financiamento para aquisição de painéis solares e equipamentos de energia renovável, a integração de critérios ESG nos processos de análise e concessão de crédito, e os produtos orientados à diáspora e a pequenos negócios, que promovam a coesão económica e a inclusão social.

Quota de mercado

Em 2025, a quota de mercado do BI era de **12,32%** (+0,51% vs 2024) no crédito e **11,04%** (+0,07% vs 2024) nos depósitos.

Em 2024 a quota de mercado do BI era de **12,14%** (+0,57% vs 2023) no crédito e **10,97%** (+0,59% vs 2023) nos depósitos.



2.2. Rede de Distribuição: Uma Condição de Proximidade

A rede de distribuição do Banco Interatlântico constitui um pilar central da sua estratégia de proximidade e acessibilidade, refletindo o compromisso da instituição em assegurar uma cobertura geográfica eficaz e inclusiva. A presença territorial é orientada para garantir a disponibilidade de serviços financeiros nos principais centros urbanos e económicos de Cabo Verde.

Atualmente, o Banco dispõe de uma rede física composta por **nove agências e dois gabinetes** especializados (Gabinete de Particulares e Gabinete de Empresas), estando cinco dessas agências na ilha de Santiago, uma em São Vicente, duas no Sal e uma na ilha de Boa Vista. Esta rede permite uma resposta segmentada, com foco no atendimento a particulares, microempresas, PME e clientes *corporate*.

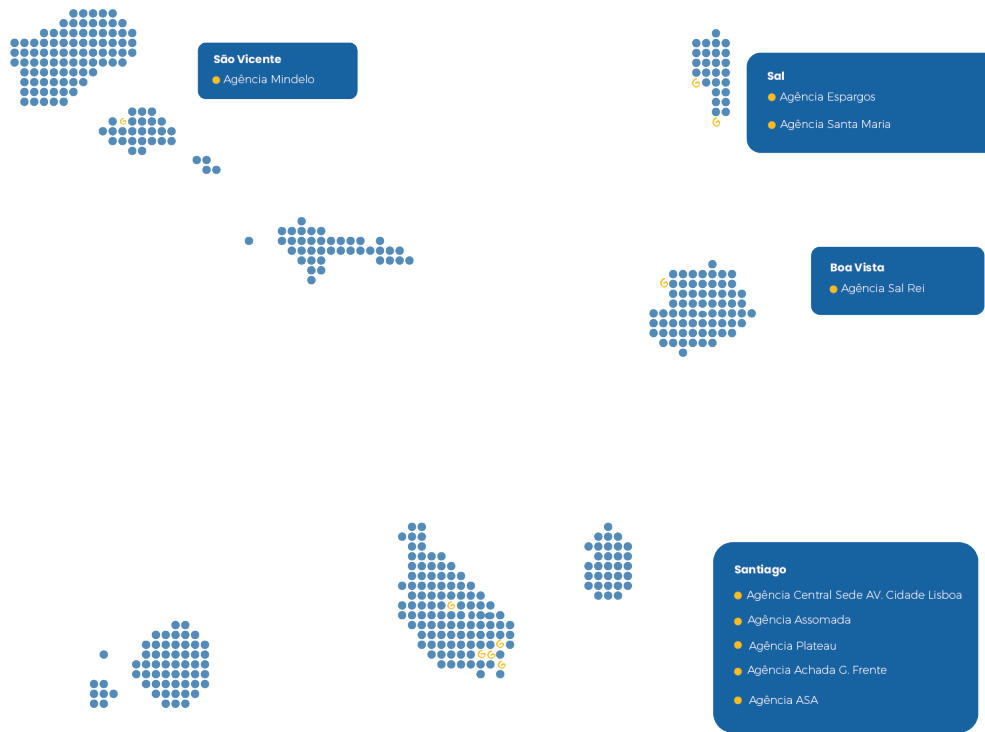
Clientes digitais ativos

2025: 23.103 (58,9% dos clientes totais) (+ 9,7% vs 2024)

2024: 21.064 (61,1% dos clientes totais) (+ 11% vs 2023)

O modelo de atendimento é diferenciado por segmentos: enquanto as agências oferecem um serviço presencial padronizado e focado no atendimento do cliente emigrante e do público em geral, os gabinetes de empresas e de particulares garantem um serviço personalizado para clientes corporate e clientes affluent, assegurando elevados padrões de qualidade e acompanhamento.

Complementando a presença física, o Banco tem apostado fortemente na inovação e transformação digital, visível no desenvolvimento de soluções como a disponibilização de canais digitais através do seu serviço de internet



banking, a aplicação móvel e os serviços de onboarding digital. Estes canais permitem realizar operações bancárias à distância, com conveniência e segurança. A migração progressiva das transações para os canais digitais tem contribuído para uma gestão mais eficiente dos recursos nas agências, permitindo um atendimento mais especializado. Ao mesmo tempo, esta estratégia reforça o compromisso do Banco com a inclusão financeira, ao ampliar o acesso a serviços essenciais para diferentes perfis de clientes, independentemente da sua localização.

No que diz respeito à infraestrutura tecnológica, é de destacar o facto de o BI manter uma das maiores redes de caixas automáticas (ATMs) do país, com cobertura nacional e suporte técnico avançado, incluindo comunicações móveis 3G para maior autonomia operacional.

3.

UMA ARTICULAÇÃO ESTRATÉGICA COM O ECOSSISTEMA



A criação de valor no Banco Interatlântico assenta numa articulação estratégica entre recursos, parceiros e processos internos que sustentam a resiliência e o impacto da sua atuação. Este modelo, reforçado pelo Plano Estratégico 2025-2028, ultrapassa a perspetiva tradicional de cadeia de valor ao incorporar uma visão integrada de sustentabilidade, refletida em todas as fases da atividade bancária.

A atuação do Banco desenvolve-se em dois eixos complementares:

1. Eixo operacional de geração de valor, que inclui:

- A captação de poupança e mobilização de recursos financeiros, assegurando a confiança dos clientes e a solidez do passivo conforme refletido na evolução da base de depósitos e no reforço das soluções de poupança;
- A concessão de crédito orientada para o setor produtivo, com destaque para segmentos como habitação, consumo e financiamento empresarial, contribuindo para o crescimento económico nacional;
- A disponibilização de canais digitais (Bin@Net, aplicação móvel, onboarding digital), que promovem inclusão financeira e maior eficiência operacional;
- A implementação de um sistema robusto de governance, compliance e gestão de risco, alinhado com os princípios definidos pelo Grupo CGD e os normativos do Banco de Cabo Verde;
- A monitorização do desempenho através de indicadores de rentabilidade, eficiência e impacto social e ambiental, garantindo a coerência entre a atuação do Banco e os objetivos definidos no seu Plano Estratégico.

2. Eixo estratégico de sustentabilidade e inovação, sustentado por:

- Apoio técnico e institucional do Grupo CGD, que aporta conhecimento especializado nas áreas de gestão de risco, digitalização e ESG;
- Colaboração com organizações não-governamentais, comunitárias e entidades públicas, nomeadamente em projetos de inclusão financeira, literacia e responsabilidade social;
- Investimento contínuo numa equipa técnica qualificada e numa cultura organizacional assente na ética, transparência e inovação;
- Infraestrutura tecnológica moderna e segura, que garante a escalabilidade dos serviços e a integridade dos dados dos clientes;
- Uma rede de fornecedores e prestadores de serviços sujeita ao Código de Conduta do BI, que incorpora cláusulas contratuais de integridade, prevenção de corrupção e respeito pelos direitos humanos.



Estas dimensões refletem a forma como o Banco Interatlântico gere os seus capitais (financeiro, humano, tecnológico e relacional), mobilizando-os para gerar valor de forma sustentável, junto dos seus stakeholders.

A cadeia de valor da instituição está, assim, intrinsecamente ligada ao seu compromisso com a sustentabilidade, sendo alinhada com os princípios ESG e com as políticas do Grupo CGD. Esta integração permite que as decisões, produtos e serviços reflitam boas práticas internacionais, reforçando o papel do Banco como agente de transformação económica e social em Cabo Verde.

3.1. Relações de Confiança, Diálogo e Corresponsabilidade

A solidez do Banco Interatlântico depende da qualidade e consistência das suas relações com as partes interessadas. Reconhecemos que os *stakeholders* internos e externos desempenham um papel determinante na geração de valor, contribuindo para a sustentabilidade do Banco e para a sua capacidade de gerar impactos positivos na economia e na sociedade.

O Banco promove, assim, um modelo baseado na confiança mútua, no diálogo contínuo e na corresponsabilidade, procurando assegurar que as diferentes perspetivas, expectativas e necessidades são consideradas nos seus processos de decisão. Este compromisso traduz-se na construção de relações de longo prazo, assentes na transparência, ética e proximidade, que reforçam a credibilidade e a reputação institucional.

Neste contexto, o Banco identifica um conjunto de *stakeholders* prioritários - internos e externos - cuja relação é considerada essencial para o desenvolvimento da sua atividade. Estes grupos refletem as dinâmicas centrais do negócio, a relevância regulatória e institucional e o impacto social que o Banco gera através das suas operações.

No quadro seguinte apresentam-se os principais *stakeholders* do Banco Interatlântico. Já os mecanismos de auscultação, interação e envolvimento

que sustentam estas relações são descritos em detalhe na secção “Envolvimento das partes interessadas”, no sub-capítulo “6. Compromisso com o ambiente”, capítulo “6. Compromisso com o ambiente” deste Relatório.



4.

PRIORIDADES PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL



Em 2024, o Banco Interatlântico participou no exercício de Avaliação de Dupla Materialidade conduzido pelo Grupo CGD, em alinhamento com as orientações da CSRD e as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS). Este processo teve como objetivo identificar os tópicos e subtópicos mais relevantes, considerando tanto a materialidade de impacto (efeitos da atividade no ambiente e na sociedade) como a materialidade financeira (efeitos externos sobre o desempenho financeiro da organização).

O processo decorreu entre abril e novembro de 2024 seguindo as diretrizes finais do EFRAG (*European Financial Reporting Advisory Group*). A primeira fase envolveu uma análise de *benchmarks* setoriais, *frameworks* internacionais, tais como ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), S&P *ESG Materiality Map*¹ e documentação interna, culminando numa lista preliminar de tópicos de sustentabilidade, potencialmente relevantes para o BI. Como resultado deste exercício, foram identificados 14 tópicos e 35 subtópicos, com base na lista de temas apresentados na ESRS 1 (AR16), complementados por temas específicos à realidade do Banco.

Posteriormente, foi realizada uma auscultação de *stakeholders*, envolvendo 213 intervenientes, incluindo clientes (71%), trabalhadores (26%), fornecedores (2%) e reguladores (1%). O objetivo da auscultação consistiu em recolher a perceção dos participantes, relativamente a impactos, riscos e oportunidades (IRO) relacionados com os tópicos identificados.

De seguida, foi realizado um exercício de avaliação dos IRO que contou com a participação dos principais departamentos e pontos focais das instituições do Grupo. O exercício consistiu na atribuição de pontuações a cada tópico e subtópico, considerando critérios de escala, âmbito, irremediabilidade, magnitude e probabilidade². Os resultados foram ponderados de acordo com a seguinte abordagem: para a materialidade de impacto definiu-se a ponderação de 20% para a auscultação de *stakeholders* externos e 80% para a avaliação interna; já para a materialidade financeira, a ponderação

definida foi de 100% para avaliação interna. Numa escala de 1 a 5, consideraram-se materiais os tópicos com avaliação igual ou superior a 4.

Reconhecendo a diversidade de contextos entre as várias entidades do Grupo CGD, cada uma pôde realizar o seu próprio exercício de materialidade, originando resultados diferentes, ajustados à realidade de cada entidade. No entanto, no âmbito deste relatório de sustentabilidade, o desempenho do BI irá refletir não apenas os seus próprios tópicos materiais, como também os definidos para o universo da CGD.

Como resultado, dos 14 tópicos e 35 subtópicos inicialmente identificados, foram considerados materiais 13 tópicos e 34 subtópicos para o Banco Interatlântico e para a CGD, que se apresentam na tabela infra. Os respetivos IRO encontram-se discriminados no anexo “Impactos, Riscos e Oportunidades”.

¹ Mapa de materialidade da Standard & Poor's para identificar temas ESG.

² Na avaliação dos impactos, considerou-se: escala: a gravidade do impacto negativo ou o benefício do impacto positivo para as pessoas ou o ambiente; âmbito: a extensão dos impactos negativos ou positivos, irremediabilidade: se os impactos negativos podem ser remediados e em que medida, ou seja, se o ambiente ou as pessoas afetadas podem voltar ao seu estado anterior; probabilidade: probabilidade de ocorrência dos potenciais impactos identificados. Na avaliação dos riscos e oportunidades, considerou-se: magnitude: magnitude potencial dos efeitos financeiros e probabilidade: probabilidade de ocorrência dos riscos e oportunidades identificados.



Dimensão	Tópico	Subtópico
	Nome	Nome
Ambiente	Alterações Climáticas	Adaptação às Alterações Climáticas nas operações próprias
		Mitigação das Alterações Climáticas nas operações próprias
		Descarbonização do Portfólio
	Impacto Ecológico das Operações	Consumo de Energia
		Impactos e Dependências da Biodiversidade e Serviços de Ecossistema
		Gestão Eficiente dos Recursos
Social	Apoio à Comunidade	Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade
	Diversidade, Equidade e Inclusão	Cultura de Diversidade e Inclusão no Ambiente de Trabalho
		Igualdade de Oportunidades e Tratamento
	Gestão de Recursos Humanos	Atração e Retenção de Talento
		Formação e Desenvolvimento
		Saúde e Segurança Ocupacional
		Condições de Trabalho e Práticas Laborais
	Relação com o Cliente	Comercialização e Marketing Responsável
		Inclusão e Literacia Financeira
	Gestão de Fornecedores	Aquisição (Procurement) Responsável

Governance	Transformação Digital e Inovação	Transformação Digital e Inteligência Artificial
		Inclusão Digital
		Inovação do Negócio
	Governo Corporativo	Envolvimento das Partes Interessadas (Stakeholders)
		Divulgação de Informação Não-financeira
		Modelo de Governo Robusto e Transparente
	Ética, conduta e compliance	Ética e Cultura Corporativa
		Corrupção, Suborno, Fraude/ Lavagem de Dinheiro
		Transparência Fiscal
	Financiamento e Investimento Sustentável	Práticas de Concorrência Justas
		Gestão de Conformidade (Compliance)
		Desenvolvimento de Produtos Financeiros ESG
	Gestão do Risco	Investimento e Financiamento ESG
		Continuidade de Negócio
		Gestão de Riscos ESG e outros Riscos sistémicos
	Privacidade e Proteção de Informação	Prevenção e Combate ao Crime Financeiro
		Cibersegurança
		Privacidade e Proteção de Dados

5.

POTENCIAR A SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA NOSSA ATUAÇÃO



5.1. Financiamento e Investimento Sustentável

O financiamento sustentável constitui um tema central na agenda nacional e internacional e tem como propósito alinhar o setor financeiro com as necessidades de financiamento e investimento de forma a alcançar-se uma economia mais responsável, inclusiva e assente num baixo nível de emissões de carbono.

Enquanto instituição de referência no setor financeiro nacional, faz parte das prioridades estratégicas do BI apoiar a transição das famílias e das empresas para uma economia mais sustentável por via da disponibilização de produtos e serviços que permitam a canalização de fluxos de capital para atividades económicas, negócios ou projetos com um benefício/objetivo ambiental ou social específico e da integração gradual de fatores ESG nas análises de financiamento.

O financiamento e investimento sustentável constituem uma alavanca estratégica para o Banco Interatlântico na promoção de impactos positivos e na criação de valor a longo prazo. Ao direcionar capital para projetos e empresas alinhados com os critérios ESG, o Banco contribui ativamente para a transição para uma economia mais inclusiva, resiliente e sustentável, incentivando práticas empresariais responsáveis. Assim, o BI pretende investir, de forma progressiva, na integração de princípios de sustentabilidade nos processos de análise, seleção e acompanhamento de ativos, o que permitirá ao banco mitigar riscos e, simultaneamente, aproveitar oportunidades de negócio associadas à transição climática, reforçando a sua posição no mercado através da oferta diferenciadora de produtos financeiros sustentáveis.

Desenvolvimento de produtos financeiros ESG

O desenvolvimento de produtos financeiros com características ESG, orientados para a promoção de impactos positivos a nível ambiental e social, tem integrado a oferta comercial do Banco, que distingue claramente os créditos sustentáveis dos restantes produtos, através da classificação específica de “Crédito ESG”. Esta abordagem permite reforçar a credibilidade e rastreabilidade das carteiras com critérios de sustentabilidade, com uma gestão eficaz, transparente e monitorizável destas operações.

Entre as soluções desenvolvidas, destaca-se o apoio à mobilidade elétrica e a promoção da inclusão social e financeira.

Apoio à mobilidade elétrica	
Financiamento de viaturas elétricas	Taxa de juros bonificada
O Banco tem objetivos específicos no que diz respeito a financiamento de viaturas elétricas, contribuindo diretamente para a descarbonização do setor dos transportes. Estas operações têm benefícios de incentivos governamentais diretos – até 6.000 CVE para viaturas particulares e até 8.000 CVE para viaturas profissionais – reforçando a atratividade e acessibilidade desta alternativa sustentável.	O Banco desenvolveu em 2024 e manteve em 2025 uma linha de financiamento com taxa de juros bonificada em 50% para unidades de microprodução de energia elétrica, criada através de um protocolo com o Governo (Protocolo Energias Renováveis), que visa fomentar o acesso descentralizado a fontes de energia limpa, sobretudo junto de pequenas unidades produtivas e consumidores individuais.



Promoção da inclusão social e financeira

Linha de microcrédito para impulsionar o microempreendedorismo

O Banco promove a inclusão social e financeira através do desenvolvimento de linhas de microcrédito com finalidades sociais, nomeadamente no contexto de um protocolo com a Cooperação Portuguesa.

Esta linha especial, criada em 2024, destina-se a pessoas singulares ou empresas com atividade empresarial formalmente construída (produção de bens, prestação de serviços ou comércio), cuja receita líquida anual não exceda 5.000.000 CVE e que empreguem até cinco trabalhadores.

Assim, este instrumento tem como fim impulsionar o microempreendedorismo, o autoemprego e o empoderamento económico das mulheres, integrando critérios sociais nos produtos financeiros e contribuindo para a redução das desigualdades.

Em 2024 foi estabelecido como objetivo alcançar, até 2025, uma carteira de 50.000 CVE em operações de microcrédito, face aos 20.000 CVE projetados para 2024, o que se verificou. Já em 2025, a meta consiste na criação de uma nova linha de microcrédito, prevista para 2026.

Desenvolvimento de produtos financeiros ESG

O financiamento e investimento sustentável constitui uma prioridade estratégica para o Banco Interatlântico, não só pela sua contribuição para a transição para uma economia mais verde e inclusiva, mas também pelo seu papel na redução do risco financeiro a longo prazo e na criação de valor sustentado. Ao integrar critérios ESG nos processos de financiamento e decisão de investimento, o Banco promove práticas empresariais responsáveis e reforça a resiliência das suas carteiras.



Financiamento sustentável concedido:

Em 2025, o Banco concedeu 206.662.750 de créditos ESG.

Em vigor desde 2023, o Banco Interatlântico segue a Política de financiamento sustentável e transição energética, que estabelece um conjunto de princípios e de regras gerais que devem ser observados no âmbito do financiamento sustentável da organização e que contribuem para a concretização dos objetivos do Acordo de Paris, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e para a resposta a compromissos internacionais como os *Principles for Responsible Banking* e o *Net Zero Banking Alliance*³.

Atualmente, a Política identifica seis setores críticos para a neutralidade carbónica, nomeadamente energia, transportes, turismo, edifícios e cidades, alimentação e pesca, e ecossistemas, nos quais se concentra o esforço de mobilização de capital para atividades de impacto positivo. O Banco define igualmente sete princípios orientadores que incluem o apoio à transição climática, o desenvolvimento de produtos alinhados com os ODS, o combate ao greenwashing e a promoção de práticas internas de capacitação e reporte transparente.

Para assegurar a elegibilidade das operações de financiamento sustentável, estão estabelecidos critérios ambientais e sociais alinhados com a Taxonomia Europeia e outras normas internacionais.

A estrutura de governação da política mobiliza diferentes áreas internas do Banco que desempenham papéis específicos na definição estratégica, desenvolvimento de produtos, análise de risco, monitorização da elegibilidade e sensibilização interna para os temas da sustentabilidade

³ O Acordo de Paris (2015) estabelece metas globais para limitar o aquecimento global a bem abaixo de 2°C, preferencialmente 1,5°C, promovendo a redução de emissões de gases com efeito de estufa. Os *Principles for Responsible Banking* (PRB), promovidos pela UNEP FI, alinham o setor bancário com os ODS e o Acordo de Paris. Já a *Net Zero Banking Alliance* (NZBA) reúne bancos comprometidos em alinhar carteiras de crédito e investimento para atingir emissões líquidas zero até 2050.



Rating ESG

No âmbito da avaliação de empresas, encontra-se em desenvolvimento um índice “Rating ESG”, que consiste na integração dos critérios ESG nos processos de tomada de decisão, sendo conjugado com os ratings financeiros tradicionais. O principal objetivo do Rating ESG é apoiar as empresas no processo de transição para uma economia mais sustentável e mais inclusiva, permitindo apoiar a definição da abordagem comercial adequada à necessidade do cliente, de modo a reorientar os fluxos de capital para estratégias de financiamento sustentável, e consequentemente melhorar o seu desempenho ESG.



O sistema de Rating ESG vai permitir diferenciar o financiamento com base na análise de risco ambiental e social, alinhando preços e condições ao perfil de cada cliente.

-Hélder Pinhão – Diretor da Direção Comercial e Marketing



6.

COMPROMISSO COM O AMBIENTE



A ação climática e a gestão ambiental são essenciais para proteger os ecossistemas e apoiar o futuro sustentável de Cabo Verde.

Contribuindo de forma reduzida para as emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE), Cabo Verde enfrenta, contudo, uma elevada vulnerabilidade a choques económicos e eventos climáticos extremos, que podem comprometer anos de progresso no desenvolvimento.

Números-chave

Energia e transição climática			
Consumo total de energia nas operações			
2025	364 MWh	-40,5%	vs 2024
2025	612 MWh	-23,5%	vs 2023)
Intensidade energética			
2025	1,51 MWh/colaborador	-28,1%	vs 2024
2024	1,70 MWh/colaborador	-25,0%	vs 2023
Energia Renovável			
2025	24% energia proveniente de fontes renováveis	+20 p.p.	em 2024
2024	4% energia proveniente de fontes renováveis	+4 p.p.	em 2023

Neste contexto, o Banco Interatlântico reforça o seu compromisso com a transição para uma economia resiliente, regenerativa e neutra em carbono. Esta visão traduz-se na gestão responsável dos impactos ambientais diretos, como o consumo de energia e a utilização de recursos, e na integração de critérios ambientais no financiamento, na análise de risco e na relação com clientes e parceiros.

Ao longo deste capítulo, são apresentadas as políticas, práticas e indicadores que demonstram o compromisso ambiental do Banco e os avanços alcançados na integração da sustentabilidade no negócio.

Emissões GEE

Emissões totais

2025

244 tCO₂e

emissões totais de gases com efeito de estufa (-11% vs 2024) âmbito 1+2 location based

2024

275 tCO₂e

emissões totais de gases com efeito de estufa (-48,3% vs 2023) âmbito 1+2 location based

Âmbito 1 e 2

2025

19,3% / 80,4%

distribuição por âmbito 1 e 2 (+11% /-15% vs 2024)

2024

15,3% / 84,7%

distribuição por âmbito 1 e 2 (+13% /-34,7% vs 2023)

Âmbito 3

2025

9 916 tCO₂e

-57% vs 2024

2024

23.303 tCO₂e

Gestão de papel e resíduos	
2025	1.175 resmas de papel



6.1. Alterações Climáticas

As alterações climáticas representam um desafio transversal para o Banco Interatlântico, com impactos, riscos e oportunidades identificados nos domínios da mitigação, adaptação e descarbonização do portfólio. Embora a atividade do Banco contribua para as emissões de gases com efeito de estufa, o seu impacto direto é relativamente limitado quando comparado com setores mais intensivos em carbono.

A análise de IROs, realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, identificou riscos de transição relevantes, como custos associados à compensação de emissões, alterações regulamentares, mudanças no comportamento dos consumidores e pressões das partes interessadas. No que respeita à adaptação, apesar da baixa vulnerabilidade do Banco a riscos físicos, conforme evidenciado por estudos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e da Direção Nacional do Ambiente de Cabo Verde, é fundamental assegurar a resiliência das infraestruturas face a eventos extremos e alterações crónicas.

Paralelamente, a descarbonização do portfólio de financiamento e investimento constitui uma oportunidade estratégica para promover uma economia mais sustentável e competitiva, ainda que envolva riscos financeiros, como a potencial perda de receitas e impactos socioeconómicos decorrentes do desinvestimento em setores com elevada intensidade carbónica.

Descarbonização do portfólio

A descarbonização do portfólio de financiamento e investimento representa um passo essencial para que o Banco Interatlântico contribua ativamente para a transição climática, promovendo uma economia mais sustentável, resiliente e competitiva. Este processo implica equilibrar cuidados de gestão ambiental com a responsabilidade social, reconhecendo que o desinvestimento em setores com elevada intensidade carbónica pode, por um lado, reduzir a exposição a riscos de transição e alinhar o portfólio com metas climáticas globais, mas, por outro, comprometer a capacidade desses setores realizarem a sua própria transformação e gerar impactos socioeconómicos adversos, como a perda de postos de trabalho ou efeitos negativos sobre comunidades em que operam.

Neste enquadramento, o Banco atua para gerir e mitigar riscos, nomeadamente a perda de receitas associadas a setores tradicionais, enquanto identifica oportunidades de financiamento para atividades e projetos de baixo carbono, promovendo a inovação, a diversificação e a sustentabilidade das carteiras de crédito e investimento.

Compromisso de transição para uma economia de baixo carbono

O Banco Interatlântico, enquanto entidade integrada no Grupo Caixa Geral de Depósitos, está alinhado com o compromisso estratégico da transição para uma economia de baixo carbono, materializado na adesão ao compromisso Net Zero Banking Alliance (NZBA) e na adoção do Plano de Transição para a Neutralidade Carbónica (horizonte 2050), atualmente em revisão.

O Plano de Transição para a Neutralidade Carbónica, aprovado em dezembro de 2023 pelo Grupo CGD e atualmente em revisão, segue a metodologia SDA (Sectoral Decarbonization Approach), alinhada com a iniciativa SBTi (Science Based Target Initiative). Esta abordagem permite definir objetivos de redução da intensidade de emissões de gases com efeito de estufa adaptados à especificidade de cada setor de atividade, garantindo que as carteiras de financiamento do Banco estejam alinhadas com uma trajetória compatível com a limitação do aquecimento global a 1,5°C até 2100, face aos níveis pré-industriais.



Adaptação às alterações climáticas nas operações próprias

As alterações no clima, nomeadamente o aumento da temperatura média, a subida do nível médio do mar e a intensificação da frequência e severidade de eventos extremos, incluindo ciclones e cheias, representam riscos físicos relevantes que podem afetar diretamente as infraestruturas do Banco, com implicações para a continuidade operacional, a segurança dos trabalhadores e os custos de manutenção. A longo prazo, a progressão dos riscos físicos crónicos e agudos poderá também influenciar negativamente o desempenho da carteira de crédito e dos ativos sob gestão, comprometendo a viabilidade de investimentos e a capacidade de resposta dos clientes mais expostos.

A adaptação às alterações climáticas assume-se, assim, como um imperativo estratégico, orientado para a antecipação de impactos, a salvaguarda da integridade física e funcional da organização e o contributo para a estabilidade financeira. Neste contexto, o Banco Interatlântico dispõe de uma Política de Gestão de Riscos Climáticos e Ambientais, suportada por uma Taxonomia de Riscos Climáticos e Ambientais, que permite a identificação, classificação e monitorização estruturada dos riscos físicos e de transição associados às alterações climáticas, tanto nas operações próprias como, de forma progressiva, na atividade de concessão de crédito.

Este enquadramento constitui um passo essencial para o desenvolvimento futuro de medidas de adaptação e de preparação para diferentes cenários climáticos, reforçando a capacidade de resposta do Banco, a continuidade das operações e o alinhamento com uma economia mais resiliente e preparada para enfrentar os desafios climáticos.

Mitigação das alterações climáticas nas operações próprias

O Banco Interatlântico reconhece que as suas operações próprias – incluindo o consumo energético, a mobilidade, o uso de equipamentos e infraestruturas – contribuem para as emissões de GEE e, consequentemente, para o agravamento das alterações climáticas. Neste sentido, o Banco assume o compromisso de atuar na redução da sua pegada de carbono, contribuindo para o esforço coletivo de mitigação das alterações climáticas.

Além dos impactos ambientais diretos, a mitigação climática é também uma necessidade estratégica do ponto de vista financeiro e reputacional. A evolução do quadro regulamentar, com novas exigências em matéria de reporte e neutralidade carbónica, pode traduzir-se em custos acrescidos com compensações de emissões, exigindo uma gestão eficiente das fontes emissoras. Acrescem ainda os riscos relacionados com a entrada de novos concorrentes, a crescente exigência das partes interessadas sobre transparência climática e a mudança de preferências por parte dos consumidores finais, cada vez mais orientados para práticas responsáveis.

Neste contexto, o Banco Interatlântico está empenhado em adotar medidas de mitigação climática no âmbito das suas operações internas, promovendo a eficiência energética, a digitalização de processos, a mobilidade sustentável e a melhoria contínua do seu desempenho ambiental. Esta abordagem não só reduz emissões como fortalece a posição do Banco no cenário de transição para uma economia de baixo carbono.

Emissões

Em 2025:

244 tCO₂e emissões totais de gases com efeito de estufa (-11,3% vs 2024) (location based)

1,51 intensidade emissões

Em 2024:

275 tCO₂e emissões totais de gases com efeito de estufa (-48,3% vs 2023) (location based)

1,70 intensidade emissões



6.2. Impacto Ecológico das Operações

O impacto ecológico das operações do Banco Interatlântico decorre de fatores como o consumo de energia e a gestão dos recursos utilizados nas atividades operacionais, reconhecendo a importância da preservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas. Embora o impacto direto do Banco seja relativamente limitado face a outros setores, a forma como gere estes aspetos é determinante para reduzir riscos ambientais, responder às expectativas das partes interessadas e alinhar-se com as melhores práticas de sustentabilidade. A eficiência no uso de energia e recursos, bem como a preservação do capital natural, contribuem não só para mitigar impactos negativos sobre o ambiente e a sociedade, como também para reforçar a resiliência operacional e a competitividade do Banco no contexto de uma economia em transição para modelos mais sustentáveis.

A análise dos IRO relacionados com o impacto ecológico das operações realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, identificou, no domínio do consumo de energia, riscos associados à utilização de fontes não renováveis, que contribuem para as emissões de gases com efeito de estufa e aumentam a dependência energética das operações próprias. No campo da biodiversidade, os riscos decorrem sobretudo de impactos indiretos resultantes do financiamento e investimento em setores com elevada pegada ambiental, que podem contribuir para a perda de biodiversidade e degradação dos serviços dos ecossistemas. Já na gestão de recursos, uma utilização ineficiente pode conduzir à sobre-exploração dos recursos naturais e a riscos para a saúde pública. Em contrapartida, identificaram-se oportunidades relevantes para a implementação de medidas de eficiência energética, para o apoio a projetos de conservação e restauro do capital natural e para a adoção de práticas de gestão eficiente dos recursos, incluindo a água, com benefícios ambientais, económicos e reputacionais.

Consumo de energia

O consumo de energia constitui um dos principais vetores do impacto ecológico das operações do Banco Interatlântico, refletindo-se em diversas dimensões ambientais e operacionais. Proveniente de fontes não renováveis, este consumo contribui para as emissões de GEE, com impactos negativos no ambiente, como o agravamento das alterações climáticas, e efeitos indiretos sobre a saúde pública e os ecossistemas. Para além dos impactos ambientais, este consumo acarreta riscos operacionais associados à dependência de recursos energéticos externos e à vulnerabilidade a variações de preços ou instabilidades no fornecimento.

Em contrapartida, este tema representa uma oportunidade relevante para reforçar o compromisso do Banco com a sustentabilidade, através da implementação de medidas de eficiência energética nas operações próprias, que permitam reduzir a pegada ambiental e melhorar o desempenho económico-operacional.

Consumo total de energia nas operações

2025: 364 MWh (-40,5% vs 2024)

2024: 612 MWh (-23,6% vs 2023)

Consumo total de energia proveniente de fontes fósseis

2025: 276 MWh (76%) (-53,2% vs 2024)

2024: 590 MWh (96,4%) (-34,7% vs 2023)

Consumo total de energia proveniente de fontes renováveis

2025: 88 MWh (24%) (+300% vs 2024)

2024: 22 MWh (3,6%)(+100% vs 2023)



“A redução da pegada de carbono é uma prioridade estratégica. Instalámos painéis solares na sede, substituímos a frota por viaturas elétricas e promovemos soluções de microprodução de energia renovável.

-Hélder Pinhão – Diretor da Direção Comercial e Marketing”

O Banco Interatlântico tem vindo a implementar medidas concretas para promover um uso mais eficiente e sustentável da energia nas suas operações. Entre as principais ações adotadas destaca-se a instalação de painéis solares no Edifício Sede, permitindo a geração de energia limpa e renovável e contribuindo para a redução da dependência de fontes fósseis. Adicionalmente, foram instaladas lâmpadas com sensores de presença e substituição de lâmpadas tradicionais para LED nas agências, promovendo a otimização do consumo energético em ambientes interiores. No âmbito da mobilidade, o Banco iniciou a substituição gradual da sua frota automóvel, substituindo viaturas a combustão por veículos elétricos, em linha com o compromisso com a transição energética e a redução da pegada de carbono.

Iniciativas implementadas em 2024 e 2025 no âmbito da eficiência energética:

Instalação de painéis solares:	instalação em 2024 de 124 painéis solares, cada um com capacidade de 580W. Esta iniciativa permitiu uma redução anual estimada de 87.782 kWh no consumo de energia elétrica.	
Substituição gradual da frota de automóveis para viaturas elétricas:	em 2024, 35% de frota era já elétrica	(+22% vs 2023)
	Em 2025, com a aquisição de novas viaturas elétricas, esta percentagem aumentou para 40%	(+5% vs 2024)
Formações de sustentabilidade:	foram ministradas formações em matéria de sustentabilidade e riscos climáticos e ambientais dirigidas aos trabalhadores, totalizando 4003,5 h em 2024 e 943 h em 2025.	



Impactos e dependências da biodiversidade e serviços de ecossistema

O Banco Interatlântico reconhece que a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas constituem uma base essencial para o funcionamento das economias e para a resiliência ambiental do planeta. Embora as operações internas do Banco não exerçam impactos diretos significativos sobre o capital natural, as suas atividades de financiamento e investimento podem gerar impactos relevantes de forma indireta, em função dos setores económicos apoiados.

A análise de riscos evidencia que a carteira de crédito e os ativos do Banco estão expostos a riscos decorrentes da perda de biodiversidade e da degradação dos serviços ecossistémicos. Entre os potenciais impactos negativos, ainda que indiretos, incluem-se o apoio a setores com elevada pegada ambiental, capazes de contribuir para a perda da biodiversidade, fragmentação de habitats e a deterioração de serviços ecossistémicos essenciais, como a regulação climática, a purificação da água e a polinização.

Neste sentido, o Banco procura identificar oportunidades para apoiar iniciativas com impacto positivo, privilegiando projetos que valorizem o capital natural, promovam a restauração ecológica e reforcem a capacidade de sequestro de carbono dos ecossistemas, em especial das florestas. Estes projetos reforçam a contribuição do setor financeiro para uma economia mais regenerativa e resiliente às alterações climáticas.

Enquanto que, em 2024, não foram desenvolvidas ações de promoção da biodiversidade, em 2025 o BI apoiou a Associação Lantuna na preservação das tartarugas, através do patrocínio da construção de um viveiro. Adicionalmente, foram realizadas ações de plantação de árvores frutíferas, com a participação dos trabalhadores.

Gestão eficiente dos recursos

A gestão eficiente de resíduos e de recursos naturais é uma componente essencial da responsabilidade ambiental do Banco Interatlântico. Embora a atividade bancária não envolva processos industriais intensivos, o funcionamento quotidiano das operações implica o consumo de recursos como água, papel, plástico, cartão e equipamentos eletrónicos, cuja utilização e descarte têm implicações relevantes para o ambiente.

Uma utilização ineficiente destes recursos pode gerar consequências negativas tanto para o planeta como para a sociedade, nomeadamente através da sobre exploração de matérias-primas, da produção excessiva de resíduos e de potenciais riscos para a saúde pública decorrentes de um tratamento desadequado. Neste contexto, a adoção de práticas mais responsáveis assume particular importância, permitindo reduzir a pegada ambiental das atividades internas e contribuir para a preservação do capital natural.

Com este objetivo, o Banco Interatlântico tem vindo a implementar um conjunto de medidas orientadas para a utilização mais eficiente dos recursos, a redução de consumos e a minimização da produção de resíduos, por exemplo, através de sensibilização para a utilização de arquivo digital, reduzindo o consumo de papel. No início de 2026, foi igualmente iniciada a monitorização dos consumos de água, com vista a reforçar a gestão e o controlo deste recurso.

Está ainda prevista para 2026 a implementação de pontos de recolha de garrafas de plástico e de vidro, em parceria com a Associação Ekonatura, uma associação comunitária sediada no Bairro de São Francisco, que desenvolve atividades de reciclagem destes materiais. Esta iniciativa contribuirá para a valorização de resíduos, a promoção da economia circular e o reforço da inclusão social a nível local.

7.

COMPROMISSO COM AS PESSOAS



Cuidar da equipa e investir na comunidade é essencial para concretizar o propósito do Banco Interatlântico.

É através do talento, da dedicação e da diversidade das suas equipas que o Banco Interatlântico constrói relações de confiança com os clientes, promove a inovação e assegura a sustentabilidade do negócio no longo prazo.



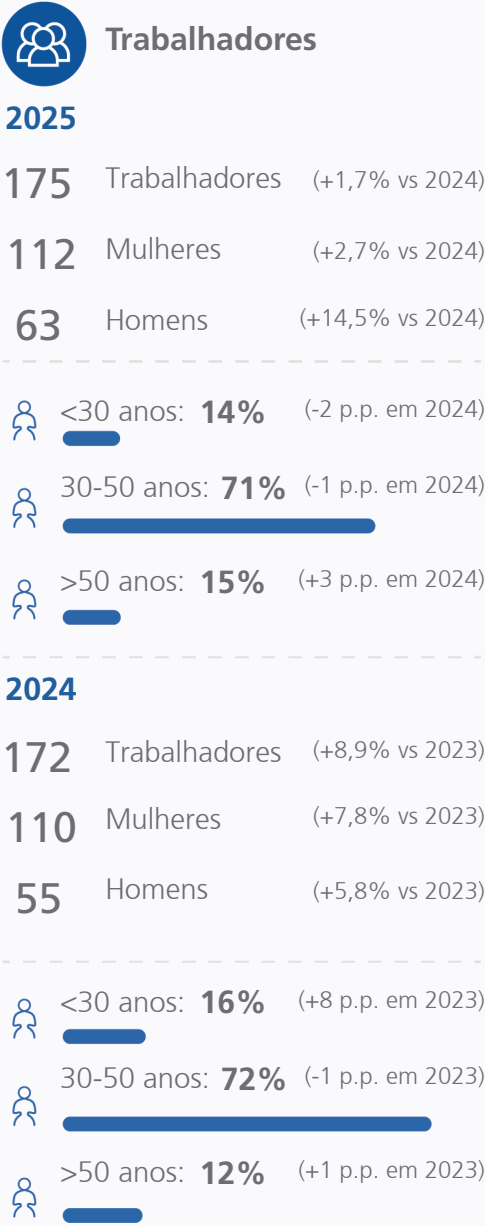
Ambicionamos ser o melhor local para trabalhar em Cabo Verde.

-Airtton Alves, Técnico de Recursos Humanos



Num contexto marcado por transformações sociais, tecnológicas e ambientais, o BI define como objetivo estratégico tornar-se o melhor local para trabalhar em Cabo Verde, assumindo o compromisso de promover um ambiente de trabalho inclusivo, seguro e orientado para o desenvolvimento dos trabalhadores, valorizando o diálogo, a equidade e o bem-estar. O compromisso social do Banco estende-se ainda à comunidade, através de iniciativas que apoiam o desenvolvimento local, reforçando assim o seu papel como agente de mudança no país.

Ao longo deste capítulo, são apresentadas as políticas, práticas e indicadores que refletem este compromisso e os resultados alcançados.



Mulheres em cargos superiores¹

2025: 34,8% (-1,5 p.p vs 2024)

2024: 36,3% (-5,2 p.p vs 2023)

Horas de Formação

2025: 5.334 h (-23,5% vs 2024)

2024: 6.976 h (+43,8% vs 2023)

Formação em sustentabilidade

2025: 943 h (+ 133,7% vs 2024)

2024: 403,5 h

Avaliação de Desempenho

2025: 161 trabalhadores (+11,8% vs 2024)

2024: 144 trabalhadores (-0,7 % vs 2023)

Taxa de rotatividade

2025: 10% taxa de rotatividade (= 2024)

2024: 10% taxa de rotatividade (-1 p.p vs 2023)

Acidentes de trabalho

2024 e 2025: 0

Doenças profissionais

2024 e 2025: 0

Investimento na comunidade

2025: 11.356.936 CVE (+78,2% vs 2024)

2024: 6.371.961 CVE (+218% vs 2023)

Iniciativas apoiadas

2025: 16 iniciativas (-7 vs 2024)

2024: 23 iniciativas (+ 9 vs 2023)

Voluntariado

2025: 66 participantes em ações de voluntariado

2024: 17 participantes em ações de voluntariado



7.1. Gestão de Recursos Humanos

Considerando que os trabalhadores são um dos principais ativos da organização, a valorização das pessoas constitui um dos pilares estruturantes da atuação do Banco. A sua atuação nesta área pauta-se por princípios de integridade, meritocracia, valorização interna, inclusão e bem-estar, num contexto de constante adaptação face às necessidades e expectativas dos trabalhadores, às exigências locais e às orientações do Grupo CGD.

A análise dos IRO relacionados com a gestão de recursos humanos no Banco Interatlântico, realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, identificou contributos positivos significativos para o desenvolvimento económico e para o bem-estar dos trabalhadores, nomeadamente através da criação de emprego, da aposta na formação e da promoção da saúde mental. Foram também identificados riscos potenciais associados às condições de saúde e segurança no trabalho, bem como riscos financeiros ligados à rotatividade elevada e escassez de talento. Em contrapartida, destacam-se oportunidades relevantes na valorização do talento interno, no reforço das estratégias de retenção e na estruturação de percursos de carreira, com impacto positivo na motivação e produtividade das equipas.

Atração e retenção de talento

A atração e retenção de talento assume hoje um papel central na estratégia organizacional, sendo reconhecidas como fatores críticos para a competitividade e inovação empresarial. Num contexto marcado pela escassez de competências e pela crescente mobilidade profissional, a retenção de talento é identificada como um dos principais desafios da gestão de pessoas, exigindo abordagens cada vez mais personalizadas. Neste sentido, um dos focos do BI neste domínio tem sido compreender padrões de comportamento, antecipar riscos de rotatividade e desenvolver políticas mais eficazes de valorização e envolvimento dos trabalhadores, reforçando a sustentabilidade e a resiliência do capital humano.

Nº saídas

2025: 18 pessoas (- 14,3% vs 2024)

2024: 21 pessoas (+23,5% vs 2023)

Nº entradas

2025: 29 pessoas (-3,3% vs 2024)

2024: 30 pessoas (+ 77% vs 2023)

Taxa de Rotatividade

10% (=2024)

“ O nosso maior desafio é a retenção de talento – e já estamos a atuar especificamente nesse tema. ”

-Airtton Alves, Técnico de Recursos Humanos

Flexibilidade e mobilidade interna como motor de desenvolvimento

Para responder aos fatores que influenciam a rotatividade das pessoas, o BI possui desde 2021, a Política de mobilidade interna do Grupo CGD com três tipologias: funcional (intra ou interdepartamental); geográfica (deslocação territorial a nível nacional ou internacional); e estratégica (mobilidade específica em determinadas funções de gestão). Esta política é encarada como sendo um dos principais fatores na promoção da gestão do talento na medida em que potencia o desenvolvimento dos trabalhadores, proporcionando experiências onde estes são expostos a diferentes desafios e contextos profissionais, com o objetivo de dar a conhecer a diversidade no Grupo CGD e por forma a promover desenvolvimento de carreira. Consequentemente, estas oportunidades levam à retenção dos trabalhadores

Nota 1: os “quadros superiores” correspondem à Gestão de Topo (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e diretores de departamento



com potencial de evolução para outras funções e paralelamente à promoção de oportunidades de desenvolvimento profissional.

Para além da mobilidade, o BI também garante aos seus trabalhadores a flexibilidade na organização do trabalho, nomeadamente através da possibilidade de trabalho remoto em situações específicas, que constitui outro fator relevante na atração e retenção de talento.

“Privilegiamos a mobilidade e o recrutamento interno; qualquer colaborador pode manifestar interesse em novas funções.”
-Airtton Alves, Técnico de Recursos Humanos

Diagnóstico organizacional e valorização interna

Revisão da Política de Pessoal

Em 2024, iniciou-se a revisão da Política de Pessoal, a qual foi implementada em 2025. Entre as principais alterações encontram-se o novo enquadramento de categorias profissionais, a atualização da tabela salarial e a introdução de um conjunto de benefícios sociais, como o subsídio de estudos para filhos, apoios à maternidade e paternidade, dias de férias ajustados à antiguidade e um dia de aniversário. A par destas medidas, destaca-se ainda o aumento dos plafonds de crédito ao consumo e para aquisição de habitação. Adicionalmente, o banco disponibiliza uma linha de apoio social emergencial. O Banco reforçou ainda o orçamento destinado à formação e a modernização das instalações do Banco, com vista à melhoria das condições de trabalho.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as perceções internas e identificar oportunidades de melhoria, o BI realizou, em 2025, um inquérito de satisfação e clima organizacional, estruturado em 13 afirmações, incidindo sobre temas como motivação e compromisso, envolvimento com a marca, função desempenhada, práticas de gestão de pessoas, ambiente de trabalho, liderança, inovação e competências.

Esta iniciativa marca a ambição do Banco em promover a escuta ativa e de alinhamento com as expectativas dos trabalhadores, que tem vindo a informar decisões estratégicas no domínio da gestão de pessoas.

Satisfação dos trabalhadores

154 respostas

Resultado médio global: 1,89 (Escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a “Concordo plenamente” e 5 a “Discordo plenamente”)

Considerando que as afirmações avaliadas são formuladas em sentido positivo, a avaliação é globalmente muito positiva por parte dos trabalhadores relativamente às dimensões analisadas.

“É importante recolhermos a perceção interna para orientarmos novas ações de retenção.”
-Airtton Alves, Técnico de Recursos Humanos



Promoção do bem-estar e sentimento de pertença

Para além das medidas formais de valorização e escuta ativa, o Banco Interatlântico investe também na promoção do bem-estar e da coesão entre equipas, reconhecendo o impacto positivo destas dimensões na retenção de talento. O patrocínio à Associação dos Trabalhadores, formada por um grupo de trabalhadores do BI, tem permitido dinamizar atividades lúdicas e momentos de convívio em ambiente externo, que fortalecem os laços de pertença e promovem um ambiente organizacional mais saudável e colaborativo. Estas iniciativas, que incluem eventos sociais, culturais e desportivos, criam espaços informais de interação entre trabalhadores, contribuindo para o reforço da identidade coletiva e para o desenvolvimento de relações interpessoais positivas.

Iniciativas de envolvimento com os trabalhadores

Em 2024,	no âmbito da comemoração do Dia Internacional do Voluntariado, foi realizada uma atividade com a ONG Anjos da Noite, envolvendo 17 pessoas. Adicionalmente, foi entregue por alguns trabalhadores do Banco um donativo à Associação Colmeia.
Em 2025,	foram realizadas campanhas de Plantação de árvores, na qual participaram 17 trabalhadores, e uma campanha de recolha de sangue, em parceria com a Garantia e a Ordem dos Médicos de Cabo Verde, na qual participaram 25 trabalhadores.

Ao fomentar uma cultura de proximidade e envolvimento, o Banco reforça o compromisso com o bem-estar dos seus profissionais e com a construção de um ambiente de trabalho mais atrativo e saudável.

Envolvimento dos trabalhadores através da cultura participativa

A valorização dos trabalhadores passa também por os envolver ativamente na vida da organização, promovendo uma cultura de escuta, proximidade e transparência. O Banco Interatlântico reconhece a importância de mecanismos eficazes de participação, diálogo e tratamento de preocupações, assegurando que as necessidades, opiniões e denúncias dos trabalhadores são tratadas de forma célere, confidencial e adequada.

O principal canal de comunicação mantém-se no contacto direto entre os trabalhadores e as respetivas chefias, promovendo uma gestão de proximidade e um acompanhamento regular das equipas. De forma complementar, os trabalhadores podem recorrer à área de Recursos Humanos, que se encontra disponível para ouvir, registar e atuar em conformidade com as comunicações recebidas.

Adicionalmente, o Banco dispõe de um canal específico e direto para a apresentação de denúncias ou situações de assédio moral ou sexual. Este canal, regulado por norma interna, estabelece medidas de proteção ao denunciante e a qualquer colaborador envolvido no processo. Embora a legislação cabo-verdiana não permita a apresentação de denúncias de forma anónima, é assegurada a confidencialidade da identidade do denunciante e o tratamento reservado da informação. Este mecanismo, operacional há vários anos, reflete uma prática consolidada e uma política ativa de proteção de denunciantes.

Denúncias registadas

2025: 0 (= em 2024)

2024: 0 (= em 2023)

Para mais informações, consultar o capítulo “8. Compromisso com a integridade e a confiança” > “8.2 Ética, conduta e compliance” > “Canais de denúncia e proteção do denunciante”.



Para além dos canais formais, os trabalhadores participam ativamente em diversos comités internos, como o comité de crédito e o comité de ativos e passivos, entre outros, que funcionam como espaços de consulta e de contributo para a tomada de decisões técnicas. Estas estruturas foram criadas com o objetivo de integrar a perspetiva dos trabalhadores em matérias relevantes para a atividade do Banco, reforçando o seu envolvimento e sentido de pertença.

Em 2024, foram realizadas 93 reuniões em sede de comités internos e em 2025 106 reuniões.

Formação e desenvolvimento

A formação e o desenvolvimento profissional assumem um papel cada vez mais estratégico na construção de organizações resilientes, inovadoras e orientadas para o futuro. Num contexto de transformação constante, marcado por exigências regulatórias, evolução tecnológica e novas dinâmicas de trabalho, investir na capacitação contínua dos trabalhadores é essencial para garantir a competitividade e a sustentabilidade das instituições. No Banco Interatlântico, a formação é entendida como um motor de crescimento individual e coletivo, promovendo o alinhamento entre os objetivos estratégicos da organização e o desenvolvimento das competências necessárias para os concretizar. Através de uma abordagem estruturada e diversificada, o Banco procura não só responder às necessidades técnicas e regulamentares, mas também fomentar uma cultura de aprendizagem contínua, valorização interna e desenvolvimento de carreira.

Formação e aprendizagem contínua

A política de formação, enquadrada na estratégia do Grupo CGD, tem como objetivo garantir uma aprendizagem contínua e alinhada com os valores do Grupo, promovendo o desenvolvimento de competências ajustadas às exigências de cada função e aos desafios estratégicos do Banco. A formação

assume, assim, um papel estratégico no desenvolvimento organizacional, contribuindo para a atualização de conhecimentos, a progressão profissional, a valorização do talento interno e o reforço da motivação e retenção dos trabalhadores.

O Plano de formação inclui um programa de acolhimento para novos trabalhadores, que engloba sessões presenciais sobre os valores e conduta da organização, bem como formação regulamentar em temas como lavagem de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, com sessões presenciais e visitas às áreas do Banco. Adicionalmente, existe formação em liderança para gestores de pessoas, formação transversal em temas como comunicação e ética, formação técnica ajustada a novos desafios e formação regulamentar obrigatória para áreas de controlo. Os trabalhadores podem ainda participar em eventos externos, como seminários, congressos e conferências.

Este modelo de formação permite assegurar a conformidade com as exigências regulatórias, apoiar a evolução das competências internas e reforçar a cultura de aprendizagem contínua, consolidando o alinhamento entre o desenvolvimento individual dos trabalhadores e os objetivos estratégicos do BI.

Ações de formação realizadas

Nº horas de formação

2025: 5.334 h (-23,5% vs 2024)

2024: 6.976 h (+ 43,8% vs 2023)

Média de horas de formação

2025: 30.2h (-12h vs 2024)

2024: 42.2h (-10.9h vs 2023)

Ao longo dos anos de 2024 e 2025, foram realizadas várias formações em diversas áreas no universo do Banco Interatlântico, totalizando 12.310 horas de formação. Em 2024, registaram-se 6.976 horas de formação, enquanto em 2025 foram realizadas 5.334 horas. Os temas abordados incluíram crédito, proteção de dados, controlo interno, gestão de risco e risco operacional, bem como ferramentas informáticas como Excel e Outlook.



Nº horas de formação em sustentabilidade

2024: 403,5 h

2025: 943 h

Formações em Sustentabilidade

Em 2024, a sustentabilidade ganhou uma relevância crescente na estratégia formativa do Banco, refletindo-se na oferta de conteúdos especializados. Entre as formações realizadas destacam-se:

- Desenvolvimento Sustentável (ODS/ESG), em parceria com a BITOC;
- Sustentabilidade e risco climático no sistema financeiro;
- Sustentabilidade, riscos climáticos e ambientais, abordagem comercial e KPI.

Adicionalmente, dois trabalhadores do Banco participaram na Semana da Sustentabilidade do Grupo CGD em 2024, reforçando o compromisso institucional com a capacitação nesta área.

Em 2025, a sustentabilidade consolidou-se como uma área prioritária na estratégia formativa do Banco, refletindo-se num reforço significativo da oferta de conteúdos especializados e na diversificação dos temas abordados. Ao longo do ano, foram promovidas ações de capacitação dirigidas a diferentes perfis da organização, desde equipas técnicas a órgãos de gestão, incidindo sobre matérias-chave para a integração da sustentabilidade na atividade bancária. Entre as formações realizadas destacam-se:

- Finanças sustentáveis, incluindo princípios introdutórios, aspetos operacionais, regulatórios e de mercado;
- Taxonomia ESG e taxonomia climática bancária;
- Riscos climáticos e ambientais, incluindo a sua integração na gestão de risco;
- Relato e regulamentação de sustentabilidade, com foco em requisitos

de reporte e dados ESG;

- Modelo de governação ESG;
- Plano de transição e financiamento sustentável;
- Cálculo de emissões de gases com efeito de estufa e gestão ambiental
- Dimensão social da sustentabilidade.

Ainda no mesmo ano, este compromisso foi aprofundado com a realização de uma visita técnica de quatro dias por dois elementos do Gabinete de Sustentabilidade da CGD, centrada na formação, capacitação e partilha de boas práticas em matérias ESG, com o envolvimento de diferentes Órgãos de Estrutura e da Comissão Executiva.

Gestão de desempenho e desenvolvimento de carreira

Para além da formação, o Banco Interatlântico aposta no desenvolvimento de carreira dos seus trabalhadores através da gestão de desempenho, considerada o principal mecanismo de alinhamento de expectativas e perceções.

Trabalhadores sujeitos a avaliação de desempenho

2025:

Mulheres: 106 (+9,3% vs 2024)

Homens: 55 (+17,0% vs 2024)

2024:

Mulheres: 97 (+2,1% vs 2023)

Homens: 47 (-6% vs 2023)

Modelo de gestão de desempenho e desenvolvimento de carreira

O modelo, redefinido em 2024 e 2025, tem como objetivos alinhar os ciclos de avaliação e gestão, promover uma cultura de desempenho e de responsabilidade partilhada, reforçar a ligação entre chefias e trabalhadores, assegurar uma avaliação transparente e objetiva, reconhecer contributos individuais e coletivos, identificar necessidades de desenvolvimento profissional e implementar ações de melhoria contínua em alinhamento com os objetivos estratégicos do Banco.



Saúde e segurança ocupacional

A promoção de ambientes de trabalho seguros, saudáveis e que promovam o bem-estar físico e mental dos trabalhadores é um dos pilares fundamentais de uma gestão de pessoas responsável e sustentável. No Banco Interatlântico, a saúde e segurança ocupacional são encaradas como dimensões estruturantes da valorização do capital humano, refletindo o compromisso da instituição com o bem-estar físico e mental dos seus trabalhadores, o respeito pelos direitos laborais e a criação de condições que favoreçam a motivação, a produtividade e a qualidade de vida no trabalho. Através de políticas, normativos e práticas concretas, o Banco procura garantir não apenas a conformidade legal, mas também uma cultura organizacional centrada na prevenção, no cuidado e na promoção da saúde.

Higiene, bem-estar e segurança no trabalho

O Banco Interatlântico dispõe, desde 2023, de um normativo que regula a higiene e segurança no trabalho, bem como de um regulamento interno que assegura o acesso dos trabalhadores a cuidados médicos numa clínica privada. Este serviço cobre diversas especialidades, incluindo psicologia e psiquiatria, sendo também extensível ao agregado familiar direto do colaborador.

Complementarmente, a mudança para a nova sede, concluída em 2023, permitiu uma melhoria significativa das condições de trabalho. As novas instalações oferecem espaços mais amplos, melhor iluminação natural e maior conforto ambiental, contribuindo para o bem-estar diário das equipas e para um ambiente de trabalho mais funcional e acolhedor.

100% de trabalhadores abrangidos pelo sistema de gestão de saúde e segurança

Nº acidentes de trabalho	Nº doenças profissionais
Em 2025: 0 (=2024)	Em 2025: 0 (=2024)
Em 2024: 0 (=2023)	Em 2024: 0 (=2023)

Com o objetivo de reforçar a proteção da saúde dos trabalhadores e assegurar a conformidade com as disposições legais, a Comissão Executiva dispõe do Normativo de Medicina do Trabalho, que estabelece as bases para uma vigilância contínua da saúde dos trabalhadores, com enfoque na prevenção de doenças e riscos profissionais associados às funções desempenhadas. A vigilância, de carácter preventivo, visa evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, assegurando simultaneamente a adaptação dos trabalhadores às suas funções e a adequação do trabalho à fisiologia humana.

Palestras que promovem a proteção da saúde

Em 2025, foram realizadas três palestras internas no âmbito da promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores: duas no contexto do Outubro Rosa e do Novembro Azul, sobre a prevenção do cancro da mama e do cancro da próstata, e uma dedicada à saúde mental.

Apesar de atuar num setor com exposição limitada a riscos físicos, o Banco mantém a saúde ocupacional como uma prioridade transversal da sua Política de recursos humanos. Através de medidas de carácter organizacional, médico e ambiental, o Banco reforça o seu compromisso com ambientes de trabalho mais seguros, inclusivos e promotores de bem-estar, contribuindo para a construção de uma cultura organizacional mais saudável, sustentável e centrada nas pessoas.



7.2. Diversidade, Equidade e Inclusão

A promoção da diversidade, equidade e inclusão (DEI) é um compromisso do Banco Interatlântico, que se reflete na criação de um ambiente de trabalho respeitador, justo e representativo. A atuação do Banco nesta área visa garantir igualdade de oportunidades e de tratamento, bem como fomentar uma cultura organizacional inclusiva, alinhada com os valores do Grupo CGD e com as expectativas da sociedade cabo-verdiana.

A análise dos IRO relacionados com a diversidade, equidade e inclusão, realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, identificou contributos positivos como a existência de práticas de igualdade e recrutamento inclusivo, que promovem o acesso equitativo a oportunidades e contribuem para uma sociedade mais justa. Foram também identificados impactos negativos reais e potenciais, incluindo disparidades salariais, discriminação, violência ou assédio no local de trabalho, que comprometem o bem-estar dos trabalhadores e o direito a um trabalho digno. Entre os riscos, destaca-se a ausência de políticas e mecanismos internos que promovam a igualdade de oportunidade e de tratamento e a ocorrência de práticas discriminatórias ou incidentes de violência e assédio, que, embora não tenham sido registados, a acontecer, representam ameaças à reputação institucional.

Cultura de diversidade e inclusão e igualdade de oportunidades

A promoção da diversidade, da inclusão e da igualdade de oportunidades é hoje reconhecida como um fator essencial para a construção de organizações mais justas, inovadoras e sustentáveis. No Banco Interatlântico, estes princípios são assumidos como parte integrante da cultura institucional, refletindo-se nas políticas, práticas e estruturas que orientam a gestão de pessoas. A valorização da pluralidade de perfis, experiências e perspetivas é entendida como um ativo estratégico, que contribui para o enriquecimento do ambiente de trabalho, o reforço da coesão interna e a capacidade de resposta aos desafios de um contexto em constante transformação.

Somos um banco maioritariamente feminino, com uma cultura aberta e inclusiva a diferentes origens e perspetivas.
-Airtton Alves, Técnico de Recursos Humanos

Compromisso com um ambiente de trabalho diverso, justo e inclusivo.

Diversidade e inclusão	
2025: 64% mulheres (-4,5 p.p. vs 2024) 3 nacionalidades (cabo-verdiana, portuguesa e brasileira) (= 2024)	2024: 67% mulheres (-0,89 p.p. vs 2023) 3 nacionalidades (cabo-verdiana, portuguesa e brasileira) (+50% vs 2023)

O Banco Interatlântico distingue-se por uma força de trabalho maioritariamente feminina e por uma diversidade significativa de nacionalidades, culturas e origens, refletindo o compromisso da instituição com a inclusão e a representatividade. Esta diversidade contribui para a riqueza de perspetivas e para a construção de um ambiente de trabalho mais justo, inovador e sustentável.

Com o intuito de formalizar este compromisso, foi revista em 2024 a Política de diversidade, equidade e inclusão, criada em 2021, que define os princípios, responsabilidades e mecanismos de implementação que orientam a atuação do Banco nesta matéria. Esta política, visa garantir uma cultura organizacional humana, resiliente e promotora do respeito pelos direitos humanos, da não discriminação e da igualdade de tratamento e de oportunidades entre todos os trabalhadores.



Os princípios de DEI aplicam-se transversalmente a todas as áreas do Banco, promovendo o respeito e a valorização da diversidade, a equidade no acesso a oportunidades e a inclusão de diferentes perspetivas e experiências. A política orienta práticas laborais que previnem a discriminação e asseguram a igualdade de tratamento, desde o recrutamento – baseado no mérito, qualificações e competências – até à progressão profissional, assegurando a paridade remuneratória e o acesso equitativo à mobilidade interna.

A implementação da Política de diversidade, equidade e inclusão no Banco Interatlântico traduz-se num conjunto de ações concretas e práticas institucionais que refletem o compromisso da organização com estes princípios. Ao longo dos últimos anos, o Banco tem promovido iniciativas que visam integrar a diversidade nas dinâmicas internas, garantir a equidade nos processos de gestão de pessoas e fomentar uma cultura inclusiva no quotidiano organizacional.

Entre as principais ações destacam-se:

- A **revisão dos processos de recrutamento e progressão**, assegurando que são baseados em critérios objetivos de mérito, experiência e competência, e que promovem a paridade remuneratória e o acesso equitativo à mobilidade interna.
- A **disponibilização de canais específicos** para o envio de sugestões e reporte de condutas inadequadas, garantindo um ambiente de trabalho mais seguro e inclusivo.
- A **promoção de medidas de conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional**, através de apoio socioeconómico e disponibilidade para trabalhar remotamente e ajustar horários de trabalho em situações específicas.
- A **integração da diversidade nos órgãos de governação**, com metas claras de representação mínima por género e critérios de composição que valorizam a pluralidade de perfis.
- A **preparação de ações de sensibilização e formação**, com destaque para a formação em diversidade, equidade e inclusão prevista para 2025, dirigida a todos os trabalhadores.

- A **realização de análises internas e auditorias** que avaliam a conformidade das práticas com os princípios da Política de DEI, promovendo a melhoria contínua.

Estas ações são desenvolvidas de forma articulada entre diferentes áreas do Banco, com destaque para os recursos humanos, as estruturas de controlo interno e os órgãos de gestão, que asseguram a operacionalização, monitorização e evolução da política. Apesar da constituição formal de uma equipa dedicada à gestão da DEI ter sido adiada por limitações de recursos, esta permanece como uma prioridade estratégica, reforçada pelo envolvimento ativo das áreas operacionais e pela integração dos temas de diversidade e inclusão nas decisões institucionais.

Comunicação e canais de reporte de incidências de DEI

Tal como referido no ponto anterior, uma das iniciativas decorrentes da Política de diversidade, equidade e inclusão consistiu na criação de canais específicos de comunicação interna, que visam reforçar a transparência, a escuta ativa e a proteção dos trabalhadores. Um desses canais está disponível para o envio de sugestões, dúvidas ou propostas relacionadas com práticas de gestão de pessoas, permitindo aos trabalhadores contribuir diretamente para a melhoria contínua da cultura organizacional. Paralelamente, os trabalhadores têm ao seu dispor um canal alternativo para o reporte de condutas inadequadas, incluindo situações de discriminação, assédio ou outras formas de violação dos princípios de respeito e inclusão. Este canal é gerido com elevados padrões de confidencialidade e imparcialidade, assegurando que todas as comunicações são tratadas com seriedade e em conformidade com os normativos internos.

Estes mecanismos representam um passo importante na construção de um ambiente de trabalho mais seguro, ético e inclusivo, onde os trabalhadores se sentem ouvidos, protegidos e valorizados. Ao facilitar o diálogo e o reporte, o Banco Interatlântico reforça o seu compromisso com uma cultura institucional que reconhece a diversidade, combate os preconceitos e promove o respeito mútuo em todas as dimensões da vida profissional.

Diversidade nos órgãos de governação



No que respeita à diversidade nos órgãos de governação, a política estabelece que os membros dos órgãos de administração e fiscalização devem apresentar perfis diversificados em termos de idade, origem geográfica, contexto cultural, habilitações e experiência profissional, assegurando uma composição equilibrada e adequada aos desafios estratégicos do Banco. Nesse sentido, é definida uma meta de representação mínima de 33,3% por género em cada um destes órgãos, aplicável tanto a administradores como não executivos, incluindo processos de substituição e renovação de mandatos. A Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações é responsável por garantir que os processos de seleção e avaliação de candidatos respeitam estes critérios e promovem a diversidade.

Distribuição por género na Gestão de Topo ⁴	Distribuição por género nos quadros superiores ⁵	Distribuição por grupo etário
2025: Mulheres: 5 (33,3%) (=2024) Homens: 10 (66,6%) (=2024)	2025: Mulheres: 3 (37,5%) (=2024) Homens: 5 (62,5%) (+25% vs 2024)	2025: <30 anos: 25 (14%) (-7,4% vs 2024) 30-50 anos: 125 (71%) (+5,0% vs 2024) >50 anos: 26 15%(+36,8% vs 2024)
2024: Mulheres: 5 (33,3%) (=2023) Homens: 10 (66,6%) (=2023)	2024: Mulheres: 3 (42,8%) (-28,7% vs 2023) Homens: 4 (57,1%) (+42,8% vs 2023)	2024: <30 anos: 27 (16%) (=2023) 30-50 anos: 119 (72%) (-1,4% vs 2023) >50 anos: 19 (12%) (+9,1% vs 2023)

4 A Gestão de Topo inclui Conselho Administração e Conselho Fiscal

5 Os “quadros superiores” referem-se aos diretores de departamento

“ O Banco valoriza a diversidade: mulheres e homens têm igualdade de oportunidades, e a deficiência não é barreira ao recrutamento.
-Luís Alves, Administrador não executivo



7.3. Apoio à Comunidade

O Banco Interatlântico reconhece o papel relevante que desempenha nas comunidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental do país. A atuação nesta área reflete o compromisso de promover a inclusão financeira, apoiar projetos locais e reforçar a coesão social e territorial, alinhando-se com as necessidades das comunidades e com as orientações do Grupo CGD.

A análise dos IRO relacionados com a comunidade, realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, permitiu identificar efeitos significativos da atuação do Banco Interatlântico nas dinâmicas sociais e territoriais onde está presente. Foram reconhecidos impactos positivos reais e potenciais associados ao desenvolvimento e apoio a programas e projetos que promovem o desenvolvimento económico, social e ambiental das comunidades locais, bem como à realização de ações de sensibilização sobre temas de sustentabilidade, que contribuem para a mudança de comportamentos e para o fortalecimento da cidadania ativa. Por outro lado, foi identificado um impacto potencial negativo relacionado com o encerramento de agências, sobretudo em zonas menos urbanas, que pode afetar negativamente o acesso a serviços financeiros e comprometer a coesão territorial e social dessas comunidades.

Valor social e desenvolvimento da comunidade

O Banco Interatlântico reconhece o seu papel enquanto agente de desenvolvimento social e procura contribuir, dentro das suas possibilidades, para o fortalecimento das comunidades onde está presente. Desde 2019, e com maior intensidade desde 2023, têm sido promovidas ações de sensibilização e envolvimento dos trabalhadores, como conferências internas e iniciativas de voluntariado corporativo, reforçando a cultura de responsabilidade social da instituição.

Envolvimento dos Trabalhadores: Voluntariado Corporativo

Um dos instrumentos de envolvimento direto com a comunidade é o Programa de voluntariado corporativo do BI, que visa mobilizar os trabalhadores em áreas estratégicas como literacia financeira, inclusão social e financeira, empreendedorismo e proteção ambiental. O objetivo deste programa é fortalecer o sentimento de pertença dos trabalhadores, promover o seu crescimento pessoal e profissional e projetar os valores da marca junto das comunidades.

Ações de Voluntariado

Em **2024**, 17 trabalhadores do Banco apoiaram a ONG Anjos da Noite através de uma ação de distribuição de 35 kits (sandes, frutas, sumo e bolachas) fornecidos pelo Banco, com o apoio de alguns parceiros, na Casa Abrigo.

Em **2025**, o Banco promoveu uma campanha de doação de sangue em parceria com a Garantia e o Banco de Sangue e realizou duas ações de plantação de árvores na Praia (Ilha de Santiago).

Literacia Financeira

Em **2025** foi realizada uma palestra sobre Literacia Financeira na Escola Portuguesa e na Fundação Dretu, bem como sessões de literacia financeira para Mulheres microempreendedoras em parceria com a Women in Tech Cabo Verde

A Política de voluntariado definida em 2020 estabelece princípios e regras claras, garantindo condições adequadas de segurança, formação e reconhecimento. Cada colaborador tem direito a sete horas anuais para participar em ações organizadas ou apoiadas pelo Banco, podendo exceder esse limite mediante autorização. As ações são divulgadas internamente e, quando pertinente, também em canais externos, reforçando o compromisso institucional com a cidadania ativa.



Apoio Institucional e Donativos

Complementarmente ao voluntariado corporativo, o Banco tem apoiado várias instituições através de patrocínios e donativos direcionados para o fomento de iniciativas que promovam a redução de vulnerabilidades nas áreas social e da educação.

Nos últimos anos, o BI tem apoiado regularmente instituições que atuam na redução da pobreza, da fome e da desigualdade social, através de donativos mensais renovados anualmente mediante apresentação de relatório de atividades. Este apoio, que perfaz, no total, 1.020.000 CVE em 2024 e 1.105.000 CVE em 2025, visa melhorar as condições de vida de crianças e famílias vulneráveis, promover a inclusão social e garantir alimentação básica e acompanhamento social na primeira infância.

Organizações apoiadas por via de donativo mensal:

- Aldeias Infantis SOS Cabo Verde
- Jardim Mini Black – Associação Black Panthers
- Jardim S. Teresinha – Paróquia Sant. Nome de Jesus
- Jardim Brincar e Crescer
- Associação Colmeia (apenas em 2025)
- Associação Nós Saúde (apenas em 2025)

Iniciativas de apoio à comunidade em 2024

Em 2024, o BI reforçou o seu compromisso com a educação e a equidade, através da promoção da permanência escolar e do combate à desigualdade de oportunidades no acesso à educação e ao conhecimento, através de iniciativas como:

- **Aquisição de kits escolares no valor de 190.000 CVE para estudantes da Achadinha**, em parceria com o Projeto Inarakii;
- **Patrocínio no valor de 99.000 CVE para o projeto Rotas do Arquipelago**, promovendo a mobilidade institucional de estudantes, professores e investigadores da Universidade de Santiago;
- **Doação ao Projeto Escola da Vida de materiais de escritório** para estruturação de uma biblioteca a favor das crianças e adolescentes da comunidade de Ponta d'Água que frequentam o espaço;
- **Patrocínio no valor de 100.000 CVE para o projeto Liga Play**, que tem como objetivo proporcionar entretenimento e competição saudável aos jovens adolescentes amantes de futebol, promovendo assim atividades ligadas à educação, no âmbito do desporto escolar.
- **Recolha de bens, valores monetários e alimentos entregues à Associação Colmeia.**

Outros apoios

O Banco Interatlântico participou em jantares beneficentes, apoiando instituições como a **Fundação Dret.u**, com o objetivo de financiar a construção de um centro de recuperação feminina da Fazenda Esperança (no valor de 234.600 CVE), o **Comité Olímpico**, para suporte aos atletas participantes nos Jogos Olímpicos de Paris 2024 (no valor de 100.000 CVE). Para além disso, apoiou a **Apacemira**, viabilizando a participação de uma equipa do Centro Educativo Miraflores em intercâmbio desportivo em Braga, Portugal (no valor de 150.000 CVE).



Iniciativas de apoio à comunidade em 2025

Em 2025, o BI reforçou a sua intervenção junto das comunidades, através de apoios direcionados a instituições sociais, educativas e de proteção infantil, bem como de respostas a emergências, destacando-se:

Aquisição de 30 exemplares do livro “Mulheres e seus destinos”, no valor de 70.590 CVE, promovendo o acesso à leitura e a valorização social;

Donativo à Delegação Escolar da Ribeira Grande de Santiago, no montante de 20.000 CVE, para a realização do concurso “Mentes Brilhantes”, beneficiando 11 alunos do 5.º e 6.º ano com prémios de mérito académico;

Apoio à Associação de Apoio aos Estudantes e Pessoas Carenciadas de Cabo Verde (AAEPCA), no âmbito do projeto “Escola para Todos”, com um donativo de 4.192 CVE, assegurando materiais escolares a um aluno do ensino secundário;

Donativo à Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE), no valor de 270.000 CVE, para aquisição de cerca de 80 kits escolares destinados a alunos beneficiários;

Apoio à Associação Comunitária Alt Bomba, no montante de 104.751 CVE, reforçando o acompanhamento social, educativo e alimentar de cerca de 50 crianças e famílias vulneráveis.

Resposta às chuvas torrenciais na Ilha de São Vicente:

Apoio ao Jardim Creche Mundinho, no valor de 315.568 CVE, com impacto em 164 crianças da comunidade;

Donativo à Fundação Infância Feliz, no montante de 146.868 CVE, apoiando 141 crianças afetadas pelas intempéries;

Financiamento ao Instituto Caboverdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), no valor de 227.125 CVE, para a reabilitação do Centro de Emergência Infantil, beneficiando cerca de 40 crianças e adolescentes em situação de risco.

Outros apoios

O BI contribuiu ainda com a doação de equipamentos hospitalares ao Hospital Universitário Dr. Agostinho Neto, no valor de 46.977 CVE, apoiando a melhoria dos cuidados de saúde, bem como com a entrega de materiais de escritório à Escola de Ensino Básico SOS Hermann Gmeiner, no montante de 15.000 CVE, promovendo o reaproveitamento de recursos em benefício da comunidade escolar.

Para 2026, estão previstas novas parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil, nas áreas da educação, cultura e ambiente, com o objetivo de reforçar o impacto social do Banco Interatlântico junto de grupos em situação de vulnerabilidade.



7.4. Gestão de Fornecedores

Considerando a importância crescente do tema da gestão responsável de fornecedores, o Banco Interatlântico tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais ativo neste sentido, procurando garantir a conformidade com padrões éticos, legais e de sustentabilidade. Embora ainda não exista uma Política de compras formalmente dedicada à sustentabilidade, os processos de contratação já incluem mecanismos de qualificação que integram critérios ESG, reforçando a responsabilidade social e ambiental. Desta forma, o Banco incentiva práticas sustentáveis e posiciona-se como agente educativo, inspirando os seus parceiros a adotar padrões mais elevados e a promover mudanças positivas no tecido empresarial cabo-verdiano.

A análise dos IROs, realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, identificou que o Banco contribui positivamente para a estabilidade económica dos seus fornecedores, sobretudo os de menor dimensão, ao garantir pagamentos atempados e relações contratuais estáveis. Entre os principais riscos, destaca-se a baixa maturidade ESG do mercado local, a escassez de fornecedores em certas categorias e a falta de mecanismos formais de avaliação contínua. Foram também identificadas oportunidades de melhoria, como a capacitação da cadeia de valor e a introdução progressiva de critérios ESG. Ao integrar práticas sustentáveis nas suas compras, o Banco pode impulsionar a transformação responsável do tecido empresarial cabo-verdiano.

Procurement responsável

O procurement responsável é um pilar essencial na estratégia do Banco Interatlântico, assegurando que a aquisição de bens e serviços é realizada de forma ética e transparente. Esta abordagem abrange desde a definição de critérios para a seleção e qualificação de fornecedores, até à implementação de mecanismos que garantem a conformidade legal e regulatória e a integridade das relações comerciais e a valorização de práticas ambientais e sociais positivas. Inclui também o compromisso com pagamentos atempados,

reconhecendo o seu impacto na estabilidade financeira dos parceiros, em especial micro e pequenas empresas, e reforçando a confiança mútua. Ao conjugar rigor nos processos com responsabilidade social e ambiental, o Banco promove relações de fornecimento sólidas, justas e orientadas para a criação de valor partilhado.

“Temos muitas limitações na escolha de fornecedores em Cabo Verde, mas asseguramos processos transparentes e rigorosos.”
-Pedro Gomes, Área de Logística

Mecanismos que garantem um procurement responsável

A aquisição de bens e serviços é regida por um conjunto de normativos internos que asseguram um processo estruturado, transparente e alinhado com os princípios do Grupo CGD:

- **Gestão centralizada de compras de bens e serviços**, que estabelece os procedimentos de requisição, consulta ao mercado, adjudicação e monitorização;
- **Qualificação de fornecedores**, que define critérios mínimos de contratação, incluindo integridade, legalidade e boas práticas ambientais e sociais;
- **Código de Conduta**, que estende aos fornecedores princípios éticos como a prevenção da corrupção, o respeito pelos direitos humanos e a integridade comercial;
- **Manual de boas práticas para prestadores de serviços**, aplicável aos fornecedores com presença nas instalações do Banco, com orientações sobre higiene, segurança, ambiente e uso eficiente de recursos; A empresa prestadora de serviços, ao executar trabalhos nas instalações do BI, ou em locais por este designados, deve conhecer, respeitar, implementar e divulgar a todos os seus empregados e/ou trabalhadores, as regras e boas práticas ambientais (consumo de água, energia e materiais), de segurança e saúde no trabalho indicadas pelo Banco.



Embora ainda não exista uma Política de compras formalmente dedicada à sustentabilidade, estes instrumentos já integram preocupações e critérios relevantes em matéria de responsabilidade social e ambiental.

“Anexamos o Código de Conduta e o Manual de Boas Práticas nos contratos com fornecedores, reforçando os princípios éticos.”
Suely Lima, Área de Logística

De forma a garantir uma conduta ética com os seus fornecedores, o Banco adota uma política ativa de pagamento atempado, reconhecendo os riscos que os atrasos representam para a liquidez de micro e pequenas empresas, que constituem uma parte expressiva dos seus fornecedores. O processo inclui:

- Controlo interno de todas as faturas recebidas;
- Registo em ficheiro central e monitorização da data de vencimento;
- Acompanhamento junto da área de Contabilidade para assegurar liquidação dentro (ou antes) do prazo estipulado

Esta prática tem contribuído para fortalecer as relações com os fornecedores e prevenir situações de pressão financeira no ecossistema empresarial local.

Práticas responsáveis com fornecedores

15 dias de tempo médio de pagamento a fornecedores

Processo de seleção de fornecedores: integridade, compliance e critérios ESG

O processo de qualificação de fornecedores reflete o compromisso institucional com a integridade, a boa governação e a sustentabilidade. Antes da formalização de qualquer contratação, é obrigatória a validação pelo Gabinete de Função Compliance (GFC), que avalia os temas de Ética e Conduta, Conflitos de Interesse, Prevenção da Lavagem de Capitais (PLC) e Combate ao Financiamento do Terrorismo (CFT). A validação pela Área de Logística complementa esta análise, garantindo a conformidade com os procedimentos internos.

Este processo inicia-se com o envio de um Questionário de qualificação, que permite conhecer o perfil do fornecedor em várias dimensões, incluindo:

- Subscrição de condições gerais: aceitação dos princípios éticos e do Manual de boas práticas para prestadores de serviços do Banco
- Supervisão da atividade: existência de regulamentação setorial e necessidade de autorizações para operar.
- Conduta e compliance: existência de Código de Conduta, políticas de prevenção à lavagem de capitais e identificação de eventuais situações de conflito de interesses.
- Informação institucional: sede, sucursais e países onde a empresa atua.
- Identificação de beneficiários efetivos: assegurando a transparência da estrutura societária.
- Práticas ESG: utilização de energia renovável, monitorização de emissões e consumos, e histórico de penalizações ambientais ou laborais.
- Informação financeira: demonstrações financeiras e certificação legal de contas.

O questionário permite emitir pareceres com base em critérios de integridade, sustentabilidade e risco. Embora a ausência de práticas ambientais ou sociais não seja, por si só, critério de exclusão – dada a realidade do mercado nacional – estas são valorizadas sempre que presentes, incentivando a adoção de



boas práticas. Este processo não só permite uma avaliação mais robusta do risco associado à contratação, como também incentiva os fornecedores a alinharem-se com os padrões éticos e sustentáveis do Banco.

Paralelamente, é realizado um processo de qualificação e avaliação dos fornecedores, numa base anual, garantindo que cumprem os requisitos técnicos, legais, ambientais e de compliance definidos pelo Banco.

O Banco Interatlântico assume como prioridade a evolução progressiva da sua cadeia de fornecimento, pretendendo reforçar a formalização dos critérios ESG nos contratos, implementar um mecanismo de monitorização contínua do desempenho dos fornecedores e explorar oportunidades de capacitação conjunta, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do tecido empresarial cabo-verdiano.

“Aplicamos questionários de qualificação para conhecer melhor os fornecedores, incluindo aspetos de sustentabilidade.”
-Pedro Gomes, Área de Logística

7.5 Relação com o Cliente

Refletindo o compromisso com um serviço bancário acessível, transparente, ético e centrado na confiança, o relacionamento com os clientes é um tema fulcral para o Banco Interatlântico. A evolução digital, a proximidade territorial e a escuta ativa orientam a abordagem do Banco neste domínio, apoiada numa cultura organizacional focada no cliente, na integração de critérios sociais e de equidade no acesso aos serviços financeiros, na prevenção de riscos associados à má conduta comercial e na promoção de uma digitalização responsável, inclusiva e segura.

A análise dos IRO realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, permitiu identificar um conjunto de impactos positivos e riscos associados. Entre os impactos positivos destacam-se a inclusão de perfis vulneráveis, o reforço da literacia financeira e a digitalização com foco no utilizador. Por outro lado, foram identificados riscos relevantes, como a possibilidade de exclusão digital, a insatisfação com a comunicação de produtos e a ausência de mecanismos de feedback eficazes.

Comercialização e marketing responsável

O relacionamento com os clientes é regulado por um conjunto articulado de políticas institucionais como o Código de Conduta, Procedimentos de qualidade e atendimento e Procedimentos internos para produtos e canais digitais. Estas políticas asseguram que a comunicação com o cliente é transparente, que os produtos são adequados ao perfil do utilizador e que existem mecanismos eficazes para resolução de litígios.

A comunicação transparente, clara e acessível é reconhecida como um fator crítico para a confiança do consumidor. O Banco estrutura a sua escuta ativa por meio de diferentes canais, fases e formatos, assegurando que a voz dos consumidores é incorporada de forma contínua nas decisões e melhorias de produtos e serviços.

Escuta Ativa, feedback e integração de perspetivas

Entre os mecanismos disponíveis destacam-se os formulários digitais, caixas de sugestões, chat online, redes sociais e os inquéritos de satisfação (NPS), acessíveis a todos os clientes através do site oficial. O feedback recolhido através destes mecanismos permite ao Banco acompanhar de forma estruturada a perceção dos clientes relativamente ao serviço prestado, ao atendimento e à capacidade de resposta, sendo integrado nos processos internos de análise e melhoria contínua. Em 2025, o inquérito NPS contou com 155 respostas, permitindo recolher feedback estruturado sobre a satisfação global, o atendimento ao cliente, a capacidade de resposta e a recomendação do Banco, na escala de 1 a 10.



Todas as reclamações e interações recebidas são registradas e tratadas num sistema digitalizado, com prazos de resposta definidos e acompanhamento até à sua resolução.

Net Promoter Score 2025

155 respostas

NPS 2025: **7 em 10**

Atendimento ao cliente: 71% atribuiu nota 7/10 ou superior

Capacidade de resposta: 60,8% atribuiu nota 7/10 ou superior

Recomendação do Banco: 72,9% atribuiu notas 7/10 ou superior

Melhorias implementadas nos canais digitais

Nº de reclamações recebidas:

2025: 40 (-4,8% vs 2024)

2024: 42 (+35,5% vs 2023)

Durante o período de reporte, as sugestões recolhidas através destes canais permitiram identificar oportunidades de melhoria nos tempos de atendimento, no processo de onboarding digital e na app móvel, bem como na simplificação da linguagem dos contratos, tornando-a mais clara e acessível.

Adicionalmente, para reforçar a transparência e a tomada de decisão informada, o Banco introduziu simuladores atualizados nos canais digitais, facilitando a compreensão dos custos associados aos produtos e serviços. Foi também desenvolvido um modelo de marketing responsável, garantindo

alinhamento com critérios éticos, legais e em conformidade com as disposições do Código de Conduta do Banco.

Em 2024, foi promovido um workshop sobre ética comercial e comunicação responsável, com impacto direto na reformulação de brochuras, simuladores e conteúdos digitais, tornando-os mais intuitivos e inclusivos.

Em 2025, o Banco deu continuidade a estas iniciativas, reforçando a autonomia e conveniência dos clientes na app BI Móvel, através da sua modernização, que permitiu ampliar funcionalidades, melhorar a navegação e disponibilizar operações essenciais de forma mais intuitiva, reduzindo a necessidade de deslocações às agências.

Paralelamente, a integração de novos canais digitais, como formulários eletrónicos, assinatura digital e processos remotos de onboarding, contribuiu para a simplificação de processos, redução de tempos de espera e maior transparência, promovendo uma melhoria contínua da experiência do cliente ao longo de todo o ciclo de relacionamento.

Esta abordagem estruturada e participativa evidencia o compromisso do Banco Interatlântico com a melhoria contínua, a inclusão e a centralidade do cliente nas suas operações.

Inclusão e literacia financeira

A inclusão e a literacia financeira constituem elementos fundacionais da proposta de valor do BI enquanto instituição promotora da justiça social, equidade no acesso ao sistema bancário e empoderamento financeiro dos cidadãos.

Para mais informação relativamente à exclusão digital, consultar o capítulo “8. COMPROMISSO COM A INTEGRIDADE E A CONFIANÇA” > “8.5. Transformação Digital e Inovação” > “Inclusão digital”.

8.

COMPROMISSO COM A INTEGRIDADE E A CONFIANÇA



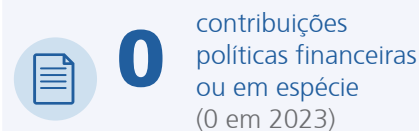
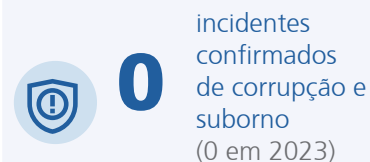
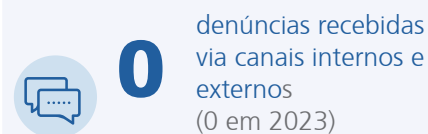
Governar de forma ética e transparente, gerir eficazmente os riscos e proteger a informação, são pilares para garantir a confiança e impulsionar a inovação no Banco Interatlântico.

O Banco Interatlântico pauta a sua atuação por elevados padrões de ética, transparência e responsabilidade, assegurando que todas as decisões e práticas se alinham com princípios de boa governação, conduta empresarial responsável e inovação. Reconhece ainda que a confiança das partes interessadas depende não só da integridade, mas também da capacidade de antecipar e gerir riscos, proteger a informação e investir em transformação digital para responder aos desafios de um mercado em evolução.

O compromisso com esses princípios reflete-se na implementação de mecanismos de governação robustos, no cumprimento de obrigações legais e na promoção de uma cultura ética e segura, reforçada por Políticas de privacidade e proteção de dados.

Ao longo deste capítulo, são apresentadas as principais iniciativas, resultados e desafios para consolidar uma cultura organizacional assente na integridade e na inovação.

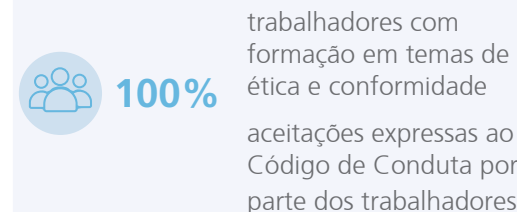
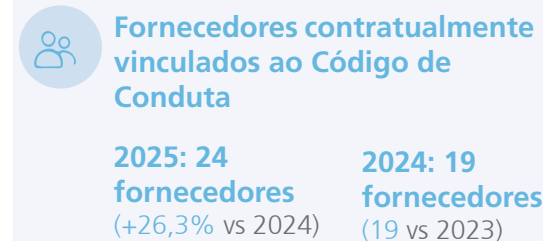
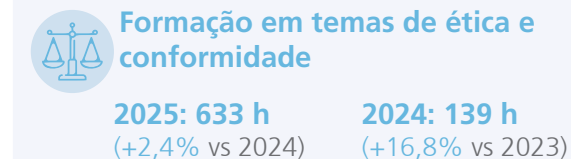
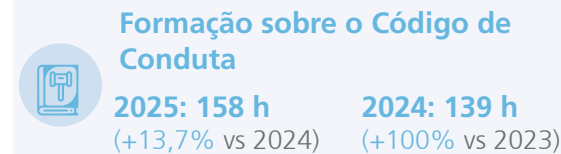
Denúncias e incidentes em 2024 e 2025



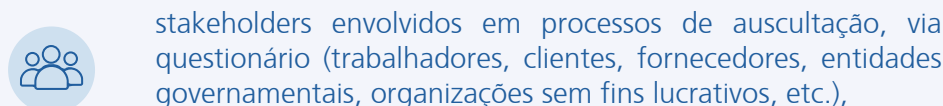
Reclamações em 2024 e 2025



Ética e conduta



Envolvimento de stakeholders



Em 2024: 2773 Stakeholders



8.1 Governo Corporativo

Um modelo de governação sólido, transparente e eficiente é essencial para garantir a sustentabilidade do negócio, a proteção dos interesses das partes interessadas e a conformidade com as melhores práticas internacionais. A estrutura de governo corporativo do Banco é concebida para assegurar a integridade, a responsabilidade e a transparência na gestão, suportando a tomada de decisão informada e alinhada com a estratégia de longo prazo e os compromissos de sustentabilidade. Esta abordagem contribui para reforçar a confiança junto de clientes, trabalhadores, acionistas, reguladores e comunidade, criando as condições para o crescimento sustentável e para uma atuação responsável no contexto de Cabo Verde.

A análise dos IRO realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, relativa ao Governo Corporativo, identifica a existência de efeitos positivos reais associados à promoção de um diálogo aberto e construtivo com as partes interessadas, bem como à divulgação transparente e regular de informação não financeira. Estas práticas contribuem para uma melhor compreensão das necessidades e expectativas das partes interessadas, fortalecem a reputação institucional e sustentam o alinhamento com compromissos e normas internacionais, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Adicionalmente, foram identificados riscos relacionados com a possibilidade de divulgação de informação incorreta ou incompleta e com a existência de modelos de governação que não assegurem uma separação eficaz de funções, colocando em causa a confiança, a transparência e o equilíbrio das operações.

Envolvimento das partes interessadas

O diálogo aberto e estruturado com as suas partes interessadas é um pilar essencial para assegurar a transparência, a criação de valor partilhado e o alinhamento estratégico com as melhores práticas de governança. Nesse sentido, ao longo do ano de 2024 e 2025, o Banco continuou a assegurar que este envolvimento fosse conduzido de forma contínua e sistemática,

garantindo que as necessidades, expectativas e preocupações dos diferentes públicos fossem compreendidas e incorporadas no planeamento estratégico, nos processos de decisão e na melhoria dos produtos e serviços. Alinhado com as orientações da CGD, o Banco adota metodologias ajustadas à realidade de Cabo Verde, assegurando que as especificidades locais são tidas em conta sem comprometer os padrões de integridade e rigor do Grupo.

Abordagem e processos de envolvimento

As iniciativas de envolvimento têm como objetivos principais assegurar a transparência e a boa governação, promover a conformidade legal, reforçar a confiança e contribuir para a melhoria contínua de produtos e serviços. Os resultados das auscultações são analisados e integrados nos processos internos, influenciando decisões estratégicas e reforçando o compromisso do Banco com um modelo de gestão centrado nas pessoas e no desenvolvimento sustentável. É promovido um envolvimento diversificado e contínuo, recorrendo a canais adaptados a cada grupo de *stakeholders*.



PRINCIPAIS GRUPOS DE STAKEHOLDERS

FORMAS DE ENVOLVIMENTO

Trabalhadores	Sessões de auscultação; comunicação interna; inquéritos de satisfação; formações; participação em ações e projetos internos.
Órgãos de governação	Reuniões regulares; reporte de resultados das auscultações; partilha de indicadores de desempenho e progresso de ações estratégicas.
Grupo CGD	Alinhamento estratégico e normativo; partilha de políticas e procedimentos; reuniões de coordenação; reporte regular de desempenho e conformidade.
Acionistas e investidores	Divulgação de relatórios de sustentabilidade e informação financeira; reuniões e assembleias; canais de comunicação institucional.
Reguladores	Cumprimento de requisitos legais e normativos; reporte regular; participação em consultas públicas; submissão de documentos de conformidade.
Clientes	Inquéritos de satisfação; canais de atendimento e reclamações; campanhas de informação; oferta de produtos e serviços adaptados; auscultações específicas.
Fornecedores	Processos de procurement e due diligence; comunicação sobre requisitos contratuais.
Parceiros de negócio	Reuniões estratégicas; desenvolvimento conjunto de projetos; comunicação regular para alinhamento de objetivos.
Comunidade / organizações não-governamentais	Parcerias em projetos sociais, ambientais e de voluntariado; apoio financeiro e técnico; iniciativas de desenvolvimento local.
Órgãos de comunicação social	Divulgação de informação institucional e de sustentabilidade; conferências de imprensa; envio de comunicados.

Para mais informações sobre os mecanismos de envolvimento do BI com os clientes e com os trabalhadores, ver capítulo “7. Compromisso com as pessoas”, secção “7.5. Relação com o cliente” > “Escuta ativa, feedback e integração de perspetivas” e o capítulo “7. Compromisso com as pessoas”, secção “7.1. Gestão de Recursos Humanos” > “Envolvimento dos trabalhadores através da cultura participativa”, respetivamente.

Divulgação de informação não financeira

O Banco Interatlântico assegura que a divulgação de informação não financeira, nomeadamente o Relatório de Sustentabilidade, segue processos formais de revisão, aprovação e gestão de riscos, garantindo a fiabilidade e a conformidade com as orientações do Grupo CGD e as exigências regulatórias nacionais. Estes mecanismos asseguram que a informação apresentada reflete com rigor o desempenho da organização nas áreas ambientais, sociais e de *governance*, e que apoia a tomada de decisão e a comunicação transparente com as partes interessadas

Processos de revisão, avaliação e comunicação

O processo de elaboração e aprovação do Relatório de Sustentabilidade envolve uma revisão detalhada e sequencial. O documento é inicialmente validado pela Comissão Executiva e, posteriormente, pelo Conselho de Administração. Após aprovação, o Relatório é partilhado publicamente no website institucional do Banco, ficando acessível a todos os interessados.

Canais de comunicação do Relatório de Sustentabilidade

- Website do Banco Interatlântico
- Intranet



Modelo de governo robusto e transparente

O Banco Interatlântico adota um modelo de governo corporativo alinhado com as orientações do Grupo e adaptado ao contexto regulatório de Cabo Verde, assegurando elevados padrões de transparência, integridade e responsabilidade. Este modelo visa garantir uma gestão eficaz e sustentável, promovendo a criação de valor a longo prazo para acionistas, clientes, trabalhadores e restantes partes interessadas.

O modelo de governação do Banco é suportado por políticas internas que asseguram a consistência, fiabilidade e rastreabilidade da informação utilizada nos processos de decisão, gestão e reporte. Neste âmbito, destaca-se a Política de Governo e Qualidade dos Dados, aprovada em 2025, que estabelece os princípios e responsabilidades aplicáveis à gestão, qualidade, agregação e reporte de dados no Banco Interatlântico.

A estrutura de governação é composta por órgãos sociais com funções bem definidas, mecanismos de supervisão independentes e processos de tomada de decisão claros, assegurando a separação de responsabilidades e o equilíbrio entre a gestão executiva e a supervisão estratégica

Modelo e princípios de governação

O modelo de governação do BI assenta numa estrutura organizacional clara, que assegura a separação de funções e a independência dos órgãos sociais. Este modelo é composto pelo Conselho de Administração, responsável pela definição da estratégia e supervisão da gestão; pelo Conselho Fiscal, com funções de fiscalização e controlo; e por outras comissões especializadas que apoiam a tomada de decisão em áreas críticas

Para mais informação, consultar o capítulo “1. Uma Referência Para O Segmento Empresarial” > “1.2. Governança e estrutura societária”.

A atuação destes órgãos é guiada por princípios de integridade, transparência, prestação de contas, eficiência e compromisso com as melhores práticas de governação corporativa, promovendo a criação de valor sustentável.

Princípios-chave do Modelo de governação

- Integridade e transparência
- Prestação de contas
- Eficiência na tomada de decisão
- Alinhamento com as melhores práticas internacionais
- Criação de valor sustentável



Composição e seleção dos órgãos de governação

A Política de avaliação da adequação para a seleção dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos titulares de funções essenciais assegura que todos os responsáveis pelo governo societário do Banco possuem o perfil adequado para o exercício das suas funções. Esta política aplica-se aos membros do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e aos titulares de funções essenciais, garantindo o cumprimento da legislação aplicável e das orientações da CGD.

O objetivo é assegurar, de forma contínua, a adequação individual e coletiva destes responsáveis, considerando critérios como experiência, qualificação técnica, diversidade (de género e idades), disponibilidade e estabilidade institucional.

A avaliação da adequação é da responsabilidade da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações para os órgãos sociais e do Conselho de Administração para os titulares de funções-chave. Esta comissão é também responsável por rever e atualizar a Política de remunerações, garantindo o alinhamento com as disposições legais e regulamentares, a coerência com uma gestão de riscos prudente e a prevenção de conflitos de interesse.



Critérios de adequação

Idoneidade: conduta pessoal e profissional íntegra.

Qualificação profissional: experiência relevante e conhecimentos técnicos.

Independência: objetividade e isenção.

Disponibilidade: dedicação compatível com as responsabilidades.

Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos esquemas de incentivos

A Política de Remuneração aplicável aos membros dos órgãos de administração e fiscalização integra fatores de sustentabilidade, assegurando o alinhamento entre os esquemas de incentivos, a estratégia da instituição e a gestão dos riscos, incluindo os riscos de sustentabilidade.

O esquema de remuneração baseia-se num modelo misto, composto por uma componente fixa e uma componente variável, sendo esta última dependente do desempenho e limitada a 100% da remuneração fixa. A componente variável é determinada com base em critérios financeiros e não financeiros, incluindo risco, conformidade e fatores ambientais, sociais e de governação (ESG), promovendo o alinhamento com os objetivos estratégicos de longo prazo do Banco.

A avaliação do desempenho dos administradores executivos integra, para além de indicadores financeiros, objetivos relacionados com a sustentabilidade, nomeadamente o impacto ambiental e social da atividade, o cumprimento de boas práticas de governação e ética, o alinhamento com a gestão dos riscos de sustentabilidade e o contributo para os objetivos estratégicos de longo prazo da instituição. As métricas ESG são incorporadas como parte integrante do sistema de avaliação de desempenho, sem constituírem indicadores autónomos ou isolados.

Gestão e monitorização de riscos

O modelo de governação está estreitamente articulado com o sistema de gestão de riscos da organização, garantindo que a identificação, avaliação e mitigação dos riscos estratégicos, operacionais e de sustentabilidade são realizadas de forma contínua.

Os detalhes sobre a abordagem e práticas adotadas encontram-se descritos no sub-capítulo “8.3. Gestão do risco” deste relatório.



8.2 Ética, Conduta e Compliance

A ética, a conduta responsável e o cumprimento rigoroso das obrigações legais e regulamentares são considerados pilares essenciais da atuação do Banco, contribuindo para a construção de relações de confiança com clientes, trabalhadores, acionistas, reguladores e a sociedade em geral. A atuação do Banco pauta-se por elevados padrões de integridade, transparência e responsabilidade, alinhados com as melhores práticas internacionais e com as orientações do Grupo Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente integrando políticas e procedimentos robustos que regulam temas como a prevenção de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais, a promoção de práticas de concorrência justas, a transparência fiscal e a monitorização contínua do cumprimento regulatório, incluindo no âmbito das exigências ESG. Esta abordagem promove uma cultura organizacional sólida, sustentada em princípios de integridade e em mecanismos de prevenção, deteção e mitigação de riscos, essenciais para a sustentabilidade do negócio e para a atuação responsável no contexto de Cabo Verde.

A análise dos IRO relacionados com ética, conduta e compliance, no âmbito da dupla materialidade da CSRD indica que podem ocorrer impactos negativos caso se verifiquem incidentes de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais, a adoção de estratégias de evasão fiscal ou a ocorrência de práticas anti-concorrenciais, os quais poderiam comprometer a confiança na instituição e no setor financeiro. Do ponto de vista financeiro, estes cenários representam riscos potenciais como danos reputacionais, incumprimento da regulamentação ESG e potenciais sanções decorrentes de infrações legais ou regulamentares. A atuação preventiva do Banco, assente na implementação de políticas internas, formações regulares e mecanismos de monitorização, visa mitigar estes riscos e reforçar a integridade institucional, assegurando a conformidade com as normas nacionais e internacionais.

Ética e cultura corporativa

O Banco Interatlântico pauta a sua atuação por uma cultura empresarial assente em princípios de ética, integridade e conformidade normativa, promovida de forma transversal junto de todos os trabalhadores. Esta cultura é suportada por mecanismos formais implementados pelo Gabinete de Compliance, em articulação com a CGD, entidade-mãe do Banco Interatlântico, e adaptados à legislação e ao contexto cabo-verdiano.

O compromisso com uma conduta responsável e transparente é materializado em políticas, códigos, formações e canais de reporte que asseguram a aplicação prática destes valores e fortalecem a confiança dos clientes, trabalhadores, fornecedores e demais partes interessadas

Reforço do compromisso com os princípios da organização

Desde 2024, todos os trabalhadores realizam anualmente uma aceitação expressa do Código de Conduta, reforçando o compromisso individual com os princípios éticos da organização.

Um dos principais pilares desta cultura é o Código de Conduta, adotado em 2008 e sucessivamente atualizado ao longo dos anos, tendo a sua última revisão ocorrido em 2021. Este instrumento estabelece os princípios de atuação — como a independência de interesses — e as normas de conduta profissional, incluindo a gestão de conflitos de interesse que possam surgir no exercício da atividade. Encontra-se ainda prevista uma nova atualização em 2026, com o objetivo de abranger matérias até agora omissas, como a cibersegurança, a inteligência artificial e a fraude, bem como reforçar conteúdos já contemplados, nomeadamente em matéria de sustentabilidade e corrupção.

Este documento é apresentado a todos os novos trabalhadores durante o processo de integração, através de uma sessão conduzida pela Compliance Officer, onde são esclarecidos os seus objetivos, estrutura e obrigações.



“*Todos os trabalhadores recebem formação sobre o Código de Conduta logo na sua integração, assegurando o alinhamento com os princípios éticos desde o primeiro dia.*”
-Carla Sofia Mota, Diretora do Gabinete de Função Compliance”

Promoção da cultura de integridade

Em 2024 e 2025, o Banco realizou um conjunto de ações de formação em ética, conduta e *compliance*, abrangendo temas como Código de Conduta, prevenção da corrupção e infrações conexas, conflitos de interesses, mecanismos internos de comunicação de práticas irregulares, prevenção de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo e fraude externa, bem como matérias de controlo interno e cumprimento regulatório, incluindo FATCA, SCIPi, modelo de funcionamento e registo de incumprimentos.

- 2024:** 618 horas
- 2025:** 633 horas
- Prevenção da Lavagem de Capitais e do Financiamento do Terrorismo: 214h - Aceitação de Prendas: 158h
 - Compliance Regulatório: 22h
 - Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA): 75 horas
 - Fraude Externa: 164h

O Código de Conduta encontra-se disponível no website institucional e é também aplicável a fornecedores e prestadores de serviços, que se comprometem contratualmente a respeitar os princípios éticos e de integridade do BI, adotando boas práticas de governo societário, rejeitando qualquer forma de corrupção ou suborno e assumindo a responsabilidade de denúncia perante potenciais irregularidades.

A cultura de integridade é promovida e mantida através de formações anuais obrigatórias – quer no onboarding, quer anualmente - com conteúdos rotativos que abrangem temas como prevenção da corrupção, conflitos de interesse, aceitação de ofertas e prendas, práticas irregulares e canais de denúncia. Estas ações formativas são também uma ferramenta de sensibilização contínua, assegurando o alinhamento dos comportamentos com os normativos internos e promovendo a responsabilização individual.

Canais de denúncia e proteção do denunciante

O Banco dispõe de mecanismos formais para identificar, comunicar e investigar preocupações relacionadas com comportamentos ilícitos ou em inconformidade com o Código de Conduta e normativos internos. O canal de denúncias – previsto no Sistema de comunicação interna de práticas irregulares – é gerido pelo Presidente do Conselho Fiscal, garantindo a separação entre a gestão do processo e as áreas operacionais.

As denúncias podem ser apresentadas por carta ou e-mail, sendo voluntárias, mas não anónimas, conforme a legislação cabo-verdiana. Apesar dessa limitação, é assegurada total confidencialidade ao denunciante e a quem o auxilie.

Prevenção de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais

O Banco Interatlântico adota uma abordagem estruturada e preventiva no combate à corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais, em linha com a legislação cabo-verdiana, as orientações do Grupo e as melhores práticas internacionais do setor bancário. A integridade é um valor central para o Banco, que mantém políticas, mecanismos de controlo e canais de reporte capazes de prevenir, detetar e responder a comportamentos ilícitos



ou em desconformidade com as suas normas internas. Até à data, não foram registados incidentes ou denúncias formais suborno ou corrupção, evidenciando a eficácia das medidas implementadas e a cultura de cumprimento voluntário por parte dos trabalhadores.

Para informação complementar relativamente a este tema, consultar o capítulo “8. Compromisso com a integridade e a confiança” > “8.3. Gestão do risco” > “Prevenção e combate ao crime financeiro”.

Políticas e procedimentos de prevenção

O principal instrumento do BI nesta matéria é a Política de prevenção da corrupção e infrações conexas, que estabelece o âmbito, os crimes abrangidos, as áreas de risco, os mecanismos de prevenção e o Plano de atualização e monitorização. Entre as áreas mais expostas destaca-se o processo de alienação de ativos, como os imóveis recuperados no âmbito de operações de crédito, para o qual existem controlos implementados para a mitigação do risco inerente, designadamente normativos específicos e procedimentos de concurso com regras reforçadas, assegurando transparência e integridade.

A política é aprovada pelos órgãos de administração e fiscalização, garantindo o envolvimento direto da liderança. Aplica-se a todos os trabalhadores, fornecedores e prestadores de serviços, que contratualmente se obrigam a respeitar princípios de integridade, a rejeitar ativamente qualquer prática ilícita e a denunciar irregularidades.

Prevenção de conflitos de interesse

A prevenção e a gestão de conflitos de interesse encontram-se previstas na Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses, aplicável ao Banco e a todos os seus trabalhadores. Esta política estabelece os princípios de atuação e os procedimentos necessários para prevenir situações suscetíveis de comprometer a imparcialidade, a neutralidade ou a independência no exercício das funções.

Neste enquadramento, a aceitação ou oferta de prendas e hospitalidade encontra-se regulada em norma específica, aplicável a todos os trabalhadores, a qual define critérios, limites e procedimentos, incluindo o enquadramento das exceções admissíveis, em articulação com o Código de Conduta e a

Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.

Os trabalhadores devem comunicar de forma imediata ao Gabinete de Função Compliance todas as ofertas, hospitalidades ou outros benefícios que, de algum modo, se relacionem com as funções exercidas no Banco, para efeitos de análise, decisão e respetivo registo, nos termos previstos nos normativos internos.

Adicionalmente, todos os membros dos órgãos de administração e de fiscalização estão obrigados a declarar potenciais conflitos de interesse, incluindo participações financeiras ou relações relevantes com fornecedores, clientes ou outras partes relacionadas, assegurando a transparência e a adequada gestão destas situações.

Ferramentas de prevenção de conflitos de interesse

Em 2024, foram recolhidos os relatórios dos novos membros dos órgãos sociais, não tendo sido identificadas incompatibilidades. Em 2024 e 2025 foi ainda ministrada uma ação de formação sobre o tema, reforçando a cultura de *compliance*.

Mecanismos de deteção e reporte

A deteção de irregularidades pode ocorrer através dos mecanismos de controlo interno do Banco ou por via de canais formais de denúncia previstos nos normativos internos.

O Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPi) constitui o principal canal interno de denúncia, permitindo aos trabalhadores reportar todo o tipo de práticas irregulares, incluindo incidentes de corrupção, fraude ou outras situações de incumprimento. A independência no tratamento das comunicações é assegurada pelo Conselho Fiscal, responsável pela análise, investigação e reporte ao órgão de administração.

Complementarmente, os trabalhadores podem recorrer a outros circuitos formais previstos nos normativos internos, nomeadamente o reporte hierárquico, a comunicação escrita ao Gabinete de Auditoria Interna (GAI) ou a comunicação aos órgãos de administração e de fiscalização, assegurando múltiplos níveis de controlo e atuação.



Para além dos canais internos, estão igualmente disponíveis mecanismos externos, incluindo as autoridades competentes, como o Banco de Cabo Verde, a Auditoria-Geral do Mercado de Valores Mobiliários e a Procuradoria-Geral da República, através da plataforma oficial de denúncias de corrupção ou fraude. Adicionalmente, o Banco disponibiliza canais de contacto no website institucional e no Internet Banking, destinados a clientes, fornecedores e outros stakeholders. Em 2024 e 2025, não foram registadas denúncias através destes canais.

Formação e sensibilização

A prevenção é reforçada por um programa anual de formações obrigatórias para todos os trabalhadores, abordando temas como corrupção, suborno, conflitos de interesse, aceitação de ofertas/prendas, práticas irregulares e canais de denúncia. No processo de onboarding, é apresentada a Política de prevenção da corrupção e infrações conexas, bem como o Código de Conduta. As ações formativas seguem um normativo específico e incluem o âmbito da política, os crimes visados, as áreas mais expostas, as medidas de prevenção e o processo de atualização.

Formações na área de ética e corrupção

Em 2024, dois membros do Conselho de Administração participaram numa formação internacional com a duração de 7h, subordinada ao tema Ethics in Finance, promovida pela entidade supervisora e pelo ATTF (Agence de Transfert de Technologie Financière) de Luxemburgo, reforçando o compromisso da alta direção com a ética e a integridade.

Em 2025, três membros não executivos do órgão de administração participaram numa ação de formação sobre Governance e Cultura de Controlo Interno.

Transparência fiscal

O Banco Interatlântico pauta a sua atuação por princípios de integridade, legalidade e neutralidade política, garantindo que não realiza qualquer tipo de apoio financeiro ou em espécie a partidos, candidatos ou organizações políticas. Esta postura assegura que as suas decisões estratégicas e operacionais são tomadas de forma independente e isenta de influências externas de natureza política.

O BI mantém uma política de neutralidade política absoluta, não participando em atividades de lobbying nem realizando contribuições políticas de qualquer natureza.

Contribuições políticas

Durante o ano de 2024 e 2025, não foram identificadas quaisquer contribuições políticas, financeiras ou em espécie, doações, apoios ou patrocínios a partidos, candidatos ou organizações políticas, nem foram detetadas contribuições em espécie com fins políticos.

Práticas de concorrência justas

A atividade do Banco é conduzida em estrito cumprimento da legislação aplicável e das normas regulatórias nacionais e internacionais, adotando práticas que garantem a concorrência leal no setor financeiro. Esta abordagem visa assegurar que todos os produtos, serviços e operações do Banco são desenvolvidos e comercializados de forma transparente, isenta e em conformidade com padrões éticos elevados.

A instituição repudia expressamente qualquer prática que possa ser considerada anti-concorrencial, incluindo acordos de fixação de preços, abuso de posição dominante ou qualquer outra conduta que comprometa a atuação ética do BI, preservando a integridade do mercado e a confiança das partes interessadas.



Ao longo do período de reporte, o cumprimento das regras de concorrência foi monitorizado através de mecanismos internos de controlo e pela atuação das áreas de Compliance e Auditoria Interna, que garantem a conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis.

A formação contínua dos trabalhadores, em particular daqueles que participam em processos comerciais, negociais ou de contratação, foi, em 2024 e 2025, parte integrante desta abordagem preventiva. O Banco mantém, ainda, tolerância zero para práticas anti-concorrenciais, preservando a integridade do mercado e a confiança das partes interessadas.

Zero incidentes relacionados com práticas anti-concorrenciais:

Durante o ano de 2024 e 2025, não foram identificados incidentes relacionados com práticas anti-concorrenciais nem foram aplicadas sanções ou multas ao Banco Interatlântico por violações a este respeito.

Gestão de conformidade

O sistema de governance do Banco Interatlântico assenta num conjunto integrado de princípios, estruturas organizativas e processos internos que orientam a gestão responsável do negócio e asseguram a conformidade com os requisitos legais, regulamentares e éticos aplicáveis.

O Banco adota uma abordagem estruturada e proativa à gestão de conformidade, assegurando o cumprimento integral da legislação, regulamentação e normas aplicáveis à sua atividade. Esta função é desempenhada pelo Gabinete de Função Compliance, que atua de forma independente e em alinhamento com as orientações do Grupo Caixa Geral de Depósitos, integrando as especificidades do contexto cabo-verdiano.

O Gabinete de Função Compliance é responsável por identificar, avaliar e monitorizar os riscos de incumprimento, propondo medidas de prevenção e mitigação, bem como por assegurar que os normativos internos e externos são devidamente comunicados, implementados e atualizados. Esta área acompanha igualmente as alterações regulatórias relevantes, promovendo

a sua adequada integração nas políticas internas e nos procedimentos operacionais do Banco.

A conformidade é promovida de forma transversal junto de todos os trabalhadores através de formações periódicas, circulares internas e da disponibilização de normas no sistema interno do Banco. Os conteúdos abordam, entre outros temas, a conduta ética, a prevenção da corrupção, a prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, a proteção de dados, bem como o cumprimento das obrigações legais e regulatórias.

Algumas das principais políticas de ética, conduta e compliance do Banco encontram-se publicamente disponíveis no website institucional, reforçando a transparência e a comunicação com os diferentes stakeholders.

Ações de capacitação e sensibilização

Participação de todos os trabalhadores do Gabinete de Compliance no Workshop para os Compliance Officers das Entidades do Grupo, ministrado pela Direção de Compliance da CGD em 2024 e 2025.



8.3 Gestão do Risco

A gestão de risco no BI é encarada como um processo transversal, estruturado e alinhado com as orientações do Grupo CGD. Nos últimos anos, o Banco tem cimentado a integração dos fatores ambientais, sociais e de governance (ESG) no seu modelo de gestão de risco, reconhecendo que estes representam dimensões estratégicas para a sustentabilidade e resiliência do seu portfólio de crédito.

Este reforço deve-se, em grande parte, à crescente exigência regulatória a nível europeu e à orientação da CGD para uma abordagem robusta à sustentabilidade, mas também reflete um compromisso interno com a gestão prudente dos riscos e a criação de valor de longo prazo. Numa conjuntura marcada por incertezas económicas, riscos climáticos, ameaças digitais e transformações regulatórias, o Banco tem vindo a reforçar a sua abordagem à gestão integrada de riscos, com foco na antecipação de vulnerabilidades, na mitigação de impactos adversos e na valorização de oportunidades estratégicas.

A análise dos IRO, realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, identificou, no domínio da continuidade de negócio, a importância crítica de garantir a prestação ininterrupta de serviços bancários e financeiros, contribuindo assim para a estabilidade económica de famílias, empresas e comunidades. A existência de planos e mecanismos robustos de gestão de desastres e continuidade de negócio é igualmente fundamental para enfrentar eventos inesperados, como crises climáticas, ciberataques ou interrupções tecnológicas. Em contrapartida, a ausência ou fragilidade destes mecanismos representa um risco para a capacidade de resposta da instituição.

Relativamente à prevenção e combate ao crime financeiro, o Banco está consciente da sua exposição a incidentes como fraude, lavagem de capitais, corrupção ou financiamento do terrorismo, cuja ocorrência compromete não apenas os resultados financeiros, mas também a integridade institucional e a reputação da organização. Nesse sentido, são adotadas medidas sistemáticas de controlo, monitorização e formação, alinhadas com os normativos nacionais e internacionais aplicáveis.

Por sua vez, a gestão de riscos ESG e outros riscos sistémicos tem ganho relevo na agenda estratégica do Banco. A adoção de uma abordagem robusta à gestão de risco ESG permite antecipar impactos emergentes, mitigar riscos financeiros associados a fatores não tradicionais e contribuir para uma transição mais sustentável da economia.

Mesmo sem exigência local, seguimos os requisitos do Grupo CGD, elevando o nível de gestão de risco.

-Alberto Jesus, Diretor da Direção de Gestão de Risco

Continuidade de negócio

A capacidade de assegurar o funcionamento ininterrupto das operações e transações financeiras é fundamental para mitigar impactos negativos nas famílias, nas empresas e na economia em geral, bem como para garantir a qualidade dos serviços.

A existência de planos e mecanismos de gestão de desastres e de continuidade de negócio robustos é um fator crítico de resiliência. A ausência ou fragilidade destes instrumentos pode representar um risco relevante, comprometendo a capacidade de resposta do Banco face a eventos inesperados como catástrofes naturais, falhas tecnológicas ou perturbações operacionais.



A abordagem adotada privilegia a antecipação e mitigação de riscos operacionais, através de testes periódicos aos planos de continuidade, da identificação de funções críticas e da promoção de redundâncias e sistemas alternativos. É igualmente dada importância à formação interna e sensibilização dos trabalhadores, para assegurar que toda a organização está preparada para reagir a situações de crise.

Gestão de riscos ESG e outros riscos sistémicos

A evolução gradual na integração de critérios ESG no modelo de avaliação de riscos representa uma oportunidade para reforçar a solidez do processo de concessão de crédito e de decisão de investimento.

Para mais informações, consultar o capítulo “6. Compromisso com o ambiente” > “6.1 Alterações Climáticas” > “Descarbonização do Portfólio” > “Compromisso de transição para uma economia de baixo carbono”.

Integração ESG na avaliação de risco	Gestão e monitorização de riscos climáticos
Embora o sistema interno de rating ESG ainda se encontre em desenvolvimento, com apoio da CGD, o Banco tem já incorporado princípios de sustentabilidade nas suas análises de crédito e na seleção de projetos. Esta evolução tem sido acompanhada por ações de formação interna sobre riscos climáticos, ambientais e sustentabilidade, destinadas tanto a trabalhadores como à Comissão Executiva, com o objetivo de consolidar competências técnicas e fomentar uma cultura de risco alargada à dimensão ESG.	No âmbito da gestão de riscos climáticos, é elaborado trimestralmente o Relatório integrado de risco e comunica, através do RAS, informações detalhadas sobre exposições com potencial vulnerabilidade a riscos físicos agudos. Uma das métricas reportadas diz respeito aos empréstimos garantidos por imóveis localizados em regiões suscetíveis a impactos decorrentes de eventos extremos associados às alterações climáticas. Complementarmente, são reportados regularmente os impactos climáticos das suas carteiras de crédito, com segregação por setores de atividade económica, bem como receitas provenientes de juros, taxas e comissões associadas a indústrias com elevado nível de emissões de gases com efeito de estufa. Estes indicadores permitem monitorizar, de forma progressiva, a exposição da instituição a riscos de transição e apoiar a redefinição estratégica do seu portfólio.



Prevenção e combate ao crime financeiro

A prevenção e o combate ao crime financeiro são elementos fundamentais para garantir a integridade do sistema financeiro, proteger os seus clientes e preservar a confiança dos stakeholders. A eventual ocorrência de incidentes de natureza criminal, como a fraude, a lavagem de capitais, a corrupção e o financiamento do terrorismo, poderá representar impactos significativos para a organização, tanto a nível reputacional como operacional.

Nesse sentido, a instituição mantém uma atuação preventiva e rigorosa, adotando procedimentos e controlos internos robustos, alinhados com as exigências legais e regulamentares, bem como com as melhores práticas internacionais. A exposição a riscos de crime financeiro é continuamente monitorizada, sendo este um vetor prioritário na gestão de risco operacional. O reforço da capacitação das equipas, a melhoria dos sistemas de deteção e reporte, e a promoção de uma cultura de conformidade são pilares centrais da abordagem nesta matéria.



2025: 3 sessões

2024: 2 sessões de formação.

Para mais informações, consultar o capítulo “8. Compromisso com a integridade e a confiança” > “8.2. Ética, conduta e compliance”.

8.4 Privacidade e Proteção de Informação

A proteção da informação e da privacidade dos dados pessoais constitui uma das dimensões mais críticas da atividade bancária contemporânea. A crescente digitalização dos serviços financeiros e o volume de dados tratados exigem não apenas o cumprimento rigoroso das obrigações legais, mas também a consolidação de uma cultura organizacional assente na ética, na segurança e na prevenção.

A análise dos IRO, realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, reforçou a relevância desta temática na instituição, evidenciando potenciais riscos reputacionais, legais e operacionais associados a falhas na proteção da informação. A sofisticação dos ataques cibernéticos e das práticas de engenharia social, como *phishing*, *spoofing* ou *smishing*, reforçam a necessidade de uma atuação estruturada, preventiva e contínua.



O Banco Interatlântico posiciona-se como referência em Cabo Verde na área da segurança da informação.

-Paulo Monteiro, *Security Officer* do BI



Segurança da informação e cibersegurança

O Banco Interatlântico dispõe de um modelo de governação da segurança da informação que define princípios, responsabilidades e processos de decisão claros, assegurando a proteção adequada de todos os dados gerados, armazenados ou tratados pela organização, independentemente do seu suporte. Este modelo visa garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade da informação, conjugando dimensões tecnológicas, legais e operacionais.



Este enquadramento é suportado por um conjunto integrado de políticas, ordens de serviço e normas internas que regulam todo o ciclo de vida da informação, incluindo a proteção de dados pessoais, a resposta a incidentes de segurança e o controlo de acessos.

A base deste sistema assenta na Política Global de Prevenção e Segurança, definida em 2018, que estabelece o enquadramento global aplicável à proteção de pessoas, bens, património, valores, acervos de informação e outros ativos, bem como à prevenção da prática de crimes, alinhada com as melhores práticas e recomendações das entidades de supervisão.

Complementarmente, o Banco dispõe, desde 2018, da Política sobre a Segurança dos Pagamentos na Internet, aplicável aos serviços digitais disponibilizados aos clientes.

Nos últimos anos, este enquadramento foi progressivamente consolidado e densificado. Em 2024, foi lançada a Política de Gestão dos Riscos de Tecnologias de Informação e Comunicação, reforçando a abordagem à segurança da informação dos clientes e à gestão dos riscos tecnológicos.

Em 2025, o Banco aprofundou o reforço do seu sistema de governação da segurança da informação e da cibersegurança através da aprovação de novas políticas estruturantes. Neste âmbito, foram aprovadas a Política de Classificação da Informação, que define níveis de classificação, critérios e regras de manuseamento da informação, e a Política de Gestão de Identidades e Acessos aos Sistemas de Informação, que estabelece os princípios aplicáveis à atribuição, revisão e revogação de acessos, assegurando o acesso mínimo necessário e a segregação de funções.

Ainda em 2025, foi aprovada a Política Global de Cibersegurança (PGCS), bem como a Política de Resposta a Incidentes de Cibersegurança, que definem responsabilidades, linhas de atuação e processos estruturados para a prevenção, deteção, resposta e aprendizagem associadas a incidentes de segurança.

A implementação deste enquadramento normativo é assegurada pelo Gabinete de IT, Normas e Segurança e por equipas técnicas especializadas, responsáveis pela proteção dos sistemas críticos, pelo controlo de acessos, pela realização de auditorias regulares e pela atualização contínua das defesas tecnológicas. A atuação operacional é acompanhada por mecanismos de reporte e monitorização que asseguram o alinhamento entre as práticas implementadas e os objetivos estratégicos do Banco.

Projetos e ações implementadas em 2024

- Realização do primeiro evento SecurityTalks@BI;
- Instalação de um cluster (conjunto de servidores), garantindo maior fiabilidade e redundância da informação armazenada nos servidores;
- Implementação de uma solução de Security Operations Center (SOC), para monitorização em tempo real;
- Instalação de firewalls de última geração, com maior visibilidade e bloqueio de ataques cibernéticos;
- Reforço da complexidade das passwords em todos os equipamentos de segurança e comunicação (routers, switches), tanto nos Data Centers como nas agências;
- Criação de uma mailbox específica para reporte de incidentes de segurança;
- Formação obrigatória sobre segurança da informação e cibersegurança para todos os novos trabalhadores;
- Reuniões mensais com o CISO do grupo CGD, para alinhamento de processos e boas práticas com os standards internacionais do grupo.



“ Em 2024 reforçámos a proteção da informação com a adoção do SOC, do System Center e de mecanismos de encriptação e autenticação.

-Carlos Lopes, Diretor de IT, Normas e Segurança



Em 2025, o Banco aprofundou o reforço das suas infraestruturas tecnológicas e dos mecanismos de proteção da informação, com a implementação de medidas técnicas e organizacionais adicionais.

Projetos e ações implementadas em 2025

- Upgrade do core bancário, reforçando a segurança e a robustez da plataforma transacional;
- Substituição dos postos de trabalho em fim de vida (EOL), mitigando vulnerabilidades associadas a sistemas obsoletos;
- Substituição do sistema de filtragem de email, reforçando a proteção contra phishing e outras ameaças;
- Implementação de autenticação multifatorial (MFA) no Bin@net, aumentando o nível de segurança no acesso aos canais digitais;
- Ativação de sistemas de deteção de intrusões (IDS), para reforço da monitorização de tentativas de ataque;
- Realização de testes de intrusão, incluindo blind tests, para identificação proativa de vulnerabilidades;
- Revisão do processo de recertificação de utilizadores, reforçando o controlo de acessos;
- Incorporação de requisitos de segurança, proteção de dados pessoais, regras de conduta e ética nos contratos com fornecedores;
- Realização de eventos SecurityTalks@BI, dando continuidade às ações de sensibilização interna.

Até 2027, encontram-se em curso e previstas diversas medidas adicionais destinadas a reforçar a privacidade, a proteção de dados e a cibersegurança do Banco. Estas incluem iniciativas nos domínios da gestão de cookies, da tecnologia de registo distribuído, da classificação da informação, bem como o reforço da encriptação de dados, designadamente em ambientes de qualidade e através de transferências seguras de ficheiros, e a implementação de ferramentas de avaliação contínua de vulnerabilidades. Em 2026, está prevista a ativação de um novo data center, a criação de uma control room, a implementação de soluções de prevenção de perda de dados, gestão de dispositivos móveis, mascaramento de informação, aprofundamento da classificação da informação e o processo de modernização e transição de sistemas existentes, consolidando uma abordagem integrada e robusta à segurança da informação

Privacidade e proteção de dados pessoais

A proteção de dados constitui uma prioridade da Gestão de Topo do BI, que promove uma efetiva cultura de proteção de dados dos seus trabalhadores, clientes e fornecedores, estabelecida na Política de proteção de dados. Este processo é assegurado por um normativo robusto, liderado pelo Regulamento de proteção de dados pessoais, que define os princípios de tratamento de dados, bem como os direitos dos titulares e as obrigações operacionais do Banco, tudo de acordo com o Regime Jurídico Geral de Proteção de Dados.

A gestão da proteção de dados assenta em mecanismos regulares de monitorização e reporte. Enquanto responsável pelo tratamento dos dados, o Banco garante adequados níveis de segurança e de proteção dos dados pessoais dos titulares. Para o efeito são adotadas diversas medidas de segurança de carácter técnico e organizativo, de forma a proteger os dados contra a sua perda, difusão, alteração, tratamento ou acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito. Entre as iniciativas em curso, destaca-se o processo de classificação dos dados pessoais dos clientes, em articulação com a Política de Classificação da Informação, aprovada em 2025, assegurando o tratamento adequado da informação em função do seu nível de criticidade.



Reconhecendo que a sensibilização contínua é determinante, está previsto o desenvolvimento de cursos de e-learning, que irão reforçar a capacitação das equipas e a partilha de boas práticas a nível internacional.

“ Todos os trabalhadores participam em formações anuais sobre proteção de dados, reforçando a cultura de segurança.

-Hedery Cabral, Data Protection Officer



Capacitação sobre proteção de dados e cibersegurança

2025: Foram realizadas três ações de formação em proteção de dados, segurança da informação e cibersegurança, totalizando 213 horas de formação, assegurando uma capacitação transversal dos trabalhadores e formação adicional dirigida a diferentes perfis profissionais.

2024: Uma ação de formação relacionada com a privacidade e proteção de dados pessoais e oito sobre cibersegurança, resultando em 350 horas de formação.

Em 2025, a capacitação em segurança da informação e cibersegurança foi concretizada por meio de ações como o Reforço de Segurança Física, o Workshop de Dados (DDM) e o 2.º Security Talks@BI, envolvendo trabalhadores de vários balcões, áreas e categorias profissionais, incluindo assistentes comerciais, técnicos, responsáveis de área, coordenações e funções de direção.

Paralelamente, as equipas técnicas têm vindo a ser capacitadas de forma contínua através de ações formativas especializadas, simulações laboratoriais e programas de pós-graduação.

Em março de 2024, foi lançada a campanha da newsletter “Cyber BI”, com o objetivo de reforçar a responsabilidade individual na mitigação de riscos digitais. A newsletter, de periodicidade trimestral, incluiu orientações práticas, como o uso de senhas fortes, a atenção a e-mails suspeitos e o bloqueio de estações de trabalho inativas.

Gestão de incidentes de violação de dados pessoais

No âmbito da gestão de incidentes, a atuação do BI segue um processo célere e estruturado, formalmente definido:

- Análise preliminar em até 24 horas após deteção do incidente;
- Comunicação obrigatória à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) no prazo máximo de 72 horas, sempre que exista risco para os direitos dos titulares;
- Comunicação direta aos titulares dos dados, se aplicável;
- Implementação imediata de ações corretivas;
- Registo e rastreabilidade de todas as ocorrências.

“ Ainda não tivemos incidentes graves de proteção de dados – mas temos processos prontos para responder de forma célere.

-Hedery Cabral, Data Protection Officer





8.5 Transformação Digital e Inovação

A transformação digital e a inovação representam um eixo estratégico para o Banco Interatlântico, com impactos, riscos e oportunidades identificados nos domínios da modernização tecnológica, inclusão digital e evolução do modelo de negócio. Embora a digitalização e a adoção de inteligência artificial tragam ganhos significativos em eficiência, qualidade de serviço e experiência do cliente, também geram desafios, como potenciais falhas nos canais digitais e impactos sobre os postos de trabalho.

A análise dos IRO, realizada no âmbito da dupla materialidade da CSRD, identificou riscos relevantes associados à fiabilidade e segurança das plataformas digitais, à necessidade de gerir a transição tecnológica e ao impacto da automatização nas funções e competências. No que respeita à inclusão digital, o Banco reconhece que alguns grupos populacionais podem enfrentar dificuldades de acesso ou de literacia, sendo fundamental desenvolver soluções que garantam acessibilidade e mitigação de desigualdades.

Paralelamente, a aposta em inovação do negócio, incluindo parcerias com fintechs e startups, investimento em análise avançada de dados e automação de processos, constitui uma oportunidade estratégica para reforçar a competitividade, criar valor para os clientes e contribuir para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento.

Transformação digital, inteligência artificial e inovação

A transformação digital e a inteligência artificial são motores de desenvolvimento para o BI, permitindo modernizar serviços e aumentar a eficiência operacional. Ao longo do período 2024–2025, o Banco deu continuidade à implementação da sua estratégia de transformação digital, combinando o lançamento de novas soluções em 2024 com a sua consolidação, expansão e maturação operacional em 2025.

Em 2024, a instituição reforçou a aposta na melhoria da experiência do cliente e na expansão dos canais remotos. Entre os principais marcos, destaca-se a criação da Direção de Dados, Reportes e Modelos, dedicada ao Governo dos Dados e à implementação de soluções de inteligência artificial, big data e automatização. Este avanço traduz a aposta do Banco em data analytics para apoiar a tomada de decisão e desenvolver produtos e serviços mais alinhados às necessidades dos clientes.

Em 2025, as iniciativas de transformação digital foram aprofundadas, com destaque para a expansão da automatização de processos através de soluções de RPA (Robotic Process Automation), a utilização de chatbots com inteligência artificial e a crescente integração da análise de dados na gestão corrente das operações.

Foram igualmente assumidos compromissos estratégicos, como a redução do uso de papel através de assinaturas digitais e digitalização documental, a modernização dos canais digitais e a digitalização e automatização de processos com vista a aumentar a eficiência operacional.

“Com a automação já poupámos mais de 4.000 horas de trabalho, libertando tempo para tarefas de maior valor.”
-Alexei Koslovsky, Chief Data Officer



Em síntese:

Principais iniciativas e projetos digitais (2024–2025)

Plataforma Credibox

Digitaliza todo o processo de concessão de crédito, assegurando maior rapidez, segurança, rastreabilidade e eficiência na análise e contratação de operações. Em 2025, a plataforma encontrava-se plenamente operacional, sendo utilizada no tratamento da quase totalidade dos créditos a particulares.

Projeto de abertura de conta online

Permite que potenciais clientes, incluindo da diáspora, abram contas de Depósito à Ordem de forma totalmente remota, com preenchimento digital de formulários, assinatura com chave móvel digital e possibilidade de solicitar cartões de débito e adesão ao Internet Banking. Após o seu início em 2024, o processo registou novos avanços em 2025, com reforço da sua utilização.

Nova app BI Móvel

Aplicação renovada, com autenticação biométrica e design intuitivo, que reforça a autonomia e a conveniência para o cliente. Ao longo de 2025, a aplicação registou uma maior adesão por parte dos clientes, consolidando-se como um dos principais canais digitais do Banco.

Redução do uso de papel e digitalização documental

Adoção crescente de assinaturas digitais, eliminação de arquivos físicos e utilização de formulários digitais, promovendo maior eficiência administrativa e benefícios ambientais. Em 2025, este processo foi alargado a mais processos internos, incluindo a digitalização documental nas agências, postos de front office e operações de caixa, bem como a desmaterialização de mapas e documentos de monitorização e controlo. A implementação do sistema de gestão documental, da abertura de conta sem papel e de ferramentas digitais no onboarding e na movimentação de contas tem vindo a tornar a emissão documental cada vez mais residual, com ganhos de eficiência, rastreabilidade e redução do consumo de papel.

Digitalização da Área Logística

Reorganização completa dos processos logísticos, com eliminação de arquivos físicos e adoção de soluções digitais para melhorar a gestão, reduzir impactos ambientais e otimizar recursos.

Inclusão digital

O acesso desigual à tecnologia, especialmente entre idosos e segmentos de baixo rendimento, representa um desafio real para a sustentabilidade social do processo de digitalização.

Para responder a esta preocupação, o BI lançou, em 2024, uma versão simplificada da app BI móvel, com design acessível e suporte em áudio, e investiu na criação de pontos de apoio digital nas agências com equipas dedicadas a apoiar os clientes na utilização dos canais digitais. Estas iniciativas refletem a preocupação do Banco em assegurar que o processo de digitalização decorre de forma inclusiva e acessível.

9.

CONSTRUIR UM FUTURO SUSTENTÁVEL



O biénio 2024-2025 representou um marco decisivo na afirmação do Banco Interatlântico como uma instituição profundamente comprometida com o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. Os passos que demos — desde a redução da nossa pegada carbónica até ao reforço da inclusão financeira e ao apoio à transição energética — não constituem um ponto de chegada, mas sim os alicerces sobre os quais continuaremos a construir o nosso futuro.

Ao olharmos para o horizonte estratégico de 2025-2028, temos plena consciência de que os desafios globais e locais exigem uma ação contínua, inovadora e resiliente. O sector financeiro será, cada vez mais, o motor que impulsiona a transformação económica e social. Nesse sentido, o Banco Interatlântico compromete-se a atuar nas seguintes frentes prioritárias:

Acelerar a Transição Climática

Continuaremos a aprofundar o nosso Plano de Transição para a Neutralidade Carbónica. O nosso compromisso passa não apenas por mitigar o impacto direto das nossas operações, mas também por financiar ativamente projetos que promovam as energias renováveis, a eficiência energética e a resiliência climática em Cabo Verde.

Promover a Inclusão e a Digitalização

Acreditamos que a tecnologia deve servir as pessoas. O nosso plano de ação para os próximos anos foca-se em expandir a acessibilidade aos nossos serviços, garantindo que a transformação digital não deixa ninguém para trás. O sistema financeiro deve ser, cada vez mais, uma ferramenta de empoderamento e facilitação para as famílias e empresas cabo-verdianas.

Valorizar o Capital Humano e a Comunidade

O nosso sucesso e solidez dependem intrinsecamente do talento das nossas equipas e da vitalidade das comunidades onde operamos. Reforçaremos as nossas políticas de diversidade, equidade e inclusão, bem como o investimento estratégico em iniciativas de impacto social que gerem valor partilhado e duradouro. Um desafio a que dedicaremos especial foco é em preparar profissionais para uma transformação do trabalho na banca e nos serviços em geral crescentemente acelerado e digital. Há que preparar pessoas, há que ajudar a transformar competências.

Consolidar a Governança e a Transparência

A confiança é o nosso ativo mais valioso. Continuaremos a integrar rigorosamente os fatores ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) na nossa gestão de risco e nos nossos processos de tomada de decisão. Manteremos os mais elevados padrões de ética, conduta e compliance, em alinhamento com as melhores práticas internacionais e as orientações do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

O futuro que ambicionamos para Cabo Verde é verde, próspero e inclusivo. O Banco Interatlântico continuará a ser o parceiro de confiança para todos os que partilham esta visão. Com determinação, solidez e inovação, estamos prontos para liderar a mudança e construir, em conjunto com os nossos clientes, trabalhadores e parceiros, um amanhã verdadeiramente sustentável.



Impactos, Riscos e Oportunidades

Tópicos Ambientais

Materialidade de Impacto

Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabilidade	Impacto	Positivo/Negativo	Real/Potencial
Alterações climáticas	Adaptação às Alterações Climáticas nas operações próprias	-	-	-
	Mitigação das alterações climáticas nas operações próprias	As emissões de gases com efeito de estufa associadas às atividades próprias contribuem para as alterações climáticas, conduzindo a um aumento global da temperatura, a alterações nos padrões meteorológicos, a catástrofes naturais mais frequentes, e a alterações nos ecossistemas e na biodiversidade.	Negativo	Real
	Descarbonização do portfólio	A descarbonização do portfólio de financiamento e investimento contribui para a construção de uma economia sustentável, mais resiliente e competitiva.	Positivo	Real
		O desinvestimento em setores com utilização intensiva de carbono dificulta a capacidade destes sectores conseguirem fazer a transição dos seus modelos de negócio para a sustentabilidade, o que poderá criar impactos sociais e económicos nas respetivas comunidades.	Negativo	Potencial



Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabilidade	Impacto	Positivo/ Negativo	Real/ Potencial
Impacto ecológico das operações	Consumo de energia	O consumo de energia (especialmente o proveniente de fontes não renováveis) possui diversos impactos negativos no ambiente e na sociedade.	Negativo	Real
	Impactos e dependências da biodiversidade e serviços de ecossistema	Desenvolvimento de projetos e iniciativas que preservem o capital natural, contribuem entre outros para reforçar a capacidade de sequestro de carbono pelas florestas.	Positivo	Real
		As atividades de financiamento e de investimento em setores poluentes criam impactos indiretos ao nível da perda de biodiversidade e destruição de serviços de ecossistema.	Negativo	Potencial
	Gestão eficiente dos recursos	A utilização de recursos (p. ex. água e materiais como papel e cartão, plástico, metais etc.) influencia a disponibilidade de recursos naturais.	Negativo	Real
		Os procedimentos de gestão de resíduos relacionados com os recursos utilizados nas operações próprias (p. ex. papel, plástico, equipamento informático) podem criar impactos no ambiente e na sociedade.	Negativo	Real



Materialidade Financeira

Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabiliade	Risco
Alterações climáticas	Mitigação às alterações climáticas nas operações próprias	Custos associados a compensação de emissões de GEE
		Impacto dos riscos de transição (por ex. alterações regulamentares, novos concorrentes, preocupações das partes interessadas, e alteração do comportamento dos consumidores)
	Adaptação às alterações climáticas nas operações próprias	Impacto dos riscos físicos crónicos (ex.: subida do nível da água do mar, aumento da temperatura) nas infraestruturas próprias
		Impacto dos riscos físicos agudos (ex.: ciclones, cheias) nas infraestruturas próprias
		Os efeitos do aumento da gravidade de riscos físicos climáticos (crónicos e agudos) acarretam risco para as operações comerciais e investimentos da entidade
Impacto ecológico das operações	Descarbonização do portfólio	Perda de receitas decorrente do desinvestimento em setores intensivos em carbono
	Consumo de energia	Dependência dos recursos energéticos nas operações próprias
	Impactos e dependências da biodiversidade e serviços de ecossistema	Impactos e dependências da carteira de crédito e de ativos relativamente ao capital natural e serviços de ecossistemas
	Gestão Eficiente dos Recursos	-



Tópico de sustentabilidade	Sub-Tópico de Sustentabiliade	Oportunidade
Alterações climáticas	Adaptação às Alterações Climáticas nas operações próprias	-
	Mitigação das Alterações Climáticas nas operações próprias	-
	Descarbonização do portfólio	Descarbonização das carteiras de crédito e de ativos
Impacto ecológico das operações	Consumo de energia	Implementação de medidas de eficiência energética nas operações próprias
	Impactos e Dependências da Biodiversidade e Serviços de Ecossistema	-
	Gestão eficiente dos recursos	Implementação de medidas de eficiência hídrica nas operações próprias
		Otimização do consumo de materiais e de recursos naturais nas operações próprias



Tópicos Sociais

Materialidade de Impacto

Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabilidade	Impacto	Positivo/Negativo	Real/Potencial
Gestão de Recursos Humanos	Atração e Retenção de Talento	Ao criar oportunidades internas de emprego, o Banco contribui para a criação de emprego e para o crescimento económico da sociedade.	Positivo	Real
	Formação e Desenvolvimento	A existência de programas de progressão na carreira, de mentoria e de iniciativas de desenvolvimento de capacidades de liderança contribuem para estimular o desenvolvimento dos trabalhadores.	Positivo	Real
	Saúde e Segurança Ocupacional	Os riscos ocupacionais podem causar danos à saúde e à segurança dos trabalhadores.	Negativo	Potencial
		A implementação de iniciativas centradas na saúde mental contribui para promover um ambiente de trabalho saudável.	Positivo	Real
	Condições de Trabalho e Práticas Laborais	-	-	-
Diversidade, Equidade e Inclusão	Igualdade de Oportunidades e Tratamento	Disparidades salariais para a mesma categoria funcional, que se baseiem em fatores diferenciais entre indivíduos (ex. género, raça), perpetuam as desigualdades sociais e o bem-estar dos trabalhadores.	Negativo	Real
		A existência de práticas igualdade contribuem para que todos os trabalhadores tenham acesso igual a oportunidades e recursos.	Positivo	Real
	Cultura de Diversidade e Inclusão no Ambiente de Trabalho	A violência e assédio no local de trabalho impactam o direito a um trabalho digno.	Negativo	Potencial
		A discriminação no local de trabalho impacta o direito a um trabalho digno.	Negativo	Potencial
		A existência de práticas de recrutamento inclusivas contribuem positivamente para a promoção de uma sociedade suportada em valores de diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades.	Positivo	Potencial



Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabilidade	Impacto	Positivo/Negativo	Real/Potencial
Apoio à Comunidade	Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade	O desenvolvimento de programas de sensibilização sobre os temas de sustentabilidade contribuem para estimular mudanças positivas nos comportamentos dos cidadãos.	Positivo	Real
		Desenvolvimento e/ou apoio a programas e projetos que promovam o desenvolvimento económico, social e ambiental das comunidades locais possui diversos impactos positivos.	Positivo	Real
		O encerramento de agências, principalmente em áreas menos urbanas, pode criar um impacto negativo nas comunidades locais.	Negativo	Real
Gestão de Fornecedores	Aquisição (procurement responsável)	A implementação de práticas de procurement sustentável pode resultar em benefícios tangíveis para o ambiente, comunidades locais e sociedade em geral.	Potencial	Positivo
		As existências de práticas de pagamento tardias para os fornecedores podem promover restrições de fluxo de caixa, especialmente para as PME, potenciando diversos impactos sociais.	Real	Negativo
Relação com o cliente	Comercialização e Marketing Responsável	A Gestão ineficaz das reclamações e sugestões dos clientes pode afetar os índices de satisfação e criar impactos reputacionais negativos.	Negativo	Potencial
		A adoção de políticas e práticas de marketing e comercialização responsáveis e transparentes, possibilita que os clientes tomem decisões mais informadas e conscientes.	Positivo	Real
	Inclusão e Literacia Financeira	A realização de ações e o apoio a projetos de inclusão e de literacia financeira contribuem para promover a capacitação financeira e o acesso a serviços financeiros.	Positivo	Real
		A disponibilização de produtos e serviços financeiros acessíveis e adaptados à tipologia do cliente possuem um impacto positivo na sociedade, principalmente em áreas menos urbanas.	Positivo	Potencial



Materialidade Financeira

Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabilidade	Risco
Gestão de Recursos Humanos	Atração e Retenção de Talento	Elevada rotatividade de trabalhadores Intensificação da escassez de talento
	Formação e Desenvolvimento	Investimento insuficiente em formação e desenvolvimento dos trabalhadores
	Saúde e Segurança Ocupacional	Investimento insuficiente na proteção da saúde mental e bem-estar dos trabalhadores
	Condições de Trabalho e Práticas Laborais	Violações dos direitos laborais Conflitos laborais e greves perturbam as operações próprias e podem levar a interrupções ou atrasos nos serviços prestados.
Diversidade, Equidade e Inclusão	Igualdade de Oportunidades e Tratamento	Ausência de políticas e mecanismos internos que promovam a igualdade de oportunidade e de tratamento, e que contribuem para a existência de disparidade salarial.
		Práticas de recrutamento inclusivo
	Cultura de Diversidade e Inclusão no Ambiente de Trabalho	Existência de práticas de discriminação que contribuam para o aumento das desigualdades no local de trabalho Existência de incidentes de violência e assédio no local de trabalho.
Gestão de Fornecedores	Aquisição (procurement responsável)	Dependência de fornecedores críticos
Relação com o cliente	Comercialização e Marketing Responsável	Gestão ineficaz das reclamações e sugestões dos clientes Redução da qualidade do serviço e da satisfação do cliente
	Inclusão e Literacia Financeira	-
Apoio à Comunidade	Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade	O encerramento de agências, principalmente em áreas menos urbanas, pode impactar financeiramente o Banco através da perda de clientes e criar impactos reputacionais negativos.



Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabilidade	Oportunidade
Gestão de Recursos Humanos	Atração e Retenção de Talento	Desenvolvimento de estratégias de atração e retenção de talento
	Formação e Desenvolvimento	Programas de desenvolvimento de carreira
	Saúde e Segurança Ocupacional	Apoio psicossocial
	Condições de Trabalho e Práticas Laborais	Equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
Diversidade, Equidade e Inclusão	Igualdade de Oportunidades e Tratamento	Promoção da igualdade de género em cargos de liderança
	Cultura de Diversidade e Inclusão no Ambiente de Trabalho	Práticas de recrutamento inclusivo
Gestão de Fornecedores	Aquisição (procurement responsável)	Inclusão de requisitos de sustentabilidade na cadeia de fornecimento
		Estabelecer práticas de pagamento justas e responsáveis, assumindo o princípio do pagamento pontual, melhora as relações com os fornecedores atuais e contribui para a existência de uma economia mais dinâmica e com maior liquidez.
Relação com o cliente	Comercialização e Marketing Responsável	Constante adequação dos produtos e serviços face às necessidades e expectativas dos clientes
	Inclusão e Literacia Financeira	Promoção da literacia financeira
Apoio à comunidade	Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade	-



Tópicos de Governance

Materialidade de Impacto

Tópico de sustentabilidade	Sub-Tópico de Sustentabilidade	Impacto	Positivo/Negativo	Real/Potencial
Governo Corporativo	Envolvimento das Partes Interessadas (Stakeholders)	Um processo de envolvimento com as partes interessadas suportada por uma abordagem uma comunicação/relação bilateral, contribui para uma melhor compreensão das suas necessidades, expectativas e preocupações.	Positivo	Real
	Divulgação de Informação Não-financeira	A divulgação de informação sobre sustentabilidade contribui para que as partes interessadas tomem decisões bem informadas e para a concretização de iniciativas globais neste âmbito como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.	Positivo	Real
	Modelo de Governo Robusto e Transparente	-	-	-
	Ética e Cultura Corporativa	-	-	-
Ética, Conduta e Compliance (Conduta de Negócio)	Corrupção, Suborno, Fraude/Lavagem de Dinheiro	A existência de incidentes de corrupção, suborno e/ou fraude impactam negativamente o Banco e comprometem a confiança da sociedade nas instituições financeiras.	Negativo	Real
	Transparência Fiscal	Condução de estratégias de evasão fiscal através de estruturas financeiras complexas, contas offshore ou paraísos fiscais.	Negativo	Potencial
	Práticas de Concorrência Justas	A existência de incidentes práticas anti concorrenciais colocam em causa o normal funcionamento de um mercado competitivo.	Negativo	Real
	Gestão de Conformidade (Compliance)	-	-	-



Materialidade financeira

Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabilidade	Risco
Governo Corporativo	Envolvimento das Partes Interessadas (Stakeholders)	-
	Divulgação de Informação Não-financeira	Divulgação de informação incorreta, incompleta ou pouco material para as partes interessadas. Dificuldade no acesso a dados ESG das contrapartes.
	Modelo de Governo Robusto e Transparente	Existência de um modelo de Governo que não possua uma separação eficaz das funções de gestão e de fiscalização e que não assegure a responsabilidade na supervisão do cumprimento dos objetivos do Banco e a resposta às expetativas das partes interessadas, colocando em causa o grau de confiança, transparência e equilíbrio necessário ao seu adequado funcionamento.
Ética, conduta e compliance (Conduta de Negócio)	Ética e Cultura Corporativa	-
	Corrupção, Suborno, Fraude/Lavagem de Dinheiro	Danos reputacionais decorrentes de incidentes de corrupção e de infrações conexas.
	Transparência Fiscal	-
	Práticas de Concorrência Justas	Existência de práticas anti concorrenciais.
	Gestão de Conformidade (Compliance)	Incumprimento com a regulamentação ESG.



Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabilidade	Oportunidade
Governo Corporativo	Envolvimento das Partes Interessadas (Stakeholders)	-
	Divulgação de Informação Não-financeira	Divulgação de informação ESG alinhada com as melhores práticas e referenciais.
	Modelo de Governo Robusto e Transparente	-
Ética, conduta e compliance (Conduta de Negócio)	Ética e Cultura Corporativa	Desenvolvimento de iniciativas e mecanismos que visem o fortalecimento de uma cultura organizacional suportada em valores robustos de conduta ética.
	Corrupção, Suborno, Fraude/Lavagem de Dinheiro	-
	Transparência Fiscal	-
	Práticas de Concorrência Justas	-
	Gestão de Conformidade (Compliance)	-

Tópicos específicos

Materialidade de Impacto

Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabilidade	Impacto	Positivo/Negativo	Real/Potencial
Financiamento e investimento sustentável	Investimento e financiamento ESG	Ao investir em projetos com critérios sólidos de sustentabilidade, o Banco pode criar impactos ambientais e sociais positivos, orientando o capital para empresas e projetos que promovam a gestão ambiental, a equidade social e práticas de governo responsáveis.	Positivo	Potencial
	Desenvolvimento de Produtos Financeiros ESG	-	-	-
Transformação digital e inovação	Transformação digital e inteligência artificial	As falhas de serviço nos canais digitais impossibilitam o acesso dos consumidores aos serviços bancários.	Negativo	Potencial
		A inovação digital contribui para a melhoria da experiência do cliente e para a melhoria do seu dia-a-dia.	Positivo	Real
		Extinção de postos de trabalho como resultado da adoção de inteligência artificial.	Negativo	Potencial
	Inclusão Digital	Alguns grupos demográficos podem enfrentar dificuldades no acesso e na utilização dos canais digitais devido à falta de infraestruturas de suporte ou de literacia digital.	Negativo	Real
		O desenvolvimento de soluções digitais contribuem para proporcionar uma maior acessibilidade a produtos e serviços por parte da população.	Positivo	Potencial
	Inovação do Negócio	Ao investir em projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico e em iniciativas de transformação digital, o Banco contribui para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento, beneficiando a sociedade como um todo.	Positivo	Real

Gestão do risco	Continuidade de Negócio	Assegurar a continuidade dos serviços bancários e das transações financeiras, o Banco contribui para mitigar impactos negativos nas famílias, nas empresas e na economia em geral.	Positivo	Real
	Prevenção e Combate ao Crime Financeiro	Ocorrência de incidentes de crime financeiro.	Negativo	Potencial
	Gestão de Riscos ESG e outros Riscos sistêmicos	-	-	-
Privacidade e proteção de informação	Cibersegurança	A ocorrência de incidentes de cibersegurança afetam a confiança dos clientes e da sociedade no Banco.	Negativo	Potencial
	Privacidade e Proteção de Dados	A ocorrência de gestão e acesso indevido a dados de terceiros pode originar riscos reputacionais e litigância, com implicações sociais e económicas.	Negativo	Atual



Materialidade Financeira

Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabiliade	Risco
Financiamento e investimento sustentável	Investimento e financiamento ESG	Ausência de fatores ESG nas análises de financiamento.
	Desenvolvimento de Produtos Financeiros ESG	Risco de incumprimento associado a empresas que operam em sectores emergentes na área da sustentabilidade.
Transformação digital e inovação	Transformação Digital e Inteligência Artificial	Falhas de serviço nos canais digitais. Impacto da inteligência artificial na manutenção de postos de trabalho.
	Inclusão Digital	-
	Inovação do Negócio	-
Gestão do risco	Continuidade de Negócio	Planos e mecanismos de gestão de desastres e de continuidade do negócio pouco robustos.
	Prevenção e Combate ao Crime Financeiro	Exposição a incidentes de crime financeiro.
	Gestão de Riscos ESG e outros Riscos sistémicos	-
Privacidade e proteção da informação	Cibersegurança	Existência de ciberataques.
	Privacidade e Proteção de Dados	Existência de incidentes de violações de dados pessoais.



Tópico de sustentabilidade	Sub-tópico de Sustentabiliade	Oportunidade
Financiamento e investimento sustentável	Investimento e financiamento ESG	Integração de princípios de sustentabilidade na seleção dos ativos alvo de investimento. Oportunidades de negócio associadas à transição para uma economia neutra em carbono.
	Desenvolvimento de Produtos Financeiros ESG	Diferenciação no mercado através do desenvolvimento de produtos sustentáveis. Parcerias com fintechs e start-ups.
Transformação digital e inovação	Transformação Digital e Inteligência Artificial	Data Analytics e Big Data. Inteligência Artificial e automatização.
	Inclusão Digital	-
	Inovação do Negócio	-
Gestão do risco	Gestão de Riscos ESG e outros Riscos sistémicos	Evolução e integração gradual das dimensões ESG no modelo de avaliação de riscos. A existência de uma abordagem robusta de gestão de risco ESG nas análises de crédito e de investimento, contribui para mitigar de uma forma mais eficiente o risco a que o Banco está exposto.
		-
		-
Privacidade e proteção de informação	Privacidade e Proteção de Dados	Fortalecimento da cultura organizacional de proteção de dados.
	Cibersegurança	-



Tabela ESRS

ID	Tópico	Informação 2024	Informação 2025	Localização
BP-1	Base geral para a elaboração da declaração de sustentabilidade			
BP-1_01	Base de consolidação do reporte de sustentabilidade	O Relatório de Sustentabilidade do Banco Interatlântico é preparado numa base individual, não sendo objeto de consolidação de contas própria, dado que o Banco integra o perímetro de consolidação da Caixa Geral de Depósitos (CGD).		N/A
BP-1_04	Abrangência da cadeia de valor no reporte de sustentabilidade	O Relatório de Sustentabilidade do Banco Interatlântico cobre de forma descritiva e quantitativa os principais elementos da sua cadeia de valor a montante e a jusante. A montante, estão incluídos os fornecedores de tecnologia e serviços digitais, prestadores de serviços essenciais, entidades financeiras e investidores institucionais, bem como o capital humano especializado que constitui um recurso crítico para a atividade. A jusante, o reporte abrange os diferentes segmentos de clientes — particulares, microempresas, PME, grandes empresas, emigrantes e pequenos negócios — servidos através de canais físicos e digitais, bem como os parceiros estratégicos e a comunidade. Esta abordagem garante uma visão integrada da criação de valor e do impacto do Banco junto dos seus <i>stakeholders</i> , em conformidade com os princípios ESG e as orientações do Grupo CGD.		N/A
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor			
SBM-1_01	Grupos de produtos e serviços com impacto significativo	O Banco Interatlântico tem vindo a reforçar de forma contínua a sua oferta de produtos e serviços, com especial enfoque na acessibilidade, digitalização e adequação às necessidades de diferentes perfis de clientes. A sua atuação centra-se na valorização da experiência bancária em Cabo Verde, assegurando aos seus clientes o acesso a soluções financeiras diversificadas e de qualidade, com destaque para a captação de poupança e a concessão de crédito de médio e longo prazo. A estratégia do Banco, assente nos eixos. Crescer, inovar e Consolidar, está fortemente alinhada aos princípios de sustentabilidade, procurando criar valor económico, social e ambiental para todas as partes interessadas. Crescer O Banco aposta na expansão sustentável, aumentando a carteira de créditos e a captação de depósitos. Procura diversificar os segmentos de atuação (particulares, microempresas, PME, grandes empresas), oferecendo pacotes personalizados e soluções adequadas. Dá destaque ao crédito ao consumo e habitação, bem como a ofertas específicas para emigrantes e pequenos negócios. Inovar A inovação foca-se na digitalização, modernização dos canais e melhoria da experiência do cliente. Inclui o desenvolvimento da app móvel e da plataforma Bin@Net, cartão virtual, transferências instantâneas (PING), onboarding digital e simplificação de processos. A estratégia integra também inclusão digital, tornando os serviços mais acessíveis e convenientes. Consolidar Consolidar significa reforçar a sustentabilidade e resiliência do modelo de negócio. O Banco integra critérios ESG na concessão de crédito, apoiando projetos sustentáveis (ex.: painéis solares). Além disso, fortalece a gestão de risco ambiental e social, investe na qualificação das equipas, aumenta a eficiência operacional e moderniza pontos de atendimento, garantindo qualidade e rigor. A oferta tradicional do Banco Interatlântico inclui os produtos financeiros mais comuns, dirigidos à generalidade dos clientes, tais como contas à ordem, depósitos a prazo, crédito pessoal, automóvel e habitação, financiamento empresarial, garantias bancárias e serviços de câmbio e pagamentos. Estes produtos representam a base do portfólio comercial do Banco e sustentam a sua atuação diária junto dos diferentes segmentos. Complementando esta base, a oferta com enfoque ESG integra soluções pensadas para gerar impacto positivo e promover a sustentabilidade. Entre estas destacam-se as linhas de financiamento para aquisição de painéis solares e equipamentos de energia renovável, a integração de critérios ESG nos processos de análise e concessão de crédito, e os produtos orientados à diáspora e a pequenos negócios, que promovem a coesão económica e a inclusão social.		Uma oferta inovadora focada na acessibilidade e na digitalização > Produtos e serviços Potenciar a sustentabilidade através da nossa atuação > Financiamento e Investimento Sustentável > Desenvolvimento de Produtos Financeiros ESG



SBM-1_02	Mercados e grupos de clientes relevantes		O Banco Interatlântico manteve e reforçou o acompanhamento aos clientes particulares, oferecendo produtos e serviços como contas digitais, crédito pessoal e soluções de investimento personalizadas. Para este segmento, privilegia serviços acessíveis, inovadores e orientados para a qualidade e rapidez. No mercado corporativo, o Banco apoia PMEs, grandes empresas e instituições públicas com soluções para reforço de tesouraria, financiamento, gestão de fluxos de caixa, investimentos sustentáveis e serviços digitais. No âmbito das políticas ESG, o Banco tem intensificado o financiamento de operações com impacto ambiental, social e de governança. Dá especial atenção a clientes que procuram financiar projetos de sustentabilidade, alinhando a sua carteira com princípios de responsabilidade socioambiental. O Banco Interatlântico atua em todo o mercado nacional, disponibilizando produtos e serviços para particulares, empresas, setor público e diáspora cabo-verdiana, ajustados às necessidades e ao perfil de risco de cada cliente. Mantém ainda canais dedicados a investidores institucionais e parceiros estratégicos, fortalecendo as relações e promovendo boas práticas de governança e sustentabilidade.		Uma Oferta Inovadora Focada na Acessibilidade e Digitalização
SBM-1_03	Total de trabalhadores		165	176	Compromisso com as Pessoas > Números-chave
SBM-1_25	Modelo de negócio e cadeia de valor	A criação de valor no BI assenta numa articulação estratégica entre recursos, parceiros e processos internos que sustentam a resiliência e o impacto da sua atuação. Este modelo ultrapassa a perspetiva tradicional de cadeia de valor ao incorporar uma visão integrada de sustentabilidade, refletida em todas as fases da atividade bancária e reforçada pelo Plano Estratégico 2025-2028. A atuação do Banco desenvolve-se em dois eixos complementares: - Eixo Operacional de Geração de Valor que visa i) a Captação de poupança e mobilização de recursos financeiros, com foco em crescimento da quota de mercado de depósitos e crédito, ii) a Concessão de crédito orientada para o setor produtivo, apoiando empresas e autarquias, e expandindo o crédito a particulares (habitação e consumo), iii) a disponibilização de canais digitais e soluções de autosserviço, promovendo inclusão financeira e eficiência operacional, iv) a Implementação de um sistema robusto de governance, compliance e gestão de risco, alinhado com padrões europeus e reforçado por práticas de controlo interno e ESG; v) a Monitorização do desempenho através de indicadores de rentabilidade (ROE), eficiência (cost-to-income), solvabilidade e impacto social e ambiental; - O Eixo Estratégico de Sustentabilidade e Inovação que visa i) o Apoio técnico e institucional do Grupo CGD, assegurando alinhamento com standards internacionais e corporativização crescente, ii) a Colaboração com organizações comunitárias, entidades públicas e investidores externos, reforçando a reputação e a marca do BI como único banco de matriz europeia em Cabo Verde; iii) Investimento contínuo em talento e formação, com políticas de incentivo e avaliação de desempenho, posicionando o BI como “Best Place to Work” em Cabo Verde; iv) a Infraestrutura tecnológica moderna e segura, com aposta em digitalização, inovação e proteção de dados; vi) Rede de fornecedores e prestadores de serviço sujeita ao Código de Conduta do BI, integrando critérios ESG e sustentabilidade.		Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema	



SBM-1_26	Cadeia de valor e relações com stakeholders (<i>inputs</i>)	O modelo de negócio do Banco Interatlântico assenta na captação e gestão de recursos financeiros, capital humano especializado, dados e tecnologia, fundamentais para a prestação de serviços financeiros diversificados. Principais inputs: -Capital financeiro: depósitos de clientes, instrumentos de financiamento no mercado, capital próprio. -Capital humano: equipas com competências em gestão financeira, análise de risco, banca digital e ESG. -Tecnologia e dados: plataformas bancárias digitais, sistemas de gestão de risco, dados dos clientes e do mercado. -Relacionamentos com <i>stakeholders</i>: rede de clientes, reguladores, parceiros tecnológicos e investidores institucionais. Abordagem de obtenção de <i>inputs</i> e respetiva segurança: -O banco capta depósitos através de canais físicos e digitais, assegura liquidez via gestão ativa de ativos e passivos, e implementa políticas prudenciais de risco. -Investe na formação contínua das equipas, com foco em inovação e <i>compliance</i>. -Garante a proteção dos dados através de sistemas de cibersegurança robustos e de conformidade com o RGPD. -Estabelece relações duradouras com fornecedores de tecnologia e reguladores, promovendo a resiliência operacional e a confiança. Este modelo é reforçado pelo Plano Estratégico 2025-2028, que integra sustentabilidade, inovação e disciplina financeira em todas as fases da atividade.	Informação complementar: Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema
----------	---	--	--



SBM-1_27	Cadeia de valor e relações com stakeholders (<i>outputs</i>)	O modelo de negócio do banco assenta na captação e gestão de recursos financeiros, capital humano especializado, dados e tecnologia, fundamentais para a prestação de serviços financeiros diversificados. Principais <i>outputs</i> (produtos e serviços): -Contas bancárias, crédito pessoal e empresarial, serviços de pagamento, soluções de poupança e investimento. -Produtos especializados -Serviços digitais (ex. internetbanking) Principais outcomes (benefícios gerados): -Para clientes: acesso facilitado e seguro a serviços financeiros, apoio a projetos de vida e desenvolvimento empresarial, inclusão financeira de segmentos vulneráveis. -Para investidores: criação de valor sustentável através de uma gestão prudente do risco, desempenho financeiro consistente e integração gradual de critérios ESG na concessão de crédito. -Para outras partes interessadas: -Trabalhadores: desenvolvimento de carreira, bem-estar e igualdade de oportunidades. -Sociedade: apoio ao desenvolvimento económico, financiamento de projetos com impacto social e ambiental positivo. -Ambiente: apoio à transição climática através de produtos financeiros verdes e políticas de exclusão para setores de elevado impacto ambiental.	O modelo de negócio do BI assenta na captação e gestão de recursos financeiros, capital humano especializado, dados e tecnologia, pilares que sustentam a prestação de serviços financeiros diversificados e a criação de valor sustentável. O Plano Estratégico 2025-2028 reforça esta abordagem, integrando inovação, disciplina financeira e critérios ESG em todas as fases da atividade. Os principais Outputs (de Produtos e Serviços) são: i) Contas bancárias, ii) crédito pessoal e empresarial, iii) serviços de pagamento, iv) soluções de poupança e investimento; v) Produtos especializados e soluções digitais (internet banking, APP, autosserviço); vi) Oferta diferenciada para empresas, particulares e diáspora, com foco em eficiência e inovação. Os principais Outcomes (Benefícios Gerados) esperados são: i) Para os Clientes: acesso facilitado e seguro a serviços financeiros, apoio a projetos de vida e desenvolvimento empresarial, inclusão financeira de segmentos vulneráveis; ii) para os Investidores: criação de valor sustentável, gestão prudente do risco, desempenho financeiro consistente e integração gradual de critérios ESG; iii) para os Trabalhadores: desenvolvimento de carreira, políticas de incentivo e avaliação de desempenho, bem-estar e igualdade de oportunidades. O Banco Interatlântico está preparado para consolidar o seu papel como único banco de matriz europeia em Cabo Verde, crescendo com inovação, disciplina financeira e sustentabilidade, e reforçando a confiança junto de clientes, investidores e sociedade apoiando no desenvolvimento económico, financiamento de projetos com impacto social e ambiental positivo. Para o ambiente perspectiva-se : apoio à transição climática através de produtos financeiros verdes e políticas de exclusão para setores de elevado impacto ambiental.	Informação complementar: Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema
SBM-1_28	Características da Cadeia de Valor	A cadeia de valor do Banco Interatlântico integra, a montante, fornecedores de tecnologia e serviços digitais, entidades financeiras e investidores institucionais, bem como o papel central do capital humano especializado. A jusante, os principais intervenientes são os clientes particulares, microempresas, PME, grandes empresas, emigrantes e pequenos negócios, que recorrem aos serviços através de canais físicos e digitais. O Plano Estratégico 2025-2028 reforça esta dinâmica, integrando inovação, disciplina financeira e critérios ESG em todas as fases da atividade.	Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema > Relações de confiança, diálogo e corresponsabilidade	
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas			
SBM-2_01	Envolvimento da empresa com partes interessadas	O Banco Interatlântico promove um diálogo contínuo e estruturado com as partes interessadas, reconhecendo a importância das expectativas na definição de estratégia de sustentabilidade e na orientação do modelo de negócio. A <i>auscultação dos stakeholders</i> é realizada através de questionários, este processo é articulado pela equipa de sustentabilidade, garantindo o alinhamento com as práticas do Grupo CGD, e os resultados alimentam a análise de materialidade que contribui para decisões estratégicas das atividades do BI.		Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema > Relações de confiança, diálogo e corresponsabilidade
SBM-2_02	Identificação das principais partes interessadas	Internos: trabalhadores, órgãos de governação, grupo CGD. Externos: acionistas e investidores, reguladores, clientes, fornecedores, parceiros de negócio, organizações não governamentais, órgãos de comunicação social.		Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema > Relações de confiança, diálogo e corresponsabilidade



SBM-2_03	Categorias de partes interessadas envolvidas	Internos: trabalhadores, órgãos de governação, grupo CGD. Externos: acionistas e investidores, reguladores, clientes, fornecedores, parceiros de negócio, organizações não governamentais, órgãos de comunicação social.		Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema > Relações de confiança, diálogo e corresponsabilidade
SBM-2_04	Organização do processo de envolvimento	Com os clientes o envolvimento é feito através de canais de atendimento e inquéritos de satisfação, com os trabalhadores por via de ações de formação e comunicação interna, com os órgãos de governação e regulação através de reportes institucionais e auditorias, com a comunidade por meio de parcerias com ONGS, projetos de apoio social e voluntariado, e com o grupo CGD com envolvimento contínuo no alinhamento estratégico e no cumprimento de políticas corporativas de sustentabilidade.		Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema > Relações de confiança, diálogo e corresponsabilidade
				Compromisso com a integridade e a confiança > Governo Corporativo > Envolvimento das Partes Interessadas
SBM-2_05	Finalidade do envolvimento com partes interessadas	Melhorar produtos/serviços, assegurar uma experiência bancária ética, acessível, garantir conformidade legal, transparência, boa governança, assegurar coerência nas práticas do grupo.		Compromisso com a integridade e a confiança > Governo Corporativo > Envolvimento das Partes Interessadas
SBM-2_06	Consideração dos resultados do envolvimento	Os resultados das auscultações alimentam diretamente a análise de materialidade e contribuem para decisões estratégicas que fortalecem a resiliência e o impacto positivo da atividade do BI.		Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema > Relações de confiança, diálogo e corresponsabilidade Compromisso com a integridade e a confiança > Governo Corporativo > Envolvimento das Partes Interessadas
SBM-2_07	Compreensão dos interesses e perspetivas das partes interessadas	O Banco Interatlântico compreende os interesses e pontos de vista das suas partes interessadas por meio de processos sistemáticos de auscultação, integrados no dever de diligência e na análise de materialidade. Estes processos permitem identificar temas relevantes, riscos e oportunidades com impacto na atividade do banco, assegurando a sua consideração na definição da estratégia e do modelo de negócios. As informações obtidas são analisadas e articuladas com a estratégia corporativa, contribuindo para decisões fundamentadas que promovem a criação de valor sustentável, o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a mitigação de riscos emergentes.		Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema > Relações de confiança, diálogo e corresponsabilidade Compromisso com a integridade e a confiança > Governo Corporativo > Envolvimento das Partes Interessadas
SBM-2_08	Alterações à estratégia ou modelo de negócio	N/A		N/A
SBM-2_09	Integração dos interesses das partes interessadas na estratégia/modelo	Os resultados das auscultações alimentam diretamente a análise de materialidade e contribuem para decisões estratégicas que fortalecem a resiliência e o impacto positivo da atividade do BI. O plano estratégico e o plano de ações de sustentabilidade do BI, possuem ações que envolvem as partes interessadas.		Uma Articulação Estratégica com o Ecossistema > Relações de confiança, diálogo e corresponsabilidade Compromisso com a integridade e a confiança > Governo Corporativo > Envolvimento das Partes Interessadas
SBM-2_10	Ações planeadas para responder aos interesses das partes interessadas	O plano de ações reflete o resultado de uma análise de <i>Self Assessment</i> realizada pelo Banco e da análise materialidade, que inclui os interesses e expectativas das partes interessadas. Neste sentido, o BI implementou um <i>pricing</i> diferenciado de forma a estimular, por exemplo, a compra de carros elétricos e a implementação de painéis solares através de taxas de juro bonificadas e, ainda, uma linha de financiamento de microcrédito destinada a impulsionar atividades de micro-empendedorismo, financiamento sustentável para auto-emprego, empreendedorismo jovem e empoderamento das mulheres. Está em curso a criação de portal sustentabilidade no site do BI, de forma a divulgar as ações e o compromisso do banco e aumentar a transparência para as nossas partes interessadas.		Potenciar a Sustentabilidade Através da Nossa Atuação
SBM-2_12	Informação aos órgãos de <i>governance</i> sobre pontos de vista dos <i>stakeholders</i>	O Banco Interatlântico assegura que os órgãos de administração, direção e supervisão são devidamente informados sobre os pontos de vista e interesses das partes interessadas, especialmente no que se refere aos impactos de sustentabilidade o contexto do princípio da dupla materialidade, os impactos da atividade do BI sobre fatores ambientais, sociais e de governação (<i>outside-in</i> e <i>inside-out</i>) são analisados à luz das expectativas dos <i>stakeholders</i> e reportados como parte integrante da estratégia de sustentabilidade. Esta abordagem garante que os temas materiais são incorporados nas decisões de negócio e nos mecanismos de reporte institucional.		Compromisso com a integridade e a confiança > Governo Corporativo > Envolvimento das Partes Interessadas
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio			
SBM-3_01	Localização dos impactos materiais na cadeia de valor	Consultar: Relatório de Sustentabilidade 2024-2025 > Anexos > Impactos, Riscos e Oportunidades		Anexos > Impactos, Riscos e Oportunidades
SBM-3_02	Localização dos riscos e oportunidades materiais no modelo de negócio	Consultar: Relatório de Sustentabilidade 2024-2025 > Anexos > Impactos, Riscos e Oportunidades		Anexos > Impactos, Riscos e Oportunidades
SBM-3_03	Impactos materiais e resposta estratégica	Consultar: Relatório de Sustentabilidade 2024-2025 > Construir um Futuro Sustentável		Construir um Futuro Sustentável
SBM-3_04	Impactos sobre pessoas e ambiente	Consultar: Relatório de Sustentabilidade 2024-2025 > Anexos > Impactos, Riscos e Oportunidades		Anexos > Impactos, Riscos e Oportunidades
SBM-3_05	Relação com estratégia e modelo de negócio	As informações obtidas na análise de materialidade são analisadas e articuladas com a estratégia corporativa, contribuindo para decisões fundamentadas que promovem a criação de valor sustentável, o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a mitigação de riscos emergentes.		N/A
SBM-3_06	Horizontes temporais dos impactos	Foram considerados impactos a curto, médio e longo prazo.		N/A
GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão			
GOV-1_01	Nº de membros executivos nos órgãos de governação	5	5	N/A
GOV-1_02	Nº de membros não executivos nos órgãos de governação	6	6	N/A
GOV-1_03	Representação de trabalhadores nos órgãos de governação	Dois trabalhadores no órgão de Administração.		N/A
GOV-1_04	Experiência relevante dos membros dos órgãos de governação	O sólido curriculum da administração revela um conhecimento aprofundado em áreas estratégicas como gestão de risco, gestão estratégica no sector bancário, especialização na área de energia, ambiente e alterações climáticas e na implementação de boas práticas corporativas. Essa experiência incluiu não apenas um entendimento profundo do mercado, mas também uma visão global adaptada às especificidades regionais. Tal combinação de competências permite-lhes antecipar desafios, promover a reputação da organização e alinhar suas operações com os padrões éticos e ambientais mais exigentes.		N/A



GOV-1_05	Diversidade de género e outros aspetos nos órgãos de governação	H - 63,64% // M - 36,36%		H - 63,64% // M - 36,36%	Compromisso com as pessoas> Diversidade, Equidade e Inclusão>Diversidade nos órgãos de governação
GOV-1_07	% de membros independentes no conselho de administração	36%		36%	N/A
GOV-1_08	Identificação dos responsáveis pela supervisão de impactos, riscos e oportunidades	CE-Pedro Gomes Soares: Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Apoio aos Conselhos e Comissões, Sistemas de Informação, Área de Mercados e Informação de Gestão. Manuel Fernando Monteiro Pinto: Risco de Crédito, Recuperação de Crédito e Contencioso José Afonso Serra: Rede Comercial e Marketing, Suporte Operacional/Digital e Canais. Eurisanda Rodrigues: Contabilidade e Planeamento, Processos Administrativos RH, Área de Logística. Dirceu do Rosário: Compliance, Gestão dos Riscos, ESG, Dados e Modelos.			N/A
GOV-1_09	Responsabilidades formais sobre impactos, riscos e oportunidades	As Responsabilidades dos órgãos sociais relacionadas com o ESG encontram-se nos Regulamentos da Comissão Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissão de Gestão de Riscos e ainda no Comité de Risco Operacional e Controlo Interno.			N/A
GOV-1_10	Papel da gestão na supervisão de impactos, riscos e oportunidades	É feito o acompanhamento dos objetivos fundamentais fixados em matéria ESG, particularmente no que respeita aos riscos climáticos e ambientais, em pontos de situação com a Comissão Executiva, em reuniões mensais do CROCI e em reuniões trimestrais com a Comissão de Gestão de Riscos.	É feito o acompanhamento dos objetivos fundamentais fixados em matéria ESG, particularmente no que respeita aos riscos climáticos e ambientais, em pontos de situação com a Comissão Executiva e em reuniões trimestrais com a Comissão de Gestão de Riscos.		N/A
GOV-1_11	Delegação de responsabilidades para impactos ESG	A Comissão de Gestão de Riscos é composta por 3 (três) Membros fixos que são Administradores Não Executivos. É usual a CE ser convidada a participar nas reuniões. Por sua vez, os membros da CE são membros permanentes do CROCI.			N/A
GOV-1_12	Informação prestada aos órgãos de governação	Reuniões no âmbito das quais é feito o ponto de situação mensal do plano de ações à CE e ao CROCI e trimestral à Comissão de Gestão de Riscos.			N/A
GOV-1_13	Integração dos controlos internos na gestão de impactos	Planeamento anual, registo, acompanhamento, reportes periódicos à CE, relatórios de atividades. Ex.: Plano formação e reportes dos Recursos Humanos			N/A
GOV-1_14	Fiscalização de metas e progresso relacionados com impactos, riscos e oportunidades	Através de reuniões nas quais é feito o ponto de situação mensal do plano de ações à CE e ao CROCI e trimestral à Comissão de Gestão de Riscos.			N/A
GOV-1_15	Avaliação da disponibilidade ou necessidade de desenvolvimento de competências em sustentabilidade	Através da supervisão/acompanhamento contínuo e rigoroso destas questões e na adoção de medidas estratégicas implementadas.			N/A
GOV-1_16	Conhecimentos especializados em sustentabilidade disponíveis nos órgãos de governação	O acompanhamento da semana da sustentabilidade, bem como várias formações sobre a sustentabilidade tiveram relevo na aquisição de conhecimento sobre o tema. Uma formação especializada sobre a matéria consubstanciar-se-ia numa mais-valia na aquisição de mais ferramentas, robustecendo assim as competências de todos os membros do órgão de Administração.			N/A
GOV-1_17	Relação entre competências dos órgãos de governação e temas materiais de sustentabilidade	Através de adoção de medidas/estratégias, divulgação de informação permitindo que os objetivos sejam mais facilmente materializados no futuro minimizando, assim, os riscos.			N/A
GOV-2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa				
GOV-2_01	Informação fornecida aos órgãos de governação sobre impactos, riscos e oportunidades materiais	Os órgãos de administração, gestão e supervisão do Banco Interatlântico são regularmente informados sobre riscos e oportunidades materiais associados à sustentabilidade, em especial os de natureza climática e ambiental. Esta informação é sistematicamente integrada no RAS (Risk Appetite Statement) e RIR (Relatório Integrado de Risco), analisados, discutidos/apreciados em Comissão Executiva (CE) e Conselho de Administração (CA). Os relatórios incluem os principais riscos identificados, indicadores de monitorização e medidas de mitigação. A Direção de Gestão de Risco assume a responsabilidade pela recolha, análise e reporte destes dados, assegurando o alinhamento com as diretrizes do grupo CGD e a aplicação de mecanismos formais de governance.			Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão do risco
GOV-2_02	Consideração de impactos, riscos e oportunidades em decisões estratégicas e gestão de riscos	O Banco Interatlântico já incorpora riscos ESG em determinadas decisões estratégicas e operacionais, designadamente através da bonificação aplicada a créditos com fins sustentáveis e da sua integração no Plano Estratégico 2025-2028, no âmbito do Pilar ESG e Marca. A Direção de Gestão de Risco participa ativamente na definição de limites de exposição setorial e no desenvolvimento de planos de transição. Não obstante os progressos alcançados, o Banco reconhece que o processo de integração dos riscos ESG se encontra ainda em fase de desenvolvimento, sendo necessário reforçar os mecanismos existentes de forma a assegurar uma consideração mais sistemática e abrangente destes riscos, tanto na avaliação de operações como na definição de prioridades estratégicas.			Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão do risco
GOV-2_03	Lista de impactos, riscos e oportunidades abordados pelos órgãos de governação	Os principais riscos e oportunidades materiais abordados pelos órgãos de administração e supervisão incluíram: riscos de transição relacionados com setores como turismo, construção civil e transportes; riscos físicos associados a fenómenos naturais (embora considerados de baixo impacto no contexto atual de acordo com o Think Hazard); limitações de acesso a dados precisos para avaliação de risco; e oportunidades associadas à criação de produtos financeiros sustentáveis. Estes temas são monitorizados e discutidos mensalmente através do Relatório Integrado de Risco e considerados em articulação com os objetivos definidos no âmbito do grupo CGD.			N/A
GOV-3	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos esquemas de incentivos				
GOV-3_01	Remuneração associada às questões de sustentabilidade	A Política de remuneração para Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização incorpora diretamente fatores de sustentabilidade na remuneração, estabelecendo que deve haver integração de métricas ESG na remuneração variável, é também consistente com a gestão dos riscos de sustentabilidade, ou seja, a sustentabilidade é um critério formal na definição dos incentivos.			Compromisso com a integridade e a confiança> Governo Corporativo > Modelo de governo robusto e transparente
GOV-3_02	Características do esquema de incentivos	O esquema de incentivos baseia-se numa remuneração mista, composta por parte fixa e variável, sendo esta última dependente do desempenho e limitada a 100% da remuneração fixa. A componente variável é atribuída com base em critérios financeiros e não financeiros, incluindo risco, conformidade e fatores (ESG) assegurando alinhamento com os objetivos de longo prazo da instituição. Uma parte relevante do incentivo é diferida no tempo, ficando sujeita ao desempenho futuro, e pode ser ajustada através de mecanismos de <i>malus</i> e <i>clawback</i> , em caso de resultados negativos ou risco. Por fim a atribuição está condicionada se for sustentável à luz da situação financeira do banco e ao cumprimento de requisitos prudenciais, sendo que os membros não executivos não têm remuneração variável.			Compromisso com a integridade e a confiança> Governo Corporativo > Modelo de governo robusto e transparente



GOV-3_03	Avaliação do desempenho relacionado com as questões de sustentabilidade	O desempenho dos administradores executivos é aferido não apenas por resultados financeiros, mas também por objetivos ligados à sustentabilidade, nomeadamente: consideração de impactos ambientais e sociais da atividade, cumprimento de boas práticas de governação e ética, alinhamento com a gestão de risco de sustentabilidade, contributo para os objetivos estratégicos de longo prazo da instituição.	Compromisso com a integridade e a confiança> Governo Corporativo > Modelo de governo robusto e transparente
GOV-3_04	Descrição das métricas de desempenho relacionado com as questões de sustentabilidade	As métricas de sustentabilidade são consideradas na política de remuneração, mas não como índices de referência autónomos. São integradas como parte do sistema de avaliação de desempenho. São consideradas na integração na política de remuneração, na definição de remuneração variável, na articulação com risco e estratégia.	Compromisso com a integridade e a confiança> Governo Corporativo > Modelo de governo robusto e transparente
GOV-3_05	Remuneração variável dependente de objetivos	Com base na política de remuneração para Membros e Órgãos de Administração e fiscalização não é indicada uma proporção específica da remuneração variável exclusivamente dependente de objetivos de sustentabilidade.	Compromisso com a integridade e a confiança> Governo Corporativo > Modelo de governo robusto e transparente
GOV-3_06	Aprovação e atualização dos esquemas de incentivo	A política estabelece que as condições dos regimes de incentivos são aprovadas e revistas ao mais alto nível da estrutura de governo da instituição. A Assembleia Geral é responsável pela aprovação da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos de administração e fiscalização. O Conselho de Administração tem um papel relevante na implementação e revisão da política, assegurando a sua aplicação prática e alinhamento com a estratégia e o perfil de risco da instituição. A comissão de remunerações intervém na definição, acompanhamento e atualização das condições dos regimes de incentivos, garantindo conformidade com requisitos legais, regulatórios e boas práticas.	Compromisso com a integridade e a confiança> Governo Corporativo > Modelo de governo robusto e transparente
GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade		
GOV-5_01	Revisão e aprovação do relatório de sustentabilidade	O <i>draft</i> do relatório de sustentabilidade é aprovado inicialmente pela CE e posteriormente pela CA.	Compromisso com a integridade e a confiança> Governo Corporativo > Divulgação de informação não financeira
GOV-5_03	Principais riscos identificados e estratégias de mitigação	No âmbito do reporte de sustentabilidade, os principais riscos identificados prendem-se com falhas na recolha completa e rigorosa dos dados, incertezas associadas às estimativas utilizadas e dificuldades no acesso à informação relevante. Com vista a mitigar estes riscos, encontram-se previstas medidas destinadas a assegurar a validação da fiabilidade dos dados, bem como a respetiva aprovação em fóruns competentes, designadamente o CROCI e a Comissão de Gestão de Riscos.	N/A
GOV-5_04	Integração dos resultados da avaliação de riscos e controlos internos na estrutura de governança	É assegurada uma monitorização contínua destas questões e a incorporação sistemática dos riscos identificados nas atividades de reporte, tomadas de decisão e na adoção de medidas estratégicas implementadas.	N/A
GOV-5_05	Relato periódico de conclusões dos controlos e avaliação de riscos aos órgãos de governação	Os resultados das conclusões da avaliação de riscos são apresentados através de reuniões mensais nas quais é feito o ponto de situação do plano de ações à CE e ao CROCI e de reuniões trimestrais com a Comissão de Gestão de Riscos.	N/A
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais		
IRO-1_01	Metodologias e pressupostos utilizados	O processo decorreu entre abril e novembro de 2024 seguindo as diretrizes finais do EFRAG (European Financial Reporting Advisory Group). A primeira fase envolveu uma análise de benchmarks setoriais, frameworks internacionais, tais como ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), SASB (Sustainability Accounting Standards Board), S&P ESG Materiality Map e documentação interna, culminando numa lista preliminar de tópicos de sustentabilidade, potencialmente relevantes para o BI. Como resultado preliminar deste exercício, foram identificados 14 tópicos e 35 subtópicos, com base na lista de temas apresentados na ESRS 1 (AR16), complementados por temas específicos à realidade do Banco. No final do processo, dos 14 tópicos e 35 subtópicos inicialmente identificados, foram considerados materiais 13 tópicos e 34 subtópicos para o Banco Interatlântico e para a CGD. Os respetivos IROs encontram-se discriminados no anexo “Impactos, Riscos e Oportunidades”.	Prioridades para um Futuro Sustentável
IRO-1_02	Processo de identificação e priorização dos impactos	Os impactos negativos foram avaliados e priorizados com base na sua gravidade (severidade) e probabilidade, sendo a severidade determinada pela combinação dos critérios de escala, âmbito e irremediabilidade. Para impactos negativos efetivos, a materialidade foi determinada exclusivamente com base na severidade; para impactos negativos potenciais, a severidade foi combinada com a respetiva probabilidade de ocorrência. Os impactos positivos, reais ou potenciais, foram avaliados com base na escala, âmbito e, quando aplicável, probabilidade, refletindo o nível de benefício gerado para as pessoas ou para o ambiente. A determinação das questões de sustentabilidade materiais para efeitos de relato resultou da consolidação das avaliações ao nível dos impactos, riscos e oportunidades (IRO), ponderando contributos de peritos internos (80%) e da auscultação de <i>stakeholders</i> (20%). Foi aplicado um limiar quantitativo de materialidade ≥ 4 , sendo consideradas materiais as questões que atingiram ou superaram esse limiar na materialidade de impacto, financeira ou em ambas as perspetivas.	N/A
IRO-1_03	Riscos ou dependências nas atividades da empresa	“A identificação dos riscos e oportunidades teve por base desk research, análise de benchmark setorial, referenciais internacionais (incluindo ESRS, SASB e S&P ESG Materiality Map) e contributos de áreas internas-chave, nomeadamente Estratégia, Risco e Recursos Humanos. Os riscos e oportunidades foram avaliados exclusivamente por peritos internos (pontos focais), tendo em conta dois critérios principais: magnitude do impacto financeiro potencial e probabilidade de ocorrência, considerando diferentes horizontes temporais (curto, médio e longo prazo) e a sua ligação às operações próprias e cadeia de valor. A priorização resultou da aplicação de matrizes de avaliação e da consolidação ponderada das avaliações, sendo igualmente aplicado um limiar de materialidade ≥ 4 para determinar quais os riscos e oportunidades relevantes para efeitos de relato.”	N/A



IRO-1_04	Riscos ou dependências na cadeia de valor	Durante a identificação e avaliação dos IRO, cada impacto foi analisado quanto à sua relação com as operações próprias, cadeia de valor a montante e cadeia de valor a jusante, bem como quanto ao horizonte temporal relevante. Esta abordagem permitiu identificar de que forma impactos negativos ou positivos sobre pessoas e ambiente podem dar origem a riscos financeiros (por exemplo, reputacionais, regulatórios ou operacionais) ou a oportunidades associadas à criação de valor sustentável. A avaliação integrada assegurou que os riscos e oportunidades financeiros fossem compreendidos como potenciais consequências dos impactos e dependências identificados, permitindo uma leitura consistente entre materialidade de impacto e materialidade financeira e suportando a definição dos temas materiais para reporte de sustentabilidade.	N/A
IRO-1_05	Envolvimento das partes interessadas	A análise de materialidade envolveu 213 intervenientes, incluindo clientes (71%), trabalhadores (26%), fornecedores (2%) e reguladores (1%). O objetivo da auscultação consistiu em recolher a perceção das partes interessadas potencialmente afetadas, relativamente a impactos, riscos e oportunidades (IRO) relacionados com os tópicos identificados.	Prioridades para um Futuro Sustentável
IRO-1_06	Processo de priorização dos impactos negativos e positivos	No seguimento da análise da dupla materialidade, os impactos negativos foram avaliados em função da sua gravidade, determinada pelos critérios de escala, âmbito e irremediabilidade, e, no caso de impactos potenciais, conjugada com a respetiva probabilidade de ocorrência. Para impactos negativos efetivos, a materialidade foi determinada exclusivamente pela severidade. Os impactos positivos, reais ou potenciais, foram avaliados com base na sua escala, âmbito e, quando aplicável, probabilidade, refletindo o nível de benefício gerado para as pessoas ou para o ambiente. A determinação das questões de sustentabilidade materiais resultou da consolidação das avaliações ao nível dos impactos, riscos e oportunidades, com ponderação de contributos de peritos internos e da auscultação de <i>stakeholders</i> , sendo aplicável um limiar quantitativo de materialidade igual ou superior a 4 para efeitos de relato.	Prioridades para um Futuro Sustentável
IRO-1_07	Processo de avaliação dos riscos e oportunidades que possam ter efeitos financeiros	No seguimento da análise da dupla materialidade, a identificação teve por base a análise de documentação interna, <i>benchmark</i> setorial, referenciais internacionais relevantes e contributos de áreas internas chave. A avaliação e priorização foram realizadas exclusivamente por peritos internos da organização, considerando, para cada risco ou oportunidade, a magnitude do impacto financeiro potencial e a respetiva probabilidade de ocorrência, em diferentes horizontes temporais. Os riscos e oportunidades considerados materiais foram aqueles que atingiram o limiar quantitativo de materialidade definido, sendo integrados nos resultados da avaliação de materialidade financeira e na definição dos temas materiais para reporte.	N/A
IRO-1_08	Ligações entre os seus impactos e dependências	No seguimento da análise da dupla materialidade, cada impacto foi analisado quanto à sua relação com as operações próprias e com a cadeia de valor a montante e a jusante, bem como quanto ao horizonte temporal relevante. Esta abordagem permitiu identificar de que forma impactos sobre pessoas e ambiente podem originar riscos financeiros ou oportunidades para o Grupo, assegurando uma leitura integrada e coerente entre materialidade de impacto e materialidade financeira na determinação das questões de sustentabilidade materiais.	N/A
IRO-1_09	Processo de avaliação dos riscos e oportunidades	Na avaliação dos riscos e oportunidades, considerou-se: magnitude: magnitude potencial dos efeitos financeiros e probabilidade: probabilidade de ocorrência dos riscos e oportunidades identificados. Numa escala de 1 a 5, consideraram-se materiais os tópicos com avaliação igual ou superior a 4.	Prioridades para um Futuro Sustentável
IRO-1_12	Impactos e riscos no processo de gestão de riscos	Estes aspetos serão considerados em conjunto com os riscos financeiros, operacionais e de mercado, permitindo uma visão consolidada do perfil de risco global.	N/A
IRO-1_13	Oportunidades no processo global de gestão	Estas oportunidades serão analisadas em articulação com a estratégia e os objetivos de crescimento, permitindo potenciar inovação, desenvolvimento de novos produtos e reforço da competitividade.	N/A
IRO-2	Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pela declaração de sustentabilidade da empresa		
IRO-2_02	Quadro de requisitos de divulgação observados nos ESRS	Para o Banco Interatlântico os requisitos de divulgação nas declarações de sustentabilidade seguem a mesma lógica das ESRS, mas com uma particularidade. O reporte obrigatório deve estar alinhado com a materialidade ao nível do Grupo CGD, e não apenas com a materialidade específica do BI. Assim para o BI os requisitos obrigatórios devem ser ESRS 2, nomas temáticas ESG correspondentes aos tópicos materiais do grupo, para os tópicos materiais do grupo o BI deve reportar, IROs, políticas e medidas implementadas, métricas e objetivos, os reportes próprios não substituem o reporte do grupo servem para apoiar a estratégia, definir planos de ação e complementar o reporte de sustentabilidade.	N/A
IRO-2_03	Justificação de avaliação de materialidade negativa para E1	O tema alterações climáticas não foi considerado material para o Banco Interatlântico, uma vez que Cabo Verde e, em particular, o Banco Interatlântico, não contribui de forma significativa por ação direta das suas operações. A atuação do Banco ocorre de forma indireta, através do financiamento e investimento. O capítulo “Potenciar a Sustentabilidade através da nossa atuação” aborda o papel do Banco como agente transformador para a transição climática e para a promoção da inclusão social e financeira.	Prioridades para um Futuro Sustentável
IRO-2_13	Justificação de avaliação de materialidade negativa para E1	Na avaliação dos impactos, considerou-se: escala: a gravidade do impacto negativo ou o benefício do impacto positivo para as pessoas ou o ambiente; âmbito: a extensão dos impactos negativos ou positivos, irremediabilidade: se os impactos negativos podem ser remediados e em que medida, ou seja, se o ambiente ou as pessoas afetadas podem voltar ao seu estado anterior; probabilidade: probabilidade de ocorrência dos potenciais impactos identificados. Na avaliação dos riscos e oportunidades, considerou-se: magnitude: magnitude potencial dos efeitos financeiros e probabilidade: probabilidade de ocorrência dos riscos e oportunidades identificados. Numa escala de 1 a 5, consideraram-se materiais os tópicos com avaliação igual ou superior a 4.	Prioridades para um Futuro Sustentável



E1 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS				
ID	Tópico	Informação 2024	Informação 2025	Localização
E1-1	Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas			
E1-1_01	Plano de transição	Existe plano de transição aprovado em dezembro de 2023 pelo Grupo CGD, com guia de implementação aprovado em 2024. O plano contempla objetivos definidos e setores-alvo identificados, encontrando-se atualmente em fase de revisão.		Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio > Compromisso de transição para uma economia de baixo carbono
E1-1_05	Despesas operacionais (OpEx) alocadas ao plano de transição.	100.720		Compromisso com o ambiente> Compromisso de transição para uma economia de baixo carbono
E1-1_06	Divulgar o montante de despesas de capital (CapEx) alocado ao Plano de Transição	439.526		Compromisso com o ambiente> Compromisso de transição para uma economia de baixo carbono
E1-1_13	Integração do plano de transição com a estratégia empresarial e planeamento financeiro.	O plano está alinhado com as prioridades estratégicas do BI, integrando fatores ESG no financiamento e ajustando a carteira de crédito.		Compromisso com o ambiente> Compromisso de transição para uma economia de baixo carbono
E1-1_14	Aprovação do plano de transição pelos órgãos de governação.	Existência de plano de transição aprovado pela Comissão Executiva (CE).		Compromisso com o ambiente> Compromisso de transição para uma economia de baixo carbono
E1-1_15	Progresso na implementação do plano de transição.	Foram definidos os objetivos e setores que o banco quer atingir, porém, a implementação encontra-se ainda em fase inicial.		Compromisso com o ambiente> Compromisso de transição para uma economia de baixo carbono
E1-2	Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas			
E1.MDR-P_01-12	Políticas adotadas para gerir os IROS relacionados com as Alterações Climáticas	Política de Gestão de Riscos Climáticos e Ambientais e com a Taxonomia de Riscos.		N/A
E1-2_01	Conteúdo políticas	Em relação à mitigação climática, consoante a política de sustentabilidade, o BI compromete-se com uma economia de baixo carbono, integrando critérios ambientais nas decisões de negócio (crédito, investimento, produtos financeiros), e ainda promove a prevenção da poluição e a melhoria contínua do seu desempenho ambiental, nomeadamente, através da introdução de frota elétrica e implementação de painéis solares no edifício sede. Em relação à adaptação climática, a integração acontece na análise de riscos climáticos no modelo de gestão de riscos e controlo interno.		Compromisso com o ambiente> Mitigação das Alterações Climáticas nas operações próprias
E1-3	Ações e recursos relacionados com as políticas de alterações climáticas			
E1.MDR-A_01-12	Ações relacionadas com as alterações climáticas	2024: Reporte trimestral de riscos climáticos e ambientais no IRR; progressiva implementação de limites setoriais.	2025: Consolidação da integração em todos os instrumentos de risco e aplicação plena de limites de exposição aos setores críticos.	N/A
E1-3_01	Ações de mitigação tomadas e planeadas para o futuro por tipo de alavanca de descarbonização	-	Instalação de Painéis Solares na Sede: Manutenção do parque fotovoltaico instalado em 2024 (Tipo de alavanca de descarbonização: Eficiência energética; Redução no consumo de energia final: 87782 kWh/ano; Redução na fatura energética: Eficiência energética; Tempo de vida estimado: 12 anos). Substituição gradual da frota de automóveis do banco para Viaturas Elétricas: Foram adquiridas 2 viaturas elétricas, sendo a 31/12/2025 na proporção de 11/27 (Tipo de alavanca de descarbonização: Transição para energias renováveis; Tempo de vida estimado: 7 anos). Linha de financiamento com taxa de juros bonificada, destinada ao financiamento de unidades de microprodução de energia elétrica: O banco mantém em vigor uma linha de financiamento com taxa de juros bonificada em 50%, ao abrigo do Protocolo celebrado com o Governo, destinada ao financiamento de unidades de microprodução de energia elétrica, visando incentivar a adoção de soluções sustentáveis e contribuir para a ampliação da geração de energia limpa, promovendo, assim, o desenvolvimento de práticas alinhadas à responsabilidade ambiental e à transição energética (Tipo de alavanca de descarbonização: Transição para energias renováveis)."	N/A
E1-3_02	Ações de adaptação tomadas e planeadas para o futuro por tipo de solução de adaptação	-	Até à data, não foi possível quantificar as reduções de emissões de GEE, devido à dependência de fornecedores externos.	N/A
E1-3_05	Explicar se e em que medida a capacidade da entidade de implementar as ações depende da disponibilidade e alocação de recursos	-	A manutenção do parque fotovoltaico é feita por entidade externa (que instalou o parque).	N/A
E1-4	Metas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas			



E1.MDR-T_01-13	Metas relacionadas com as alterações climáticas	-	O plano estabelece objetivos definidos e setores-alvo identificados, encontrando-se atualmente em fase de revisão. No que respeita às metas quantitativas, o plano prevê a redução das emissões de carbono até 2030 nos seguintes setores: • Setor do Cimento — redução de 17,7%; • Setor de Commercial Real Estate — redução global de 72,2%, desdobrada em dois segmentos: o Segmento de Serviços — redução de 47,8%; o Segmento Residencial — redução de 24,4%.	N/A
E1-5	Consumo energético e combinação de energia			
E1-5_01	Consumo total de energia nas operações, em MWh.	612,073	363,848	Compromisso com o ambiente>Números chave Impacto Ecológico das Operações>Consumo de energia
E1-5_02	Consumo total de energia proveniente de fontes fósseis	590,295	Gasóleo (geradores) - 1478,88 litros Gás natural- 0 m3 Gasóleo (frota) - 9687,31 litros Gasolina (frota) - 3745,2 litros GPL (frota) - 0 litros Outros (adicionar fonte) - 0	Compromisso com o ambiente>Impacto Ecológico das Operações>Consumo de energia
E1-5_03	Consumo total de energia proveniente de fontes nucleares, em MWh	0	0	N/A
E1-5_04	Percentagem do consumo de energia nuclear sobre o total de energia	0%	0%	N/A
E1-5_05	Consumo total de energia proveniente de fontes renováveis, em MWh	22	88	Compromisso com o ambiente>Impacto Ecológico das Operações>Consumo de energia
E1-5_06	Consumo de combustíveis renováveis (biomassa, biogás, hidrogénio, etc.), em MWh	0	0	N/A
E1-5_07	Consumo de eletricidade, calor, vapor ou arrefecimento de fontes renováveis adquiridos, em MWh	0	363,85	Compromisso com o ambiente>Impacto Ecológico das Operações>Consumo de energia
E1-5_08	Consumo de energia renovável proveniente de combustíveis gerados internamente, em MWh	22	88	Compromisso com o ambiente>Impacto Ecológico das Operações>Consumo de energia
E1-5_09	Percentagem de energia renovável no consumo total de energia	4%	24%	N/A
E1-5_10	Consumo de combustíveis provenientes de carvão	0	0	N/A
E1-5_11	Consumo de combustíveis provenientes de petróleo	16239	14911,39	N/A
E1-5_12	Consumo de gás natural	0	0	N/A
E1-5_13	Consumo de outras fontes fósseis	0	0	N/A
E1-5_14	Consumo de eletricidade, calor, vapor ou arrefecimento de fontes fósseis adquiridos	590,295	364	N/A
E1-5_15	Percentagem de energia proveniente de fontes não renováveis sobre o total	96%	76%	N/A
E1-5_16	Produção de energia não renovável em MWh	0	0	N/A
E1-5_17	Produção de energia renovável em MWh, incluindo autoconsumo	22	88	N/A



E3 ÁGUA E RECURSOS MARINHOS					
ID	Tópico	Informação 2024		Informação 2025	Localização
E3-4	Consumo de água				
E3-4_01	Consumo total de água	Não contabilizado.			N/A
E3-4_02	Tabela com consumo de água	Não contabilizado.			N/A
E3-4_03	Reutilização e reciclagem de água, em m3	0	0		N/A
E3-4_04	Armazenamento de água	Temos 8T de água permanentemente armazenada.			N/A
E3-4_08	Intensidade do consumo de água	Não contabilizado.			N/A
E5 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR					
ID	Tópico	Informação 2024		Informação 2025	Localização
E5-2	Ações e recursos relacionados com o uso de recursos e a economia circular				
E5.MDR-A_01-06	Descrição de ações relacionadas com a economia circular e o uso de recursos	Está previsto para 2026 a implementação de pontos de recolha de garrafas de plástico e de vidro em parceria com a Associação Ekonatura. A Associação Ekonatura é associação comunitária no Bairro de São Francisco que recicla garrafas de plástico e de vidro e produzem mobiliários, artesanato e material de jardinagem. Trabalham no centro de reciclagem mulheres da comunidade e toda a renda gerada da venda dos produtos reciclados dividem entre elas.			Compromisso com o ambiente>Impacto Ecológico das Operações>Gestão Eficiente dos Recursos
S1 MÃO DE OBRA PRÓPRIA					
ID	Tópico	Informação 2024		Informação 2025	Localização
S1-1	Políticas relacionadas com a mão de obra própria				
S1.MDR-P_01-06	Política geral de gestão de IROs sobre a força de trabalho própria	OS N° 23/2023 - Medicina no trabalho			N/A
S1-1_01	Políticas específicas para grupos vulneráveis da força de trabalho	OS N° 23/2023 - Medicina no trabalho			N/A
S1-1_03	Alinhamento dos compromissos da Política com os Direitos dos trabalhadores	OS N° 19/2024 - Política de DEI			N/A
S1-1_04	Abordagem geral ao respeito pelos Direitos Humanos	OS N° 19/2024 - Política de DEI			N/A
S1-1_08	Políticas específicas sobre irregularidades no trabalho	Vigente na Lei laboral cabo-verdiano.			N/A
S1-1_09	Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	Existe um sistema regulado através da Política de medicina do trabalho, que versa sobre os temas de saúde, higiene e segurança do trabalho.			Compromisso com as pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Saúde e segurança ocupacional
S1-1_10	Políticas para combater discriminação e promover inclusão e diversidade	Temas regulados pela Política de diversidade, equidade e inclusão e pelo Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho.			Compromisso com Pessoas > Diversidade, Equidade e Inclusão
S1-1_11	Motivos de discriminação cobertos pelas políticas	Sim.			Compromisso com as pessoas> Diversidade, Equidade e Inclusão > Cultura de Diversidade e Inclusão e Igualdade de Oportunidades > Compromisso com um ambiente de trabalho diverso, justo e inclusivo
S1-1_12	Políticas ou compromissos que aderecem especificamente a inclusão de pessoas de grupos vulneráveis	Não.			N/A
S1-1_13	Aplicação e monitorização de políticas de não discriminação	O Banco Interatlântico dispõe de uma política de diversidade, equidade e inclusão que contempla princípios como igualdade de oportunidades, respeito pelos direitos humanos e promoção da diversidade nos processos de recrutamento, progressão profissional, acesso à formação e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Embora a política ainda não esteja implementada na sua totalidade, em virtude da limitação de recursos humanos na área, existem mecanismos específicos que dão resposta a este requisito, nomeadamente: - Um canal direto para denúncia de situações de assédio, dirigido ao Conselho Fiscal. - Um endereço de e-mail (<i>mailbox</i> da área de recursos humanos) para sugestões ou queixas - A existência de práticas de recrutamento interno e mobilidade, priorizando candidatos internos antes de procurar no mercado externo. - Participação ativa de trabalhadores em diversas comissões internas, promovendo a escuta e envolvimento dos mesmos em decisões e iniciativas do banco. Adicionalmente, está prevista a criação de uma equipa dedicada à dinamização da política de diversidade, que deverá permitir reforçar a implementação plena da política nos próximos anos.			Compromisso com as pessoas> Diversidade, Equidade e Inclusão > Cultura de Diversidade e Inclusão e Igualdade de Oportunidades
S1-2	Processos para dialogar com a própria mão de obra e os representantes dos trabalhadores sobre impactos				



S1-2_01	Contributo da mão de obra para decisões e mecanismos de envolvimento	O Banco Interatlântico recolhe e considera as perspetivas da sua força de trabalho através de inquéritos de clima organizacional e satisfação, bem como pela participação de trabalhadores em comissões internas e canais de comunicação direta. Estas formas de envolvimento contribuem para decisões relacionadas com retenção de talento, condições de trabalho e melhoria do ambiente organizacional.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Atração e retenção de talento > Envolvimento dos trabalhadores através da cultura participativa
S1-2_02	Diálogo direto com trabalhadores ou representantes	Diretamente com mão de obra.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Atração e retenção de talento > Envolvimento dos trabalhadores através da cultura participativa
S1-2_03	Fases, tipo e frequência do diálogo	Inquérito de clima organizacional anual a realizar em 2025.	Realizado em 2025 o inquérito de clima organizacional.	Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Atração e retenção de talento > Diagnóstico organizacional e valorização interna
S1-2_04	Responsável pela abordagem e uso dos resultados do diálogo	Comissão Executiva.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Atração e retenção de talento > Envolvimento dos trabalhadores através da cultura participativa
S1-3	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para a própria mão de obra expressar preocupações			
S1-3_02	Canais específicos para expressão de preocupações pela própria mão de obra	O Banco Interatlântico dispõe de diversos canais para que os trabalhadores possam expressar preocupações ou necessidades. O principal canal é o contacto direto com a chefia imediata e, em alternativa, com a área de Recursos Humanos. Existe ainda um canal direto específico para apresentação de denúncias e situações de assédio, que é encaminhado diretamente ao Presidente do Conselho Fiscal. Além disso, os trabalhadores participam ativamente em diversas comissões internas (como crédito ou mercados financeiros), onde podem apresentar propostas e opiniões. Estas estruturas foram criadas pela própria empresa como forma de promover o envolvimento e a escuta ativa da sua força de trabalho.		Compromisso com as Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Atração e retenção de talento > Envolvimento dos trabalhadores através da cultura Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Canais de denúncia e proteção do denunciante
S1-3_05	Mecanismo de tratamento de reclamações/queixas laborais	O Banco dispõe de mecanismos formais para identificar, comunicar e investigar preocupações relacionadas com comportamentos ilícitos ou em inconformidade com o Código de conduta e normativos internos. O canal de denúncias — previsto no Sistema de comunicação interna de práticas irregulares — é gerido pelo Presidente do Conselho Fiscal, garantindo a separação entre a gestão do processo e as áreas operacionais. As denúncias podem ser apresentadas por carta ou e-mail, sendo voluntárias, mas não anónimas, conforme a legislação cabo-verdiana. Apesar dessa limitação, é assegurada total confidencialidade ao denunciante e a quem o auxilie.		Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Canais de denúncia e proteção do denunciante Informação complementar: Compromisso com as Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Atração e retenção de talento > Envolvimento dos trabalhadores através da cultura
S1-3_06	Apoio e disponibilização de canais de denúncia	SCPI.		N/A
S1-3_07	Registo e acompanhamento de questões levantadas via canais	Existe uma norma interna que define o procedimento a adotar em caso de denúncia, sendo o canal de denúncia gerido pelo Presidente do Conselho Fiscal. As denúncias podem ser feitas por carta ou e-mail, e são voluntárias, mas não anónimas, conforme estipulado na legislação cabo-verdiana. Após receção, o Conselho Fiscal analisa o conteúdo da denúncia e, se necessário, envolve o Gabinete de <i>Compliance</i> na investigação, protegendo sempre a identidade do denunciante.		Informação complementar: Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance> Canais de denúncia e proteção do Denunciante
S1-3_09	Política de proteção contra retaliação relacionada com canais de denúncia	O BI dispõe de uma norma interna que regula o canal de denúncias e que inclui medidas de proteção ao denunciante e a quem colabore no processo. Embora a legislação cabo-verdiana não permita o anonimato, é assegurada a confidencialidade de identidade e tratamento da informação. O canal está implementado há vários anos, pelo que a política pode ser considerada uma política de proteção de denunciantes.		Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance> Canal de denúncia e proteção de Denunciante Compromisso com as Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Atração e retenção de talento > Envolvimento dos trabalhadores através da cultura
S1-4	Tomar medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas			
S1.MDR-A_01-12	Plano de ação e recursos para gerir IROs relacionados com a própria mão de obra	- Plano anual de formação do Banco, que abrange um conjunto de temáticas (técnicas, transversais, obrigatórias) e que possibilita formações na CGD; - Sistema de avaliação de desempenho; - Promoções por mérito anual; - Política de Mobilidade Interna; - Nova Política de Pessoal; - Incentivos Comerciais; - Plano Estratégico (2025 a 2028); - Benefícios Sociais; - Condições Especiais de Financiamento; - Apoio à Auto-formação; - Patrocínio à Associação dos Trabalhadores do Banco para realização de atividades lúdicas em ambiente externos para promoção de convívio entre trabalhadores, fortalecendo os laços de pertença.	- Revisão da Política de Pessoal com incorporação de melhorias para os trabalhadores; - Implementado em 2025 a nova Política de Pessoal.	Compromisso com as pessoas > Gestão de Recursos Humanos



S1-4_01	Ações para prevenir ou atenuar impactos negativos significativos na própria mão de obra	Revisão da Política de Pessoal do Banco, prevendo novo enquadramento em termos de categoria, nova tabela salarial, acréscimos de novos benefícios de âmbito social, aumento de plafond de crédito, aumento do valor previsto no orçamento destinada em formação em 2025 face 2024 e modernização das instalações do Banco proporcionando melhores condições de trabalho.	Política de Pessoal implementado em 2025.	Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos															
S1-4_02	Medidas para proporcionar soluções com impacto material real	Aprovação do Nova Política de Pessoal, recrutamento permanente para colmatar saídas inesperadas de trabalhadores, possibilidade de mobilidade interna, elaboração do plano anual de formação, com os inputs recebidos de vários OE's do Banco, maior envolvimento dos trabalhadores nos fóruns e delegação de competências de decisão mais alargada e maior liberalização em termos de prestação de trabalho, com possibilidade de realização em modelo remoto.	Política de Pessoal implementado em 2025.	Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos															
S1-4_03	Ações adicionais para promover impactos positivos na própria mão de obra	Com base no resultado das avaliações de desempenho, anualmente são promovidas promoções por méritos (que podem incluir alteração do nível remuneratório, alteração da situação contratual e atribuição de função), pagamento de prémios de desempenho e incentivos comerciais; Revisão da Política de Pessoal; Possibilidade de mobilidade interna; Elaboração do plano anual de formação, com os inputs recebidos de vários OE's do Banco, maior envolvimento dos trabalhadores nos fóruns e delegação de competências de decisão mais alargada e maior liberalização em termos de prestação de trabalho, com possibilidade de realização em modelo remoto.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos															
S1-4_04	Avaliação da eficácia das ações e iniciativas adotadas	Reuniões mensais de acompanhamento dos objetivos dos OE's do Banco e o processo de avaliação de desempenho anual.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Diagnóstico organizacional e valorização interna															
S1-4_05	Processos para identificar medidas necessárias para responder a impactos negativos	Questionário de Clima organizacional, aplicação de survey por uma entidade externa e reunião de quadros.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Diagnóstico organizacional e valorização interna															
S1-4_06	Medidas para antecipar ou evitar riscos materiais e dependências relacionados com a própria mão de obra	Revisão da política de pessoal, os normativos internos de prevenção de assédio, formação continua in jobs e externa.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos															
S1-4_07	Medidas em curso para explorar oportunidades materiais para a própria mão de obra	Melhorias de condições de trabalho com instalações novas ou remodeladas; atribuição de subsídios inovadores e diferenciadores no mercado local, de cariz social.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos															
S1-4_08	Garantia de que práticas da empresa não contribuem para impactos negativos na própria mão de obra	Internamente são publicitados e divulgados os normativos internos que abrange várias temáticas.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos															
S1-4_09	Recursos alocados à gestão de impactos materiais sobre a própria mão de obra	Auscultação dos OE's do Banco na elaboração do plano anual de formação, inputs no orçamento do Banco relativamente ao quadro de pessoal de cada OE's do Banco e reunião com o sindicato dos trabalhadores.		Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos															
S1-6	Características dos trabalhadores assalariados da empresa																		
S1-6_01	Número total de trabalhadores por número de efetivos e género	<table><tr><td></td><td>2024</td><td>2025</td></tr><tr><td>Número total trabalhadores</td><td>165</td><td>176</td></tr><tr><td>Género</td><td colspan="2"></td></tr><tr><td>- Masculino</td><td>55</td><td>63</td></tr><tr><td>- Feminino</td><td>110</td><td>113</td></tr></table>		2024	2025	Número total trabalhadores	165	176	Género			- Masculino	55	63	- Feminino	110	113		Compromisso com as Pessoas > Números - chave
	2024	2025																	
Número total trabalhadores	165	176																	
Género																			
- Masculino	55	63																	
- Feminino	110	113																	
S1-6_03	Média de trabalhadores por número de efetivos ao longo do período de relato	Efetivo - 134 e o número médio ao longo do ano é 127 trabalhadores.	Efetivo - 141 e o número médio ao longo do ano é 138 trabalhadores.	Informação complementar: Compromisso com as Pessoas > Números - chave															



S1-6_07	Número de trabalhadores por tipo de contrato e género	Tipo de contrato	2023	2024	Informação complementar: Compromisso com as Pessoas > Números-chave
		- Temporário	0	0	
		- Permanente	165	176	
		- Outro (especificar)	0	0	
		- Outro (especificar)	0	0	
S1-6_11	Número de trabalhadores que saíram durante o período de relato	21 pessoas deixaram o BI em 2024.		18 pessoas deixaram o BI em 2025.	Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Atração e retenção de talento
S1-6_12	Taxa de rotatividade de trabalhadores	10%		10%	Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Atração e retenção de talento
S1-6_14	Indicação sobre efetivos ou equivalentes a tempo completo (ETC)	Total de trabalhadores (Efetivo e Prazo).		Total de trabalhadores (Efetivo e Prazo).	N/A
S1-6_15	Números reportados no fim do período ou como média	Número do fim do período.		Número do fim do período.	N/A
S1-9	Métricas de diversidade				
S1-9_01	Distribuição por género nos quadros superiores (número)	Masculino - 4; Feminino – 3		Masculino - 5; Feminino - 3	Compromisso com as Pessoas > Números-chave
S1-9_02	Distribuição por género nos quadros superiores (percentagem)	Masculino - 2,42%; Feminino - 1,82%		Masculino - 2,84%; Feminino - 1,70%	Compromisso com as Pessoas > Números-chave
S1-9_03	Distribuição por grupo etário: <30 anos (número e percentagem)	27 pessoas que corresponde a 16%		25 pessoas que corresponde a 14%	Compromisso com as Pessoas > Números-chave
S1-9_04	Distribuição por grupo etário: 30–50 anos (número e percentagem)	119 pessoas que corresponde a 72%		125 pessoas que corresponde a 71%	Compromisso com as Pessoas > Números-chave
S1-9_05	Distribuição por grupo etário: >50 anos (número e percentagem)	19 pessoas que corresponde a 12%		26 pessoas que corresponde a 15%	Compromisso com as Pessoas > Números-chave
S1-9_06	Definição de “nível dos quadros superiores”	Foi considerado os Diretores		Foi considerado os Diretores	N/A
S1-11	Proteção social				
S1-11_01	Benefícios relacionados com doença	-	Sim, estão inscritos no INPS e em Cabo Verde é obrigatório a inscrição dos trabalhadores.		N/A
S1-11_02	Benefícios relacionados com desemprego	-	Sim, no âmbito da Proteção Social do INPS.		N/A
S1-11_03	Benefícios relacionados com acidentes de trabalho	-	Para além da proteção do INPS é obrigatório o seguro de acidente de trabalho e o Banco ainda tem o seguro facultativo que garante o salário líquido em caso de acidente de trabalho.		N/A
S1-11_04	Benefícios relacionados com licença parental	-	Sim, pelo INPS.		N/A
S1-11_05	Benefícios relacionados com reforma	-	Sim, pelo INPS.		N/A
S1-11_06	Trabalhadores não abrangidos por benefícios	-	N/A		N/A
S1-12	Pessoas com deficiência				
S1-12_01	Percentagem de trabalhadores com deficiência	0%		0%	N/A
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências				
S1-13_01	Percentagem de trabalhadores com avaliações regulares de desempenho, por género	H - 47 // M - 97		H - 55 // M - 106	Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Formação e desenvolvimento> Gestão de desempenho e desenvolvimento de carreira
S1-13_02	Percentagem de trabalhadores com avaliações regulares de desempenho	87% (144 em 165)		91% (161 em 176)	Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Formação e desenvolvimento> Gestão de desempenho e desenvolvimento de carreira



S1-13_03	Número médio de horas de formação, por género	H – 50,6 // M – 39,7	H – 32,09 // M – 29,31	Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Formação e desenvolvimento> Formação e aprendizagem contínua
S1-13_04	Número médio de horas de formação	42,2	30,31	Compromisso com as pessoas> Formação e desenvolvimento> Formação e aprendizagem contínua
S1-13_05	Percentagem de trabalhadores com avaliações de desempenho, por categoria profissional	Direção - 3% // Chefias - 20% // Técnicos - 13% // Administrativos - 61% // Pessoal Auxiliar - 2%	Direção - 3% // Chefias - 20% // Técnicos - 13% // Administrativos - 61% // Pessoal Auxiliar - 2%	Informação complementar: Compromisso com as pessoas> Formação e desenvolvimento> Gestão de desempenho e desenvolvimento de carreira
S1-13_06	Número médio de trabalhadores com avaliação e progressão por categoria profissional	Direção – 99,14 // Chefias – 44,61 // Técnicos – 64,61 // Administrativos – 32,60 // Pessoal Auxiliar – 6,75	Direção - 99,14 // Chefias - 44,61 // Técnicos - 64,61 // Administrativos - 32,60 // Pessoal Auxiliar - 6,75	Informação complementar: Compromisso com as pessoas> Formação e desenvolvimento> Gestão de desempenho e desenvolvimento de carreira
S1-14	Métricas de saúde e segurança			
S1-14_01	Percentagem trabalhadores abrangidos pelo sistema de gestão de saúde e segurança	100%	100%	Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Saúde e segurança ocupacional
S1-14_02	Número de mortes por lesões ou problemas de saúde relacionados com o trabalho	0	0	Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Saúde e segurança ocupacional
S1-14_03	Número de mortes por lesões ou problemas de saúde – outros trabalhadores	0	0	Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Saúde e segurança ocupacional
S1-14_04	Número de acidentes relacionados com o trabalho, passíveis de registo	0	0	Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Saúde e segurança ocupacional
S1-14_05	Taxa de acidentes relacionados com o trabalho, passíveis de registo	0	0	Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Saúde e segurança ocupacional
S1-14_06	Número de casos de doenças relacionadas com o trabalho	0	0	Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Saúde e segurança ocupacional
S1-14_07	Número de dias de trabalho perdidos por lesões ou mortes relacionadas com o trabalho	0	0	Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Saúde e segurança ocupacional
S1-15	Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada			
S1-15_01	Proporção de trabalhadores com direito a licença para assistência à família	100%	100%	N/A
S1-15_02	Proporção de trabalhadores que utilizaram licenças para assistência à família	6%	6%	N/A
S1-15_03	Proporção de trabalhadores que utilizaram licenças, por género, em formato de tabela	Em 2024, 9 trabalhadores usufruíram de licença de Maternidade (5 colaboradoras) e Paternidade (5 trabalhadores) e ainda um colaborador esteve de licença sem vencimento.	Em 2025, 11 trabalhadores usufruíram de licença de Maternidade (9 colaboradoras) e Paternidade (2 trabalhadores) e ainda um colaborador esteve de licença sem vencimento.	N/A
S1-15_04	Trabalhadores com direito a licença relacionadas com a família	Sim.	Sim.	N/A
S1-16	Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)			
S1-16_01	Diferença salarial entre homens e mulheres com base na remuneração média por hora	401 ESC	401 ESC	N/A
S1-16_02	Rácio entre a remuneração do trabalhador mais bem pago e a remuneração mediana dos trabalhadores	3	3	N/A
S1-16_03	Informações contextuais sobre disparidade salarial e remuneração	Foi considerada a remuneração anual auferida durante o ano (fixa e variável).		N/A
S1-17	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos			
S1-17_02	Número total de incidentes de discriminação comunicados	0	0	N/A
S1-17_03	Número de queixas apresentadas através de canais de denúncia interna	0	0	N/A
S1-17_04	Número de queixas apresentadas por canais nacionais ou pontos de contacto da OCDE	0	0	N/A
S1-17_05	Montante total de multas, sanções e indemnizações relacionadas com os incidentes divulgados	0	0	N/A
S1-17_10	Não ocorrência de incidentes relacionados com os Direitos Humanos	Sem registo de ocorrências de questões graves de direitos humanos e incidentes relacionados com os trabalhadores.		N/A



S3 COMUNIDADES AFETADAS				
ID	Tópico	Informação 2024	Informação 2025	Localização
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio			
S3.SBM-3_01	Comunidades consideradas no âmbito do reporte	Para o presente relatório, o Banco não dispõe de dados consolidados que permitam confirmar a inclusão de todas as comunidades materialmente afetadas no âmbito do presente relato, especificamente no que concerne aos impactos sociais indiretos da nossa carteira de créditos.		N/A
S3.SBM-3_02	Comunidades sujeitas a impactos	Atualmente, o nosso reporte foca-se predominantemente nos impactos diretos da nossa rede de agências (exclusão financeira e literacia).		N/A
S3-1	Políticas relacionadas com as comunidades afetadas			
S3-1_04	Abordagem geral de envolvimento com comunidades afetadas	- Desenvolvimento e apoio de programas e projetos que promovem o desenvolvimento económico, social e ambiental desenvolvimento económico, social e ambiental das comunidades locais; - Linha Especial de financiamento de microcrédito destinada a impulsionar atividades de micro-empendedorismo, alocada na criação de estabelecimentos de educação infantil em comunidades consideradas de risco contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico destas comunidades.		Compromisso com as pessoas> Apoio à comunidade > Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade Potenciar a sustentabilidade através da nossa atuação > Financiamento e investimento sustentável > Desenvolvimento de produtos financeiros ESG
S3-1_01	Políticas específicas para grupos vulneráveis da força de trabalho	Política de voluntariado		Compromisso com as pessoas> Apoio à comunidade > Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade
S3-1_09	Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	Política de Medicina no Trabalho e Política Global de Prevenção e Segura		Compromisso com as pessoas> Gestão de Recursos Humanos > Saúde e segurança ocupacional
S3-1_10	Políticas para combater discriminação e promover inclusão e diversidade	Política de Diversidade, Equidade e Inclusão		Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Diversidade, equidade e inclusão
S3-1_11	Motivos de discriminação cobertos pelas políticas	Sim, os motivos de discriminação encontram-se cobertos na Política de DEI		Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Diversidade, equidade e inclusão
S3-1_12	Compromissos políticos específicos relacionados com a inclusão	No BI existe a valorização da pluralidade de perfis, experiências e perspetivas e a força de trabalho é maioritariamente feminina. Existe também uma diversidade significativa de nacionalidades, culturas e origens, refletindo o compromisso da instituição com a inclusão e a representatividade		Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Diversidade, equidade e inclusão > Compromisso com um ambiente de trabalho diverso, justo e inclusivo
S3-1_13	Aplicação e monitorização de políticas de não discriminação	Divulgação das políticas e formações internas anuais (Gabinetes de Compliance e Auditoria Interna).		Compromisso com as pessoas > Gestão de recursos humanos > Diversidade, equidade e inclusão
S3-3	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações			
S3-3_11	Canais disponíveis para comunidades expressarem preocupações ou necessidades.	As reclamações e sugestões de clientes ou não clientes, podem ser apresentadas em qualquer ponto da rede comercial, através dos Livros de Reclamações, ou a qualquer órgão do Banco que tenham conhecimento e que entendam ser mais adequado ao assunto. No entanto, existem canais específicos para direcionamento das mesmas, sendo estas o endereço de correio eletrónico reclamacoes@bi.cv e o formulário disponível no site institucional do BI, no “Espaço Cliente >> Sugestões e Reclamações ”.		Compromisso com as pessoas > Relação com o cliente > Comercialização e marketing responsável > Escuta Ativa, feedback e integração de perspetivas
S3-3_12	Processos para garantir a disponibilidade de canais nas relações comerciais.	O gabinete responsável pelo tratamento das reclamações assegura igualmente os mecanismos de controlo internos, nomeadamente a verificação da existência dos Livros de Reclamações em todas as agências — garantindo a disponibilidade de um exemplar em uso e outro suplente, com verificações realizadas trimestralmente. Em articulação com o fornecedor externo responsável por monitorizar a disponibilidade e o correto funcionamento do site institucional.		Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Relação com o cliente > Comercialização e marketing responsável > Escuta Ativa, feedback e integração de perspetivas
S3-3_13	Monitorização e eficácia dos canais utilizados pelas comunidades afetadas.	O Banco Interatlântico dispõe de normas que definem, de forma clara, os procedimentos para a gestão de reclamações. Estas orientações estabelecem os prazos, os intervenientes no processo, os reportes à Entidade Supervisora e os mecanismos de controlo que asseguram a disponibilidade e o correto funcionamento dos canais de atendimento. Esta abordagem garante um tratamento uniforme das reclamações dentro dos prazos definidos, assegurando também que as informações fornecidas aos clientes são rigorosas e esclarecedoras. Todos os Órgãos do Banco estão sensibilizados para a importância do envio atempado das informações solicitadas e para a resolução eficaz das situações identificadas. As sugestões dos clientes são igualmente registadas e integradas nos processos contínuos de melhoria.		Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Relação com o cliente > Comercialização e marketing responsável > Escuta Ativa, feedback e integração de perspetivas
S3-3_14	Confiança e conhecimento das comunidades nos canais e políticas de proteção contra retaliação.	De momento não é posto em prática nenhum mecanismo formal para garantir que as comunidades afetadas estão cientes e confiam nestas estruturas ou processos como forma de manifestar as suas preocupações ou necessidades e de as ver resolvidas.		N/A
S3-3_15	Políticas de proteção contra retaliação para quem utiliza canais de reclamação.	O BI não dispõe de políticas específicas de proteção contra retaliação dirigidas aos clientes. No entanto, existem normativos internos, designadamente a Ordem de Serviço “Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares”, que consagram o princípio da Não Retaliação. Esta OS estabelece que os profissionais que efetuarem comunicações ao abrigo do referido normativo não poderão, em caso algum, ser prejudicados na sua atividade profissional no Grupo CGD em virtude dessa comunicação.		N/A
S3-4	Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações			



S3.MDR-A_01-12	Plano de ação e recursos para gerir IROs relacionados com as comunidades afetadas	-	Investimentos na Comunidade (Donativos): Parcerias com entidades públicas ou privadas para a promoção e realização de iniciativas que procuram responder às problemáticas sociais alinhadas com os ODS. Localização das actividades: A jusante. Geografia: Praia - Cabo Verde. Partes interessadas afetadas: Parceiros, comunidade, Entidades Públicas. Resultados: 14 entidades apoiadas, 2.264.094 CVE investidos. Horizonte temporal: 2025. Doação e Bens: O BI doou bens ao Hospital e Escolas promovendo o reaproveitamento de equipamentos e materiais de escritório a favor da comunidade, que lhe dão nova utilidade reduzindo o desperdício. Localização das atividades: A jusante. Geografia: Praia - Cabo Verde. Partes interessadas afetadas: Hospital Agostinho Neto e Escola SOS Fazenda. Resultados: 61.977 CVE investidos; Hospital Universitário Agostinho Neto (1 Hidrocoletor e Marquesa, 1 Tina para banho parafina, 1 Negatoscópio, 2 Hidomassagem, 1 Tina de Parafina dos Pés, 1 aparelho de ultrassom e aparelho laser, 1 lâmpada de UltraVioleta, 1 Infra-vermelho); Escola SOS (mesas, cadeiras, armários e pastas de lombada larga). Horizonte temporal: 2025. Campanha de Voluntariado: Campanhas de doação de sangue - Foi realizada uma campanha de doação de Sangue em parceria com a Garantia e a Ordem dos Médicos de Cabo Verde, realizada ações de Plantação árvores Frutíferas junto à Universidade de Cabo Verde e ao ICCA. Localização das atividades: A jusante. Geografia: Praia - Cabo Verde. Partes interessadas afetadas: Parceiros (Garantia, Ordem dos Médicos de Cabo Verde, Universidade de Cabo Verde e Centro de Emergência Infantil do ICCA). Resultados: 111 800 CVE investidos. Horizonte temporal: 2025. CapEx e OpEx associados: Total de 2 608 211 investidos.	Compromisso com as pessoas> Apoio à comunidade > Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade
S3-4_03	Iniciativas e processos para promover impactos positivos nas comunidades	O BI tem vindo a apoiar de forma regular projetos que visam a redução da desigualdade social, redução da pobreza e da fome, através de iniciativas como donativos mensais a algumas instituições: • Aldeias Infantis SOS Cabo Verde; • Jardim Mini Black – Associação Black Panthers; • Jardim S. Teresinha – Paróquia Sant. Nome de Jesus; • Jardim Brincar e Crescer; Em 2024, concedeu também patrocínios no âmbito da redução das desigualdades e na promoção da Educação de qualidade: • Aquisição de 50 Kits escolares ao Projeto Inaraki para estudantes da Achadinha (zona carenciada); • Patrocínio do “Projeto Rotas do Arquipélago - mobilidade institucional de estudantes, professores e pesquisadores da UniSantiago	Em 2025, o BI reforçou a sua intervenção junto das comunidades, através de apoios a instituições sociais, educativas e de proteção infantil, bem como da resposta a situações de emergência decorrentes de fenómenos climáticos. As iniciativas desenvolvidas abrangeram a promoção do mérito académico, o acesso a materiais escolares, o acompanhamento social e educativo de crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, bem como o apoio a entidades afetadas pelas chuvas torrenciais na Ilha de São Vicente. Adicionalmente, foram realizados donativos pontuais de equipamentos hospitalares e materiais escolares, contribuindo para a melhoria dos cuidados de saúde e das condições de aprendizagem.	Compromisso com as pessoas> Apoio à comunidade > Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade
S3-4_04	Mecanismos para monitorizar eficácia das ações de mitigação	O Banco realiza a monitorização das suas ações junto das comunidades através de mecanismos adequados a cada tipo de iniciativa. No programa de microcrédito, o acompanhamento é feito com base no registo das operações recebidas e na sua classificação por categoria de atividade económica, o que permite identificar o perfil dos beneficiários e as áreas com maior procura. Quanto aos donativos atribuídos a instituições e projetos sociais, são solicitados relatórios que indicam, por exemplo, o número de crianças abrangidas e o número de refeições quentes servidas. Esta informação permite avaliar o impacto dos apoios concedidos e reforça a transparência e a responsabilização das entidades beneficiárias.	Informação complementar: - Compromisso com as pessoas> Apoio à comunidade > Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade - Potenciar a sustentabilidade através da nossa atuação > Financiamento e investimento sustentável > Desenvolvimento de produtos financeiros ESG	
S3-4_09	Ações planeadas para oportunidades materiais	As ações planeadas para oportunidades materiais passam, nomeadamente, pela política de patrocínios e donativos do banco, que, embora abrangente, terá um forte foco em iniciativas sustentáveis e de impacto social positivo. Assim, permitirá identificar e apoiar projetos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovendo inclusão, educação financeira e desenvolvimento local. Além disso, a definição clara de critérios e prioridades facilitará uma análise mais eficaz das oportunidades de patrocínio, garantindo que os apoios concedidos gerem valor partilhado e contribuam para explorar oportunidades materiais nas comunidades. Sobre as iniciativas: encontram-se em curso ações específicas de inclusão financeira dirigidas a mulheres que operam no setor informal.		Compromisso com as Pessoas > Apoio à comunidade



S3-4_10	Garantia de que as práticas da empresa não causam impactos negativos	O Banco procura garantir que as suas práticas não causem nem contribuam para impactos negativos nas comunidades onde atua. Para isso, adota medidas como a conceção responsável de produtos financeiros, ajustados ao perfil dos clientes, com base numa análise rigorosa do risco de crédito e na disponibilização de todas as informações pré-contratuais necessárias, promovendo assim práticas de crédito responsáveis. Os trabalhadores do BI têm recebido formação no âmbito da sustentabilidade, que permite dotar os trabalhadores de conhecimentos essenciais para uma atuação mais ética, consciente e alinhada com os compromissos do Banco junto das comunidades e do ambiente. Também neste âmbito, o Banco disponibiliza canais acessíveis de reclamação, que permitem detetar e corrigir eventuais situações adversas. Nos apoios sociais e projetos comunitários, é feita uma análise prévia das iniciativas, sendo o respetivo impacto monitorizado através de interações frequentes com as entidades beneficiárias. Estas práticas visam prevenir riscos e reforçar uma atuação positiva e responsável junto das comunidades.	Compromisso com as Pessoas > Apoio à comunidade > Valor Social e Desenvolvimento da Comunidade > Apoio Institucional e Donativos
S3-4_12	Recursos afetos à gestão de impactos materiais	A gestão dos impactos materiais no banco é realizada de forma partilhada. A equipa de Sustentabilidade coordena as políticas e estratégias, alinhando-as com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Todas as áreas do banco são responsáveis por aplicar essas práticas no seu trabalho, ajudando a gerar benefícios sociais, ambientais e económicos para as comunidades e <i>stakeholders</i> .	Compromisso com as Pessoas > Apoio à comunidade

S4 I CONSUMIDORES E UTILIZADORES FINAIS				
ID	Tópico	Informação 2024	Informação 2025	Localização
S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e utilizadores finais			
S4.MDR-P_01-06	Políticas da empresa para gerir impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com consumidores e utilizadores finais.	O BI dispõe de Políticas para gerir as matérias relacionadas com clientes, nomeadamente: -A Política Global de Prevenção de Segurança que engloba a proteção das pessoas, bens, património, valores, acervos de informação e outros ativos, bem como a prevenção da prática de crimes, através do desenvolvimento de soluções e sistemas de segurança. Aplica-se a todos os clientes, trabalhadores, parceiros, prestadores de serviços e outras partes interessadas que se relacionem com as atividades do BI. Os responsáveis pela sua implementação são o Conselho de Administração e Comissão Executiva que asseguram aprovação, supervisão e afetação de recursos; existem “Representantes de Segurança” nas linhas de estrutura. Pelo facto de ser uma ordem de Serviço interna (difusão e responsabilidades formais) é tipicamente divulgada internamente a todos os OE e representantes de segurança. -A Política de Proteção de Dados, que estabelece os princípios, regras legais e regulamentares, normas, atuação e boas práticas observadas pelo BI no âmbito dos procedimentos corporativos e da legislação nacional no tratamento de dados pessoais dos seus fornecedores, clientes e trabalhadores, alinhada com o RGPD. A Comissão Executiva é responsável pelo cumprimento e cultura de proteção de dados; DPO local exerce funções definidas e aconselha a decisão. É divulgada publicamente através do website. -A Política de Financiamento Sustentável e Transição Energética, que fornece orientações para a mobilização de fluxos de capital e para a disponibilização opções de financiamento para o desenvolvimento de uma economia mais sustentável e inclusiva. Integra avaliação ESG das contrapartes e adequação/pricing para reduzir exposição a riscos C&E e apoiar a transição energética. O CA é responsável por definir a estratégia, a CE implementa e decide planos de ação, o DCM analisa/aprova oferta sustentável e a DGR/GRC ajusta modelos/normativos. É uma ordem de serviço interna com revisão bienal pelo GSC e verificação pela Área de Sustentabilidade Corporativa da CGD. -A Política de Gestão dos Riscos Climático e Ambiental, que pretende definir os procedimentos que integram o sistema global de gestão dos riscos, nomeadamente riscos ESG, que influenciam a concessão de crédito aos clientes. O Conselho de Administração assume responsabilidade global e a CE implementa o sistema de gestão e orienta a estratégia. -A Política de Sustentabilidade, que define o modelo de governação, princípios orientadores e atividades específicas, bem como os principais intervenientes e respetivas responsabilidades na gestão da sustentabilidade no BI. Em particular, refere a importância do envolvimento com as partes interessadas (entre elas, clientes) na identificação das suas principais expectativas e respetiva integração nas estratégias de negócio do Banco. Os responsáveis são o Conselho de Administração (definição estratégia/políticas), a Comissão Executiva (gestão corrente, nomeação do Responsável de Sustentabilidade) e o Conselho Fiscal (acompanha riscos ESG).		N/A
S4-1_01	Abrangência das políticas: todos os consumidores/utilizadores ou grupos específicos.	Estas políticas abrangem os clientes de forma transversal.		N/A



S4-1_04	Descrever os compromissos com os direitos humanos relacionados com consumidores/ utilizadores finais	De acordo com o Código de Ética e Conduta do Banco Interatlântico, os compromissos com os direitos humanos em relação aos consumidores e utilizadores finais estão assentes em vários princípios centrais: Respeito e dignidade: o Banco compromete-se a tratar todos os clientes e utilizadores com respeito, garantindo a não discriminação, a equidade e a integridade em todas as interações. Proteção de dados e privacidade: assegura que os direitos de proteção de dados pessoais são salvaguardados, em conformidade com a legislação aplicável, reconhecendo a privacidade como um direito humano fundamental associado ao relacionamento com consumidores. Transparência e informação clara: os consumidores têm direito a receber informações verdadeiras, claras e completas sobre produtos e serviços, reforçando o direito à escolha informada e prevenindo práticas enganosas. Segurança e acessibilidade: o Código orienta a organização a desenvolver produtos e serviços que respeitem padrões éticos e promovam o acesso justo, incluindo literacia financeira e digital para não excluir grupos vulneráveis. Mecanismos de participação e reclamação: reconhece o direito dos consumidores a expressarem preocupações e a apresentarem reclamações, através de canais institucionais acessíveis, assegurando resposta célere e justa. Alinhamento com normas internacionais de direitos humanos: a atuação com consumidores é enquadrada nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, nas Convenções da OIT e nas Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, o que reforça o compromisso de respeitar e promover os direitos humanos em todas as dimensões da relação comercial.	Compromisso com as pessoas > Relação com o cliente > Comercialização e marketing responsável
S4-2	Processos de envolvimento com consumidores e utilizadores finais sobre impactos		
S4-2_01	Como as perspetivas dos consumidores/utilizadores finais informam decisões ou atividades da empresa.	O Banco Interatlântico considera as perspetivas dos consumidores e utilizadores finais como elemento central para a formulação e aprimoramento de suas decisões estratégicas, operacionais e de desenvolvimento de produtos. Para garantir que essas opiniões sejam efetivamente incorporadas, adotamos diversas práticas: 1. Pesquisa de Satisfação e Feedback Contínuo -Disponibilizamos um Questionário de Satisfação e Recomendação de forma permanente através do nosso site aos nossos clientes e ao público em geral. Os dados coletados são utilizados para o cálculo de NPS do Banco. 2. Análise de Reclamações e Sugestões Temos um órgão destacado para o registo, análise e resposta às reclamações e sugestões, permitindo o ajuste de processos, serviços ou características dos produtos se assim mostrar necessário. 3. Envolvimento Digital e Monitorização de Redes Sociais Monitorizamos continuamente as redes sociais e fóruns online para captar feedback espontâneo e tendências de consumo, além de responder diretamente às dúvidas e mensagens dos utilizadores. O Banco Interatlântico integra de forma sistemática as perspetivas dos consumidores e utilizadores finais na definição das suas decisões estratégicas, operacionais e de desenvolvimento de produtos. Para assegurar a incorporação efetiva deste contributo, a Instituição dispõe de mecanismos estruturados que incluem: Gestão de Reclamações e Sugestões: Um órgão especializado é responsável pelo registo, análise e tratamento de reclamações e sugestões, permitindo identificar oportunidades de melhoria e ajustar processos, serviços e características dos produtos. Monitorização Digital e Interação em Canais Online: O Banco acompanha permanentemente as redes sociais e plataformas digitais, recolhendo feedback espontâneo, identificando tendências de comportamento e respondendo de forma direta às necessidades e dúvidas dos utilizadores.	Compromisso com as pessoas > Relação com o cliente



S4-2_02	Existência de diálogo com consumidores/utilizadores finais ou seus representantes.	O Banco Interatlântico mantém um diálogo contínuo e estruturado com seus clientes, stakeholders e seus representantes, nomeadamente a supervisão e a defesa dos consumidores, reconhecendo que essa interação é fundamental para aprimorar nossos produtos, serviços e práticas comerciais. 1. Canais de Comunicação Direta Disponibilizamos múltiplos canais de atendimento ao cliente, incluindo telefone, e-mail, chat online e redes sociais, que garantem o acesso rápido e eficiente para esclarecimento de dúvidas, sugestões e reclamações. 2. Mecanismos de Consulta e Participação São conduzidas regularmente pesquisas, fóruns digitais e iniciativas de auscultação que permitem recolher contributos estruturados sobre expectativas e prioridades dos consumidores. 3. Interação com Entidades Externas O Banco mantém diálogo ativo com associações de consumidores e entidades reguladoras, participando em reuniões e consultas públicas para garantir alinhamento com as melhores práticas e exigências do setor.	Compromisso com as pessoas > Relação com o cliente
S4-2_03	Fases, tipo e frequência do diálogo com consumidores/utilizadores finais.	O Banco Interatlântico estrutura o diálogo com os seus consumidores e utilizadores finais de forma contínua, abrangendo diferentes fases, tipos e frequências de interação, assegurando que as suas perceções são sistematicamente consideradas na melhoria dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição. No que respeita às fases do diálogo, destaca-se a fase de uso contínuo, durante a qual o Banco mantém canais permanentes de comunicação direta, incluindo atendimento digital, chat online e redes sociais, garantindo a recolha diária de feedback e a resolução eficiente de dúvidas e reclamações. Relativamente aos tipos de diálogo, a comunicação ocorre tanto de forma reativa, através do atendimento prestado pelos canais digitais e telefónicos para suporte, tratamento de reclamações e receção de sugestões, como de forma participativa, por meio de fóruns online, workshops, <i>webinars</i> e reuniões regulares com associações de consumidores, que permitem a análise aprofundada de temas relevantes. No que diz respeito à frequência, o Banco assegura contacto diário de segunda a sexta-feira, através das Unidades de Negócios, das redes sociais e do chat online, promovendo um acompanhamento próximo e consistente das necessidades dos clientes.	N/A
S4-2_06	Medidas para conhecer perspectivas de consumidores/utilizadores finais vulneráveis ou marginalizados.	O Banco Interatlântico reconhece a importância de ouvir e considerar as necessidades de consumidores e utilizadores finais vulneráveis ou em situação de maior fragilidade. Por isso, integra essas perspetivas no desenvolvimento dos seus produtos, serviços e políticas. Para garantir esta abordagem, o Banco mantém parcerias com organizações comunitárias e ONGs que trabalham diretamente com grupos vulneráveis e comunidades de baixos rendimentos, no âmbito das iniciativas de responsabilidade social. Os canais de atendimento são estruturados para serem acessíveis a todos os clientes, utilizando uma linguagem clara e disponibilizando diferentes meios de contacto — telefone, internet e atendimento presencial — incluindo suporte para pessoas com deficiência, sempre que aplicável. Internamente, o Banco investe na capacitação das suas equipas, promovendo formação que permita reconhecer as necessidades específicas destes consumidores e assegurar um atendimento adequado, sensível e alinhado com as melhores práticas do setor. Estas medidas fortalecem o compromisso do Banco Interatlântico com a inclusão e a responsabilidade social, contribuindo para reduzir desigualdades e reforçar a confiança dos clientes.	N/A
S4-2_07	Declaração caso a empresa não tenha processo de colaboração com consumidores/ utilizadores finais.	Reconhecemos a importância crescente da participação ativa dos consumidores no aperfeiçoamento contínuo das nossas atividades. Por isso, estamos em fase de avaliação e estruturação de mecanismos que possibilitem o diálogo estruturado com os utilizadores finais, especialmente em temas relevantes de sustentabilidade, acessibilidade, qualidade e responsabilidade social. Atualmente, o Banco Interatlântico não possui um processo formalizado de colaboração com consumidores ou utilizadores finais para fins de desenvolvimento de produtos, serviços ou decisões estratégicas.	N/A
S4-3	Processos para remediar impactos negativos e canais para consumidores e utilizadores finais apresentarem preocupações		
S4-3_02	Indicação se a entidade usa canais próprios ou depende de canais de parceiros comerciais.	A maioria das interações com os clientes ocorre por meio de canais diretamente operados pelo banco, o que garante maior controle sobre a qualidade, segurança e responsabilidade no relacionamento com os consumidores. Os canais próprios incluem: • Agências físicas espalhadas por 4 ilhas, com atendimento personalizado. • Plataformas digitais oficiais: internet banking, app mobile. • Central de atendimento telefónico (call center) e canais de atendimento acessíveis. • Redes sociais institucionais.	Informação complementar: Uma oferta inovadora focada na acessibilidade e na digitalização> Rede de distribuição: Uma condição de proximidade



S4-3_04	Avaliação da eficácia dos canais com base em critérios internacionais (legitimidade, acessibilidade, etc.).	O Banco Interatlântico cumpre os critérios internacionalmente reconhecidos para mecanismos não judiciais de reclamação e reparação, alinhados com os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Embora ainda não realize avaliações sistemáticas da eficácia dos seus canais, assegura a sua operacionalidade e acessibilidade. Os canais de contacto estão disponíveis através de vários meios — agências, aplicativo móvel, telefone, internet banking e redes sociais — incluindo versões acessíveis a pessoas com deficiência, atendimento em linguagem simples e suporte multilíngue. Todos os processos de reclamação seguem prazos definidos e protocolos de acompanhamento, garantindo aos clientes informação clara sobre procedimentos, prazos e resultados. Os mecanismos de atendimento asseguram tratamento justo, confidencialidade e possibilidade de escalonamento para instâncias superiores ou entidades reguladoras, incluindo mediação interna sempre que necessário. Os canais respeitam integralmente os direitos dos consumidores e asseguram que nenhuma forma de discriminação, retaliação ou exposição indevida ocorra ao longo do processo. O Banco divulga regularmente dados consolidados sobre reclamações nos relatórios oficiais, respeitando a confidencialidade individual e promovendo melhorias contínuas. O feedback dos consumidores é analisado de forma sistemática e utilizado para aperfeiçoar permanentemente os canais de atendimento e os processos internos.	N/A
S4-3_06	Conduta ética e transparente dos canais e confiança gerada entre as partes envolvidas.	O Banco Interatlântico adota princípios de conduta ética, integridade e transparência em todos os seus canais de relacionamento com consumidores e utilizadores finais, como parte de seu compromisso institucional com a responsabilidade social e os direitos do consumidor. Conduta ética e transparente dos canais 1. Código de Conduta e Atendimento Ético: Todos os trabalhadores do Banco atuam de acordo com o nosso Código de Conduta Ética, que inclui diretrizes específicas sobre respeito, imparcialidade, confidencialidade e antidiscriminação no atendimento ao público. 2. Clareza nas Informações: Nosso atendimento é pautado pela transparência na comunicação, com informações claras sobre produtos financeiros, preço, direitos dos clientes, prazos e canais de recurso. Garantimos que todas as decisões sejam explicadas de forma compreensível e documentada. 3. Proteção de Dados e Privacidade: Todos os canais operam em conformidade com a Regime Geral Jurídico de Proteção de Dados (RGJPD) e com os princípios de privacidade estabelecidos pelo Centro Nacional de Proteção de Dados (CNPd), reforçando a confiança dos consumidores na integridade do relacionamento com a instituição. 4. Provedor do Cliente: O Provedor do cliente funciona como instância final e imparcial, com autonomia operacional, e tem papel essencial na mediação de conflitos de forma ética e justa.	Compromisso com as pessoas > Relação com o cliente
S4-3_07	Canais são conhecidos e acessíveis às partes interessadas.	O Banco Interatlântico assegura que todos os seus canais de relacionamento com consumidores e demais partes interessadas sejam amplamente divulgados e acessíveis, para garantir uma comunicação eficaz, transparente e inclusiva. Divulgação dos canais • Comunicação multicanal: Os canais de atendimento ao cliente são divulgados amplamente por meio de diversos meios, incluindo site oficial, aplicativos móveis, redes sociais, correspondências eletrônicas, materiais em agências físicas e documentos contratuais. • Acessibilidade da informação: As informações são apresentadas em linguagem clara e simples, atendendo às exigências regulatórias. Acessibilidade dos canais • Diversidade de meios: Disponibilizamos canais por telefone, e-mail, chat online, aplicativos móveis, atendimento presencial e redes sociais, garantindo que os consumidores possam escolher o meio mais conveniente. • Suporte especializado: Trabalhadores preparados oferecem suporte personalizado para diferentes perfis de clientes.	Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Relação com o cliente
S4-4	Ações relativas a impactos materiais sobre consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir riscos materiais e aproveitar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, bem como a eficácia dessas ações		



S4-4_03	Medidas ou iniciativas adicionais para melhorar resultados sociais dos consumidores/ utilizadores.	O Banco Interatlântico está comprometido em promover resultados sociais positivos para seus clientes e público em geral por meio de diversas iniciativas que vão além do cumprimento das normas regulatórias. Entre as principais medidas adotadas destacam-se: 1. Informação Transparente • Disponibilização de informações claras e acessíveis sobre composição e custos dos produtos e serviços por meio da disponibilização pré-contratual aos clientes. 2. Comunicação e Acessibilidade • Atendimento personalizado e canais de comunicação acessíveis para garantir que todos os consumidores possam usufruir plenamente dos serviços. 3. Aprimoramento da Segurança e Qualidade • Implementação de processos de controlo interno, com monitoramento contínuo e atualização das normas internas conforme as melhores práticas alinhadas com a CGD. • Estabelecimento de canais para coleta de feedback dos consumidores, permitindo rápida resposta a reclamações e melhorias constantes. Estas medidas contribuem para o aumento da satisfação dos consumidores, redução de reclamações relacionados com os produtos e serviços e fortalecimento da confiança na marca, alinhando nossos objetivos sociais com a criação de valor sustentável.	Parceria entre o BI e Instituições que promovem o fortalecimento dos pilares ESG (Ambiental, Social e de Governação) através de ações de promoção da literacia financeira e capacitação económica de jovens mulheres cabo-verdianas. Reforço do laço de cooperação entre o Banco e autarquias através de visitas do Diretor Comercial às Câmaras Municipais de alguns municípios estabelecendo compromissos comerciais de interesse mútuo.	Compromisso com as pessoas > Relação com o cliente
S4-4_05	Processos para identificar medidas adequadas face a impactos negativos reais ou potenciais.	A análise da interação com os clientes através dos canais do Banco (agências físicas, aplicativo, telefone, internet <i>banking</i> e redes sociais).		N/A



S4-4_09	Medidas previstas ou em curso para explorar oportunidades materiais junto dos consumidores/utilizadores.	O Banco Interatlântico reconhece que as oportunidades para inovar e crescer de forma sustentável estão diretamente ligadas à compreensão das necessidades dos consumidores e à oferta de soluções financeiras alinhadas com as demandas sociais e ambientais atuais. Medidas em curso 1. Desenvolvimento de produtos financeiros sustentáveis Lançamos linhas de micro-crédito e financiamentos para projetos de energia renovável, oferecemos pricing diferenciado para operações de crédito para aquisição de viaturas elétricas, proporcionando aos clientes opções que contribuem para a transição para uma economia de baixo carbono. 2. Plataformas digitais para inclusão financeira Estamos melhorando as nossas plataformas digitais com foco em acessibilidade, segurança e comodidade, simplificando processos para todas os clientes. 3. Processo de abertura de conta simplificado Simplificamos o processo de abertura de contas melhorando a experiência do cliente com um pacote onboarding eficiente e que cobre as necessidades do cliente. Medidas previstas - Ampliação dos serviços de internet banking com foco em novos serviços e melhoria na qualidade dos serviços já prestados. - Implementação de soluções baseadas em inteligência artificial para atendimento mais rápido e proativo às mensagens recebidas. - Parcerias organizações sociais para desenvolver novas ofertas inclusivas e ampliar o alcance dos serviços."	O Banco Interatlântico reconhece que a inovação e o crescimento sustentável dependem da compreensão das necessidades dos clientes e da oferta de soluções financeiras alinhadas às prioridades sociais e ambientais. Atualmente, o Banco desenvolve produtos financeiros sustentáveis, como linhas de microcrédito e financiamentos para energia renovável, além de condições preferenciais para a aquisição de viaturas elétricas. Paralelamente, reforça as suas plataformas digitais, tornando-as mais acessíveis, seguras e eficientes, e simplifica o processo de abertura de contas para melhorar a experiência do cliente. Entre as ações futuras, destacam-se a expansão dos serviços de internet banking, a adoção de soluções de inteligência artificial para um atendimento mais rápido e proativo e o estabelecimento de parcerias com organizações sociais para criar ofertas mais inclusivas e ampliar o alcance dos serviços.	N/A
S4-5	Metas relacionadas com a gestão de impactos negativos materiais, promoção de impactos positivos e gestão de riscos e oportunidades materiais			
S4.MDR-T_01-13	Metas relacionadas com as comunidades afetadas	-	Não existe uma meta definida, mas os indicadores relacionados são acompanhados pelo Banco. Exemplo: Em 2025 foram registadas 40 reclamações.	N/A



G1 I GOVERNANÇA				
ID	Tópico	Informação 2023	Informação 2024	Localização
G1-1	Função dos órgãos de administração, gestão e supervisão			
G1.MDR-P_01-06	Políticas da empresa para gerir impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com consumidores e utilizadores finais	No seu sistema de governance, o Banco Interatlântico possui um conjunto de princípios, estruturas e processos que norteiam a instituição e existem regras e mecanismos implementados que são partilhados com os stakeholders que demonstram como o BI gere o seu negócio. No âmbito da sua atuação, o BI divulga no seu sítio os princípios éticos que norteiam a sua atividade, o seu Código de Conduta. Adicionalmente, o BI possui no âmbito dos riscos que gere as seguintes normas internas para fazer face a tais situações, com procedimentos e mecanismos de controlo que permitem mitigar esses riscos sendo: - Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas que permite a qualquer colaborador denunciar atos de corrupção através dos canais que a Instituição disponibiliza, os trabalhadores podem recorrer aos sistemas disponibilizados pela Instituição, nomeadamente, o reporte hierárquico, a comunicação escrita ao Gabinete de Auditoria Interna (GAI), a comunicação aos Órgãos de Administração e de Fiscalização, ou o Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI). Ainda a Política inclui os procedimentos e decisões relativos a prendas e outras vantagens, nomeadamente hospitalidade, no conjunto das áreas potencialmente mais expostas aos fenómenos de corrupção, prevendo que as exceções à proibição de aceitação de vantagens consagrada no Código de Conduta sejam reguladas na norma específica; - Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI) estabelece as características, o tratamento que é dado às comunicações de práticas irregulares, o circuito de comunicação, bem como os intervenientes no sistema. É um canal alternativo e voluntário, que protege o denunciante que reporta irregularidades de boa-fé e o faz de forma a proteger a instituição de impactos negativos; - Qualificação de fornecedores, estes devem comprometer, no âmbito de contratação dos seus serviços pelo Banco, a observar os princípios e boas práticas que norteiam a postura empresarial do BI, de entre outras, a adotar práticas de governo societário e de gestão conformes a elevados padrões éticos, repudiando e condenando a prática de atos ilícitos, designadamente o suborno e a corrupção, em todas as suas formas, os quais se compromete a rejeitar ativamente, denunciar e a combater, não devendo envolver-se em situações propiciadoras de atos suscetíveis de associação a estes fenómenos; - Política Global de Prevenção e Gestão de Conflito de Interesses: estabelece os princípios de atuação, normas de conduta profissional a observar pelo BI e/ou pelos trabalhadores no exercício das respetivas funções, medidas de caráter organizativo, procedimentos necessários para assegurar a adequada prevenção e gestão eficaz de potenciais conflitos de interesses, reais ou potenciais, sem prejuízo da sua aplicação supletiva relativamente às matérias com regulamentação específica. Inclui a Política nos seus princípios a comunicação imediata pelos trabalhadores ao GFC de todas as ofertas, hospitalidades e outros benefícios ou recompensas que recebam e que, de algum modo, se relacionem com as funções exercidas no BI, para correspondente análise, decisão e registo, nos termos da Política de Aceitação ou Oferta de Prendas e Hospitalidade do BI. - Aceitação ou oferta de prendas e hospitalidade: Estabelece os princípios de atuação e normas de conduta profissional a observar pelos Trabalhadores do BI que permitam dar cumprimento ao estabelecido no Código de Conduta, quando, no exercício das suas atividades e funções, sejam confrontados com a possibilidade de aceitação ou oferta de prendas e hospitalidade. Algumas das políticas supra estão publicadas no sítio do BI.	N/A	
G1-1_01	Cultura Empresarial	A cultura empresarial do Banco Interatlântico assenta fortemente na ética, na conformidade e no cumprimento das normas internas. Essa cultura é promovida transversalmente a todos os trabalhadores e reforçada por mecanismos formais implementados pela Direção de Compliance, em articulação com a CGD (entidade-mãe). O Código de Conduta é um dos pilares dessa cultura e está ativo desde 2008. É apresentado a todos os novos trabalhadores no momento de integração na organização, através de uma sessão conduzida pela Diretora de Compliance, onde se explicam os seus objetivos, estrutura e obrigações. A cultura de integridade é reforçada anualmente por ações de formação obrigatórias que cobrem temas como prevenção da corrupção, conflitos de interesse, aceitação de ofertas e prendas, e canais de denúncia. Estes temas são rotativos, mas com recorrência garantida. As formações são também utilizadas para reforçar os princípios éticos e normativos da organização. Desde 2024, todos os trabalhadores estão obrigados a realizar uma aceitação expressa anual do Código. A liderança do banco promove esta cultura não só através do cumprimento dos normativos da CGD, mas também através da sua adaptação à legislação e contexto cabo-verdiano, assegurando que os princípios corporativos são aplicáveis localmente. O Conselho Fiscal e o Gabinete de Compliance desempenham um papel ativo na monitorização e reforço desta cultura, nomeadamente através da gestão do canal de denúncias e com a possibilidade de articulação em eventuais processos. Embora não tenham sido mencionados incentivos formais ou mecanismos específicos para a promoção ativa da cultura empresarial por parte dos trabalhadores, a prática regular de formação e os mecanismos de aceitação de conduta sugerem um modelo baseado em repetição, sensibilização e responsabilização individual.	Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance >Ética e Cultura Corporativa	



G1-1_02	Mecanismos de identificação, comunicação e investigação de preocupações sobre comportamentos ilícitos	O Banco Interatlântico dispõe de mecanismos formais para identificar, comunicar e investigar preocupações relacionadas com comportamentos ilícitos ou em desconformidade com o Código de Conduta e normas internas. Existe uma norma interna que define o procedimento a adotar em caso de denúncia, sendo o canal de denúncia gerido pelo Presidente do Conselho Fiscal. As denúncias podem ser feitas por carta ou e-mail, e são voluntárias, mas não anónimas, conforme estipulado na legislação cabo-verdiana. Após receção, o Conselho Fiscal analisa o conteúdo da denúncia e, se necessário, envolve o Gabinete de Compliance na investigação, protegendo sempre a identidade do denunciante. Até à data, não foram registadas denúncias. Adicionalmente, o BI dispõe de um "espaço cliente" disponível no seu website, que permite a clientes, fornecedores ou outros stakeholders submeterem sugestões ou reclamações. Também no Internet Banking existe um canal semelhante dedicado a clientes. Anualmente são promovidas formações específicas sobre este canal e sobre as obrigações legais de denúncia.	Para além do já referido para 2024, importa referir que no âmbito do Plano Estratégico 25-28 do Grupo CGD, em 2025 o BI realizou o Questionário Cultura de Compliance com objetivo de reforçar o compromisso coletivo com uma atuação ética, responsável e alinhada com os princípios de boa gestão de risco. Do resultado desta avaliação, atividades foram desenvolvidas e têm sido, com o objetivo de fortalecer ainda mais a cultura de compliance no BI, na newsletter do BI tem sido um espaço de partilha de informação mensal com uma sessão dedicada ao Compliance um dos temas partilhado foi o Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI) e a Ética como Fundamento do Sucesso Empresarial.	Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Ética e cultura corporativa > Canais de denúncia e proteção do denunciante
G1-1_05	Mecanismo de proteção de denunciantes	A proteção de denunciantes está prevista na norma interna do Banco Interatlântico que regula o canal de denúncia de práticas irregulares. Esta norma estabelece que o denunciante — assim como qualquer pessoa que o tenha auxiliado — deve ter a sua identidade protegida ao longo de todo o processo. A informação transmitida ao Gabinete de Compliance, quando aplicável, exclui qualquer identificação do denunciante. Embora a legislação nacional não permita o anonimato na submissão da denúncia, é garantida a confidencialidade no tratamento da informação e na interação entre as estruturas envolvidas. O canal é gerido pelo Conselho Fiscal e não por uma área operacional, reforçando a separação entre a gestão do canal e a hierarquia funcional. Todos os trabalhadores recebem formação anual sobre este tema, incluindo explicação sobre os seus direitos, as obrigações legais e os mecanismos disponíveis. A sensibilização é feita através de ações formativas periódicas, que também abordam temas como prevenção da corrupção, conflitos de interesse, aceitação de ofertas/prendas e conduta ética. Esta abordagem visa reforçar a confiança e a utilização segura dos canais de reporte.		Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Ética e cultura corporativa > Canais de denúncia e proteção do denunciante
G1-1_06	Política de proteção de denunciantes	O BI dispõe de uma norma interna (Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares) que regula o canal de denúncias e que inclui medidas de proteção ao denunciante e a quem colabore no processo. Embora a legislação cabo-verdiana não permita o anonimato, é assegurada a confidencialidade de identidade e tratamento da informação. O canal está implementado há vários anos, pelo que a política pode ser considerada uma política de proteção de denunciantes.		Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Ética e cultura corporativa > Canais de denúncia e proteção do denunciante
G1-1_08	Procedimentos para investigar incidentes de conduta empresarial	O Banco Interatlântico encontra-se comprometido com a investigação célere, independente e objetiva de incidentes relacionados com conduta empresarial, incluindo casos de corrupção e suborno. O canal de denúncias é gerido pelo Conselho Fiscal, garantindo a separação entre a gestão do processo e as áreas operacionais. A norma interna assegura a confidencialidade do denunciante e define os procedimentos de análise e eventual encaminhamento para averiguação pelo Gabinete de Compliance, quando aplicável. Apesar de não existirem registos de incidentes até à data, o processo está formalizado e preparado para garantir uma resposta adequada sempre que necessário. O Banco Interatlântico dispõe de uma Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas que permite a qualquer colaborador denunciar atos de corrupção através dos canais que a Instituição disponibiliza, os trabalhadores podem recorrer aos sistemas disponibilizados pela Instituição, nomeadamente, o reporte hierárquico, a comunicação escrita ao Gabinete de Auditoria Interna (GAI), a comunicação aos Órgãos de Administração e de Fiscalização, ou o Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI). Nos casos de má conduta empresarial existe todo um circuito para o tratamento de potenciais situações até seguir para a abertura de um processo disciplinar. Qualquer conduta imprópria e que possa violar o Código de Conduta é reportado ao Gabinete de Auditoria Interna que inicia logo uma inspeção e resultado é encaminhado para o Gabinete de Consulta Jurídica e Recuperação de Crédito para as démarches junto de advogados externos.		Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Prevenção de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais > Mecanismos de deteção e reporte



G1-1_10	Formação em matéria de conduta empresarial	Todos os trabalhadores do Banco Interatlântico recebem formação obrigatória em matéria de conduta empresarial. No onboarding, é realizada uma sessão sobre o Código de Conduta, dinamizada pela Diretora de Compliance, onde são explicados os princípios, conteúdos e funcionamento do documento. Adicionalmente, o banco promove formações anuais sobre temas como prevenção da corrupção, conflitos de interesse, aceitação de ofertas/prendas e práticas irregulares. Os conteúdos são ajustados todos os anos, com caráter rotativo, mas garantindo a recorrência dos principais tópicos. A formação tem como objetivo manter viva a cultura de cumprimento e assegurar o alinhamento dos comportamentos com os normativos internos. Foi ainda referido que existe um normativo específico que estrutura esta política de formação.	Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance
G1-1_11	Funções mais expostas a risco de corrupção e suborno	O BI dispõe de uma Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas que identifica as áreas potencialmente mais expostas à corrupção, sendo uma delas por exemplo o processo de alienação de ativos (imóveis perdidos a favor do Banco, decorrentes de operações de crédito). Nessa área, o BI aplica normativos específicos e procedimentos de com concurso com regras reforçadas para mitigar esses riscos.	Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Políticas e procedimentos de prevenção
G1-2	Gestão das relações com fornecedores		
G1-2_01	Política para evitar atrasos de pagamento a fornecedores	O Banco Interatlântico não dispõe de uma política formalizada sobre pagamentos atempados, mas implementa internamente práticas consistentes para evitar atrasos, especialmente no caso de micro e pequenas empresas, que compõem uma parte significativa da sua base de fornecedores. A equipa de Logística mantém um controlo apertado de todas as faturas recebidas, com registos atualizados e acompanhamento contínuo junto da Contabilidade. O objetivo é liquidar as faturas antes do prazo indicado, minimizando restrições de tesouraria e promovendo a estabilidade dos fornecedores. Esta prática tem um impacto positivo e reconhecido no contexto económico cabo-verdiano, onde a dimensão reduzida do mercado exige especial atenção à liquidez dos fornecedores locais.	Compromisso com as pessoas > Gestão de Fornecedores > Mecanismos que garantem um procurement responsável
G1-2_02	Abordagem à gestão de fornecedores e aos riscos de sustentabilidade na cadeia de valor	Numa base anual o BI procede à qualificação dos seus fornecedores e adota uma abordagem preventiva e responsável na gestão da sua cadeia de fornecimento. Antes da contratação, os fornecedores preenchem um questionário de qualificação, incluído num normativo interno, que avalia aspetos societários, histórico legal, e critérios ESG (incluindo práticas ambientais, sociais, laborais e de ética empresarial). Esta informação é analisada pelo Gabinete de Compliance, integrando o processo de due diligence.	Compromisso com as pessoas > Gestão de Fornecedores > Processo de seleção de fornecedores: integridade, compliance e critérios ESG
G1-2_03	Integração de critérios sociais e ambientais na seleção de fornecedores	No questionário de avaliação de fornecedores constam um conjunto de questões sobre práticas ESG que permite avaliar se os fornecedores estão alinhados com o tema.	Compromisso com as pessoas > Gestão de Fornecedores > Processo de seleção de fornecedores: integridade, compliance e critérios ESG
G1-3	Prevenção e deteção da corrupção e do suborno		
G1-3_01	Procedimentos para prevenir, detetar e responder a corrupção e suborno	O BI dispõe de uma Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas que identifica as áreas potencialmente mais expostas à corrupção, sendo uma delas por exemplo o processo de alienação de ativos (imóveis perdidos a favor do Banco, decorrentes de operações de crédito). Nessa área, o BI aplica normativos específicos e procedimentos com concurso com regras reforçadas para mitigar esses riscos. A prevenção é reforçada através de formações anuais obrigatórias para todos os trabalhadores, abrangendo temas como corrupção, conflitos de interesse, aceitação de ofertas e práticas irregulares. Estes conteúdos são também comunicados no onboarding, e desde 2024 todos os trabalhadores devem assinar uma aceitação expressa do Código de Conduta. A deteção pode ocorrer por via dos controlos internos e através do canal de denúncias, gerido pelo Conselho Fiscal. Este canal está previsto na legislação nacional e garante confidencialidade, embora não permita o anonimato. Até ao momento, não foram registadas denúncias. As políticas são comunicadas internamente através de formação, circulares e normativos. Externamente, o BI disponibiliza no seu website um canal acessível a clientes e parceiros para envio de reclamações ou denúncias.	Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Prevenção de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais
G1-3_02	Imparcialidade dos responsáveis pela investigação de casos de corrupção e suborno	Os trabalhadores podem recorrer aos sistemas disponibilizados pela Banco, nomeadamente, o reporte hierárquico, a comunicação escrita ao Gabinete de Auditoria Interna (GAI), a comunicação aos Órgãos de Administração e de Fiscalização, ou o Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI). A independência no tratamento das comunicações é garantida pelo Conselho Fiscal, também responsável pela investigação e reporte ao órgão de administração. Para além dos mecanismos internos, os Trabalhadores têm também ao seu dispor os meios de whistleblowing, por via da comunicação externa de infrações ao Banco de Cabo Verde e à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) e o sistema de “Denúncias de factos relacionados com corrupção ou fraude”, acessível no sítio oficial da Procuradoria-Geral da República. Portanto as situações reportadas são investigadas por estruturas diferentes do órgão de gestão.	Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Prevenção de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais > Mecanismos de deteção e reporte
G1-3_03	Comunicação de resultados de investigações aos órgãos de administração, direção e supervisão	Não foi registado denúncia até então. Podemos informar que no definido na norma SCIPI, se a denuncia entrar por esta via é o Conselho Fiscal a quem compete a investigação e a elaboração do relatório e é este órgão que comunica ao órgão de administração	Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance> Prevenção de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais > Mecanismos de deteção e reporte
G1-3_04	Planos para adotar procedimentos de combate à corrupção e suborno	Não aplicável. O BI já dispõe de procedimentos para prevenir, detetar e responder a situações de corrupção ou suborno, incluindo normas internas, formação contínua e canal de denúncia.	Informação complementar: Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance
G1-3_05	Comunicação das políticas de anticorrupção aos stakeholders relevantes	A Política de Corrupção e Infrações conexas está publicada no sistema de normas internas do banco e sempre que ocorre alguma atualização e mesma é publicada e comunicada a todos os trabalhadores via email. No onbording é realizada uma sessão sobre a Função Compliance onde são partilhados com os trabalhadores todas as normas sendo uma delas a Política de Corrupção e Infrações Conexas e destaca-se o Código de Conduta do Banco. Na relação com os stakeholders, pode-se dizer que o Banco tem disponibilizado no site institucional o seu Código de Conduta, sendo este também aplicável aos prestadores de serviço do Banco, sendo também aplicável a este grupo os princípios que regem o BI perante situações de corrupção. Adicionalmente os fornecedores devem comprometer, no âmbito de contratação dos seus serviços pelo Banco, a observar os princípios e boas práticas que norteiam a postura empresarial do BI, de entre outras, a adotar práticas de governo societário e de gestão conformes a elevados padrões éticos, repudiando e condenando a prática de atos ilícitos, designadamente o suborno e a corrupção, em todas as suas formas, os quais se compromete a rejeitar ativamente, denunciar e a combater, não devendo envolver-se em situações propiciadoras de atos suscetíveis de associação a estes fenómenos.	Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Prevenção de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais > Políticas e procedimentos de prevenção



G1-3_06	Formação sobre anticorrupção e suborno: natureza, âmbito e profundidade	O Banco Interatlântico realiza ações de formação anuais obrigatórias sobre temas relacionados com integridade e conduta empresarial, incluindo prevenção da corrupção, conflitos de interesse, aceitação de prendas e canais de denúncia. Todos os trabalhadores participam nestas formações, e o tema é também abordado no onboarding, com destaque para o Código de Conduta. Existe um normativo interno que estrutura esta política de formação. Nas ações de formação são normalmente abordados todos os pontos da Política, a abordagem do tema pelo Banco; o objeto, o âmbito de aplicação, os crimes; a comunicação de situações enquadráveis em crimes de corrupção; as áreas mais expostas, as medidas e mecanismos de prevenção, o plano de prevenção e o processo de elaboração, avaliação e atualização do mesmo.		Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Prevenção de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais > Formação e Sensibilização																																																																																																		
G1-3_08	Formação dos órgãos de administração, direção e supervisão sobre temas de anti-corrupção e antissuborno	Os órgãos de administração e fiscalização do Banco Interatlântico são os que aprovam a Política da Corrupção e infrações conexas demonstrando neste ato todo o envolvimento nesta causa. Em 2024 houve a participação de 2 membros do órgão de administração numa ação de formação ministrada pela entidade supervisora em parceria com o ATTF de Luxemburgo sobre Ethics in Finance cujo objetivo era melhorar a consciência ética e as decisões nas suas organizações por parte da alta direcção	Os órgãos de administração e fiscalização do Banco Interatlântico são os que aprovam a Política da Corrupção e infrações conexas demonstrando neste ato todo o envolvimento nesta causa. Em 2025 houve a participação de 3 membros do órgão de administração não executivos numa ação de formação sobre Governance e Cultura de Controlo Interno.	Compromisso com Integridade e Confiança > Ética, conduta e compliance > Prevenção de corrupção, suborno, fraude e lavagem de capitais > Formação e Sensibilização																																																																																																		
G1-4	Incidentes de corrupção ou suborno																																																																																																					
G1-4_01	Número de condenações por violação das leis anticorrupção e antissuborno	Até à data, não houve registo de qualquer caso formal ou denúncia que tenha levado a condenações por violação das leis de combate à corrupção ou suborno. O valor a reportar é 0.		Compromisso com Integridade e Confiança > Números-chave																																																																																																		
G1-4_02	Número de multas por violação das leis anticorrupção e antissuborno	O BI não foi alvo de qualquer multa por violação das leis de combate à corrupção ou suborno até à data. O valor a reportar é 0.		Informação complementar: Compromisso com Integridade e Confiança > números-chave																																																																																																		
G1-4_03	Medidas corretivas e ações formativas em resposta a infrações de corrupção e suborno	<table><tr><th rowspan="2">Categoria</th><th colspan="4">2024</th><th colspan="4">2025</th></tr><tr><th>Funções/Cargos de Risco mais expostos ao risco de corrupção e suborno (G1-1_11)</th><th>Gestores</th><th>AMSB (Admin., Supervisão, Direção)</th><th>Outros trabalhadores</th><th>Funções/Cargos de Risco mais expostos ao risco de corrupção e suborno (G1-1_11)</th><th>Gestores</th><th>AMSB (Admin., Supervisão, Direção)</th><th>Outros trabalhadores</th></tr><tr><td>Nº trabalhadores com formação</td><td>139 (=43+96)</td><td></td><td></td><td></td><td>568 (=75+167+171+141+14)</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Formação voluntária (Sim/Não)</td><td>Não</td><td></td><td></td><td></td><td>Não</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Frequência</td><td>1</td><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Temas abordados</td><td colspan="4">Foram realizadas 2 sessões da ação de formação sobre Ética e Conduta; Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares; Prevenção da corrupção e infrações conexas e Prevenção e Gestão de Conflitos de interesses.</td><td colspan="4">Foram realizadas as seguintes formações: FACTA, SCIPi, Prevenção de Conflitos, Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas; Código Conduta; 2 sessões de PBC/CFT e Fraude Externa e Modelo de funcionamento e Registo de Incumprimentos.</td></tr><tr><td>- Prevenção da corrupção</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td></tr><tr><td>- Conflitos de interesse</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td></tr><tr><td>- Código de Conduta</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td></tr><tr><td>- Aceitação de prendas</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td></tr><tr><td>- Canais de denúncia</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td></tr></table>		Categoria	2024				2025				Funções/Cargos de Risco mais expostos ao risco de corrupção e suborno (G1-1_11)	Gestores	AMSB (Admin., Supervisão, Direção)	Outros trabalhadores	Funções/Cargos de Risco mais expostos ao risco de corrupção e suborno (G1-1_11)	Gestores	AMSB (Admin., Supervisão, Direção)	Outros trabalhadores	Nº trabalhadores com formação	139 (=43+96)				568 (=75+167+171+141+14)				Formação voluntária (Sim/Não)	Não				Não				Frequência	1				1				Temas abordados	Foram realizadas 2 sessões da ação de formação sobre Ética e Conduta; Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares; Prevenção da corrupção e infrações conexas e Prevenção e Gestão de Conflitos de interesses.				Foram realizadas as seguintes formações: FACTA, SCIPi, Prevenção de Conflitos, Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas; Código Conduta; 2 sessões de PBC/CFT e Fraude Externa e Modelo de funcionamento e Registo de Incumprimentos.				- Prevenção da corrupção	X	X		X	X	X		X	- Conflitos de interesse	X	X		X	X	X		X	- Código de Conduta	X	X		X	X	X		X	- Aceitação de prendas					X	X		X	- Canais de denúncia	X	X		X	X	X		X	Compromisso com Pessoas > Gestão de Recursos Humanos > Formação e desenvolvimento
Categoria	2024				2025																																																																																																	
	Funções/Cargos de Risco mais expostos ao risco de corrupção e suborno (G1-1_11)	Gestores	AMSB (Admin., Supervisão, Direção)	Outros trabalhadores	Funções/Cargos de Risco mais expostos ao risco de corrupção e suborno (G1-1_11)	Gestores	AMSB (Admin., Supervisão, Direção)	Outros trabalhadores																																																																																														
Nº trabalhadores com formação	139 (=43+96)				568 (=75+167+171+141+14)																																																																																																	
Formação voluntária (Sim/Não)	Não				Não																																																																																																	
Frequência	1				1																																																																																																	
Temas abordados	Foram realizadas 2 sessões da ação de formação sobre Ética e Conduta; Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares; Prevenção da corrupção e infrações conexas e Prevenção e Gestão de Conflitos de interesses.				Foram realizadas as seguintes formações: FACTA, SCIPi, Prevenção de Conflitos, Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas; Código Conduta; 2 sessões de PBC/CFT e Fraude Externa e Modelo de funcionamento e Registo de Incumprimentos.																																																																																																	
- Prevenção da corrupção	X	X		X	X	X		X																																																																																														
- Conflitos de interesse	X	X		X	X	X		X																																																																																														
- Código de Conduta	X	X		X	X	X		X																																																																																														
- Aceitação de prendas					X	X		X																																																																																														
- Canais de denúncia	X	X		X	X	X		X																																																																																														
G1-5	Influência política e atividades de lobbying																																																																																																					



G1-5_02	Abordagem sobre contribuições políticas financeiras ou em espécie	Não foram identificadas quaisquer contribuições políticas, financeiras ou em espécie por parte do BI.	Compromisso com integridade e a confiança > Ética, conduta e compliance > Transparência fiscal	
G1-5_03	Valor total de contribuições políticas financeiras realizadas	Não se registaram contribuições financeiras a partidos, candidatos ou organizações políticas no período em análise.	Compromisso com integridade e a confiança > Ética, conduta e <i>compliance</i> > Transparência fiscal	
G1-5_06	Valor total dos donativos políticos em espécie efetuados	Não foram identificadas contribuições políticas em espécie por parte do BI.	Compromisso com integridade e a confiança > Ética, conduta e <i>compliance</i> > Transparência fiscal	
G1-5_07	Método de estimativa do valor das contribuições em espécie	Não aplicável, uma vez que não foram identificadas contribuições em espécie.	N/A	
G1-5_08	Informação sobre contribuições políticas (financeiras e em espécie)	Não aplicável. Não há registos de contribuições políticas financeiras ou em espécie no período em análise.	N/A	
G1-6	Práticas de pagamento			
G1-6_01	Número médio de dias para pagamento de faturas	Habitualmente as faturas são pagas após receção e até 30 dias. Logo após a receção da fatura, a Área de Logística procede à sua validação de acordo com o previsto contratualmente e/ou adjudicado e ao encaminhamento a mesma à Direção Financeira (área responsável pela sua liquidação), anexando os respetivos suportes. Para efeito de controlo, antes do referido envio, é assegurado o registo da fatura no ficheiro de controlo da faturação existente na Área, como forma de controlar o timing de liquidação tendo por base a sua data de vencimento.	Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Gestão de fornecedores > <i>Procurement</i> responsável	
G1-6_02	Condições normais (padrão) de pagamento	Existem casos de pagamento após adjudicação do serviço e sem existência de contrato. Em situações onde existem contratos com periodicidades de pagamentos pré-definidos, não existe necessidade de emissão de faturas (Ex.: arrendamento de imóveis para uso próprio) sendo os pagamentos calendarizados e controlados pela DCP (Direção Contabilidade e Planeamento) no que respeita às datas das respetivas liquidações. Havendo alterações de contratuais (Ex.: Alteração de valor), a Área de Logística deverá informar a DCP. Habitualmente as faturas são pagas após receção e até 30 dias.	Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Gestão de fornecedores > <i>Procurement</i> responsável	
G1-6_03	Pagamentos alinhados com os prazos padrão	Não aplicável. Não há registos de contribuições políticas financeiras ou em espécie no período em análise.	N/A	
G1-6_04	Número de processos judiciais em curso por atraso de pagamento	Não existem processos judiciais em curso contra o Banco Interatlântico por atrasos de pagamento a fornecedores.	Informação complementar: Compromisso com as pessoas > Gestão de fornecedores > <i>Procurement</i> responsável	
TEMAS ESPECÍFICOS DA ENTIDADE				
ESRS 2 MDR Requisitos mínimos de divulgação				
Gestão do Risco				
ID	Tópico	Informação 2024	Informação 2025	Localização
MDR-P Políticas adotadas para gerir matérias de sustentabilidade materiais				
MDR-P_01	Descrição dos principais conteúdos e âmbito da política	O Banco Interatlântico dispõe da Política de Gestão de Riscos Climáticos e Ambientais (OS202322), que estabelece princípios e metodologias para identificação, avaliação, mitigação e reporte destes riscos. Esta política está integrada na Taxonomia de Riscos (OS202018), que classifica as diferentes tipologias (crédito, mercado, operacional, liquidez, climáticos, reputacionais, entre outros) e define o nível de apetência e tolerância ao risco. Complementarmente, os riscos são monitorizados e reportados através de instrumentos operacionais como o Risk Appetite Statement (RAS) e o Relatório Integrado de Risco (IRR).		Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-P_02	Descrição do âmbito da política ou das suas exclusões	Aplica-se de forma transversal a toda a atividade do Banco, abrangendo operações de crédito, gestão de carteiras, garantias, riscos de clientes e exposição a setores económicos. Inclui tanto riscos físicos (eventos climáticos extremos, erosão costeira, sismos, secas) como de transição (novas regulamentações, adaptação setorial, descarbonização da economia).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-P_03	Descrição do nível mais sénior na organização responsável pela implementação da política	A responsabilidade máxima cabe à Direção de Gestão de Risco, em articulação com a Comissão Executiva e o Conselho de Administração, que validam limites de exposição e decisões estratégicas relacionadas com riscos ESG.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-P_04	Divulgação de normas ou iniciativas de terceiros respeitadas através da implementação da política	A política está alinhada com as orientações do Grupo CGD, que define diretrizes para todas as subsidiárias. São igualmente utilizadas metodologias e referências internacionais, como o portal ThinkHazard, estudos nacionais sobre vulnerabilidade climática (IGOT e Direção Nacional do Ambiente) e princípios de gestão prudencial emanados do Banco de Cabo Verde.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-P_05	Descrição da consideração dada aos interesses das partes interessadas na definição da política	O Banco tem em consideração: Clientes, através da análise da exposição dos setores em que operam; Reguladores, através do alinhamento com requisitos emergentes de reporte de riscos ESG;Grupo CGD, através da integração em políticas e taxonomias comuns; Trabalhadores, que participam em ações de formação em gestão de riscos climáticos e sustentabilidade.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-P_06	Disponibilização da política às partes interessadas	A política é divulgada internamente a todos os trabalhadores com responsabilidades em risco, através de normativos internos e ações de formação, e reportada externamente ao Grupo CGD em relatórios periódicos.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-A Ações e recursos relacionados com matérias de sustentabilidade materiais				
MDR-A_01	Divulgação da ação principal	As principais ações incluem a integração sistemática de riscos climáticos e ambientais no RAS e no IRR; definição de limites de exposição a setores de maior intensidade carbónica; análise de colaterais em zonas geográficas vulneráveis; desenvolvimento de produtos verdes (ex.: crédito para painéis fotovoltaicos).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-A_02	Âmbito da ação principal	As ações abrangem tanto a carteira de crédito como a avaliação de garantias, bem como processos internos de gestão de risco e reporte.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco



MDR-A_03	Horizonte temporal da ação principal	Processo contínuo e progressivo, com marcos importantes a partir de 2023 (primeiras análises de risco climático e definição de limites setoriais) e consolidação em 2024 e 2025 (RAS e IRR com indicadores ESG integrados mensalmente).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-A_04	Ações de remediação e respetivos resultados	Resultados alcançados: não foi identificada exposição material a riscos físicos relevantes (ex.: ilha da Brava); limites de exposição setorial aprovados; primeiros produtos verdes colocados no mercado.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-A_05	Progresso das ações e planos anteriores	Evolução significativa entre 2022 e 2025: riscos climáticos deixaram de ser tratados apenas de forma pontual e passaram a integrar instrumentos regulares de gestão (RAS e IRR).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-A_06	Recursos financeiros e não financeiros alocados ao plano de ação	-	Opex 300 CVE Capex sem recursos financeiros estimados	N/A
MDR-A_07	Relação entre recursos financeiros e demonstrações financeiras	-	Os recursos financeiros do plano de ação estão diretamente alinhados com os montantes apresentados na demonstração de resultados, não sendo capitalizados como ativos, mas sim registados como custos do exercício, especificamente na rubrica gastos com o pessoal.	N/A
MDR-A_08	Recursos financeiros alocados ao plano de ação, por horizonte temporal	-	'Os recursos financeiros alocados ao plano de ação ESG correspondem a despesas operacionais (OPEX) de 300 CVE por ano. Por horizonte temporal, o investimento é recorrente no curto, médio e longo prazo, sujeito a revisão conforme a evolução do plano. Por tipo de recurso, refere-se essencialmente a custos com formação de trabalhadores.	N/A
MDR-A_09	Recursos financeiros atuais (CapEx)	-	Sem recursos financeiros estimados.	N/A
MDR-A_10	Recursos financeiros atuais (OpEx)	-	300 CVE	N/A
MDR-A_11	Recursos financeiros futuros (CapEx)	-	Sem recursos financeiros estimados.	N/A
MDR-A_12	Recursos financeiros futuros (OpEx)	-	300 CVE	N/A
MDR-M Métricas relativas às matérias de sustentabilidade materiais				
MDR-M_01	Métrica utilizada para avaliar desempenho e eficácia	Exposição de empréstimos garantidos por imóveis em zonas vulneráveis; exposição da carteira a setores económicos intensivos em carbono (CAE relevantes); receitas provenientes de juros, taxas e comissões de indústrias de elevado índice de emissões.		N/A
MDR-M_02	Metodologias e pressupostos da métrica	Geolocalização de ativos e colaterais; análise por CAE; utilização de proxies em contextos sem dados disponíveis; fundamentação em estudos externos (IGOT, Min. Ambiente) e no portal ThinkHazard.		N/A
MDR-M_03	Validação externa da métrica	Reporte regular ao Grupo CGD; validação em auditorias internas; fundamentação em estudos nacionais e internacionais independentes.		N/A
MDR-T Monitorização da eficácia das políticas e ações através de metas				
MDR-T_01	Relação com os objetivos da política	As metas definidas estão alinhadas com a Política de Gestão de Riscos Climáticos e Ambientais e com a Taxonomia de Riscos, reforçando a integração dos riscos ESG nos processos de gestão do Banco. Procuram assegurar que riscos físicos e de transição são identificados, avaliados e incorporados nas decisões estratégicas e operacionais.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-T_02	Meta mensurável	- Integrar riscos climáticos e ambientais em todos os instrumentos formais de gestão de risco (RAS e Relatório Integrado de Risco) até 2025. - Monitorizar mensalmente a exposição a setores de maior intensidade carbónica no RAS. - Definir e aplicar limites de exposição a setores críticos (turismo, construção, transportes) até 2025.	- Integrado os riscos climáticos e ambientais em todos os instrumentos formais de gestão de risco (RAS e Relatório Integrado de Risco). - Monitorização trimestral da exposição a setores de maior intensidade carbónica no RAS.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-T_03	Natureza da meta	Metas de natureza qualitativa, com foco em compromissos de integração e monitorização. Algumas podem evoluir para quantitativas (ex.: percentagem de carteira em setores intensivos) à medida que a disponibilidade de dados e requisitos regulatórios se consolidem em Cabo Verde.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-T_04	Âmbito da meta	Abrange a totalidade da carteira de crédito e garantias do Banco, bem como os relatórios de risco e instrumentos de monitorização (RAS e IRR). Inclui riscos físicos (eventos climáticos) e de transição (setores de alto impacto ambiental).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-T_05	Valor de referência (baseline value)	Integração formal de riscos climáticos no RAS e IRR. Exposição significativa (~50%) da carteira de crédito em setores de maior impacto ambiental (turismo, construção, transportes).		N/A
MDR-T_06	Ano de referência (baseline year)	2023		N/A



MDR-T_07	Período de aplicação da meta	2023–2025: período definido para consolidar a integração dos riscos climáticos no RAS/IRR e aplicar limites de exposição setorial.		N/A
MDR-T_08	Indicação de marcos ou metas intermédias	- 2023: inclusão dos riscos climáticos no RAS e IRR; primeira aprovação de limites de exposição setorial. - 2024: reporte mensal de riscos climáticos e ambientais no IRR; progressiva implementação de limites setoriais. - 2025: consolidação da integração em todos os instrumentos de risco e aplicação plena de limites de exposição aos setores críticos.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-T_09	Metodologias e pressupostos significativos utilizados para definir a meta	Utilização de proxies (códigos CAE, localização de imóveis, estudos do IGOT e Ministério do Ambiente) para colmatar ausência de dados locais. Reporte mensal em RAS e IRR, com alinhamento às orientações do Grupo CGD.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-T_10	Fundamentação científica das metas ambientais	As metas baseiam-se em estudos científicos e técnicos, incluindo: - “Análise e cartografia da perigosidade para Cabo Verde” (IGOT). - “Estudo aprofundado sobre vulnerabilidade, adaptação e impactos das mudanças climáticas” (Ministério do Ambiente). - Portal ThinkHazard (avaliação territorial de riscos físicos).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-T_11	Participação dos <i>stakeholders</i> na definição da meta	Grupo CGD: definição de orientações estratégicas e metodologias comuns. Reguladores nacionais: alinhamento com expectativas emergentes do Banco de Cabo Verde. Clientes: análise setorial do risco de crédito e apoio à transição em setores críticos. Trabalhadores: capacitação contínua em risco climático e ESG.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco
MDR-T_12	Alterações nas metas, métricas ou metodologias de medição	Ainda não houve alterações formais, dado que se trata de metas qualitativas em fase de consolidação. A evolução futura poderá incluir a definição de metas quantitativas (ex.: percentagem máxima da carteira em setores intensivos em carbono).		N/A
MDR-T_13	Desempenho face à meta divulgada	Em 2024, as metas qualitativas estão em cumprimento: - Riscos climáticos e ambientais já integrados em RAS e IRR. - Reporte mensal consolidado. - Primeiros limites de exposição setorial aprovados. -Não foi identificada exposição material a riscos físicos relevantes (ex.: ilha da Brava sem exposição).	Em 2025, as metas qualitativas estão em cumprimento: - Riscos climáticos e ambientais já integrados em RAS e IRR. - Reporte trimestral consolidado. -Não foi identificada exposição material a riscos físicos relevantes (ex.: ilha da Brava sem exposição).	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Gestão de risco



ESRS 2 MDR Requisitos mínimos de divulgação				
Privacidade e Proteção de Informação				
ID	Tópico	Informação 2023	Informação 2024	Localização
MDR-P Políticas adotadas para gerir matérias de sustentabilidade materiais				
MDR-P_01	Descrição dos principais conteúdos e âmbito da política	O Banco Interatlântico dispõe de várias políticas e ordens de serviço que enquadram a gestão de privacidade e proteção de dados pessoais, bem como da segurança da informação. Destacam-se: - Política de Proteção de Dados (OS201812) e Regulamento de Proteção de Dados Pessoais (OS202403), que estabelecem regras para recolha, tratamento, conservação e eliminação de dados pessoais, bem como os direitos dos titulares. - Política Global de Prevenção e Segurança (OS201818), que define princípios de proteção de ativos, dados e infraestruturas. - Modelo de Governação da Segurança da Informação (OS201848), que clarifica funções e responsabilidades internas. - Política de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação (OS202019), que regulamenta o reporte, gestão e mitigação de incidentes. - Deveres corporativos em matéria de segurança da informação (OS201932), que determinam obrigações dos trabalhadores. Estas políticas cobrem tanto a vertente tecnológica (firewalls, SOC, encriptação, autenticação forte) como a legal e processual (tratamento de dados pessoais, reporte a autoridades e comunicação a titulares).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-P_02	Descrição do âmbito da política ou das suas exclusões	O âmbito é transversal a toda a instituição, cobrindo dados de clientes, trabalhadores e parceiros, bem como toda a infraestrutura tecnológica e documental do Banco. As políticas abrangem o ciclo de vida completo da informação — recolha, armazenamento, utilização, partilha, eliminação — sem exclusões materiais identificadas.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-P_03	Descrição do nível mais sénior na organização responsável pela implementação da política	A responsabilidade é assegurada a dois níveis: - Direção de Sistemas de Informação, que garante a vertente tecnológica e operacional de segurança da informação. - Data Protection Officer (DPO), integrado no Gabinete Jurídico, que assegura a conformidade legal e regulatória em matéria de proteção de dados pessoais. Ambos reportam à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-P_04	Divulgação de normas ou iniciativas de terceiros respeitadas através da implementação da política	As políticas respeitam a legislação aplicável em Cabo Verde e os regulamentos internacionais relevantes, incluindo o RGPD europeu, no contexto do Grupo CGD. São ainda seguidas as boas práticas globais de segurança da informação (ex.: NIST, ISO 27001), em articulação com a política global do Grupo.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-P_05	Descrição da consideração dada aos interesses das partes interessadas na definição da política	O desenho e aplicação das políticas consideram: - Clientes, cujos dados pessoais são protegidos e para os quais existem mecanismos de comunicação em caso de incidente. - Trabalhadores, que recebem formação regular em privacidade e cibersegurança e têm deveres explícitos de proteção da informação. - Grupo CGD, que acompanha e harmoniza práticas de proteção de dados nas subsidiárias. - Reguladores, através de reporte periódico e alinhamento com exigências legais emergentes.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-P_06	Disponibilização da política às partes interessadas	As políticas são disponibilizadas: - Internamente através de ordens de serviço, normativos, formação obrigatória e comunicações internas. - Externamente no reporte ao Grupo CGD, em auditorias e, quando aplicável, em comunicações aos clientes (ex.: informação sobre tratamento de dados e notificações em caso de incidente).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-A Ações e recursos relacionados com matérias de sustentabilidade materiais				



MDR-A_01	Divulgação da ação principal	As principais ações em 2024 incluem: - Implementação de um Security Operations Center (SOC) para monitorização contínua e resposta a incidentes. - Centralização da gestão de identidades e credenciais e implementação de autenticação forte. - Reforço de firewalls, antispam e encriptação de emails, com certificados digitais. - Criação de mailbox dedicada para reporte de incidentes (gti-seg@bi.cv). - Formação contínua de trabalhadores em privacidade, proteção de dados e cibersegurança.	Principais ações em 2025 incluem: - Substituição do sistema de email filtering. - Ativação de sistemas de deteção de intrusões (IDS). - Autenticação Multifatorial (MFA) no Bin@net. - Substituição dos postos de trabalho em EOL. - Upgrade do core bancário. - Eventos securitytalks@BI. - Realização de testes de intrusão\Blind testes para identificar falhas de segurança. - Revisão do processo de recertificação de utilizadores. - Incorporação de requisitos de segurança, proteção de dados pessoais, regras de conduta e ética nos contratos com fornecedores.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-A_02	Âmbito da ação principal	As ações abrangem toda a infraestrutura tecnológica e documental do Banco, incluindo dados pessoais de clientes, trabalhadores e parceiros, bem como os sistemas de informação e as redes internas. Incluem ainda a sensibilização e capacitação dos trabalhadores.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-A_03	Horizonte temporal da ação principal	O plano é contínuo, com medidas iniciadas em 2023 (substituição do sistema de gestão de identidades, criação do SOC, simulacros de incêndio e incidentes cibernéticos) e consolidação prevista para 2025, com a classificação de dados por funções e reforço da segregação de redes.	Todas as atividades identificadas no datapoint MDR-A_01 foram concluídas em 2025. Complementarmente encontram-se definidas em curso ou previstas até 2027 um conjunto significativo de medidas adicionais (gestão de cookies, DLT, classificação de informação, encriptação de dados em ambientes de qualidade, encriptação por SFTP, agente qualys, etc.).	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-A_04	Ações de remediação e respetivos resultados	Não foram registados incidentes significativos em 2024 nem em 2025. Reforço das infraestruturas permitiu maior resiliência contra tentativas de intrusão. Auditorias internas identificaram melhorias na proteção de dados e no reporte de vulnerabilidades.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-A_05	Progresso das ações e planos anteriores	Implementação de autenticação forte e centralização da gestão de credenciais; realização de formação técnica e generalista para trabalhadores.	Relatório DORA, IT Risk Questionaire, Comitês de risco, Reunião de cibersegurança, Comitês de tecnologia, entre outros fóruns.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-A_06	Recursos financeiros e não financeiros alocados ao plano de ação	Foram alocados recursos operacionais (equipa de IT, segurança lógica e física, DPO, CISO do grupo CGD) e financeiros (investimento em SOC, firewalls, sistemas de backup e clusters de dados).	-	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação

MDR-M | Métricas relativas às matérias de sustentabilidade materiais



MDR-M_01	Métrica utilizada para avaliar desempenho e eficácia	As principais métricas utilizadas pelo BI para monitorizar a eficácia da proteção de dados e da segurança da informação são: - Número de vulnerabilidades identi-fi-cadas e resolvidas (via SOC). - Registo e acompanhamento de incidentes reportados. - Resultados de auditorias periódicas internas e externas. - Percentagem de trabalhadores abrangidos por formações em prote-ção de dados e cibersegurança. - Indicadores de eficácia dos controlos técnicos (ex.: encriptação de emails, autenticação multifator, firewall). - N.º total de fugas de informação, roubos ou perdas de informação: 6 (Descrição: 4 casos de roubo das credenciais de acesso ao Internet Banking através da prática de phishing; 1 caso de roubo de credencial de acesso ao TELEVINTI4; 1 caso de apropriação de dados de cartão Visa).	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-M_02	Metodologias e pressupostos da métrica	As métricas são calculadas com base em: - Relatórios mensais de vulnerabilidades elaborados pela área de segurança. - Monitorização em tempo real via Security Operations Center (SOC). - Relatórios de auditorias internas periódicas. - Registos de formação mantidos pela área de RH e pelo DPO. Em 2024, não foram registados incidentes significativos com impacto material, pelo que as métricas reportadas são preventivas e de monitorização contínua.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-M_03	Validação externa da métrica	As métricas são sujeitas a: - Validação interna pelo DPO e pela Direção de Sistemas de Informação. - Revisão pelo CISO/DPO do Grupo CGD, garantindo alinhamento com a política global. - Auditorias externas e revisões periódicas por entidades independentes, quando aplicável. - Fundamentação técnica adicional com base em estudos e benchmarks internacionais (ISO 27001, NIST).	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T Monitorização da eficácia das políticas e ações através de metas			
MDR-T_01	Relação com os objetivos da política	As metas estão alinhadas com a Política de Proteção de Dados e com o Modelo de Governação da Segurança da Informação, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação e a confor-midade com os requisitos legais e regulatórios.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_02	Meta mensurável	Metas qualitativas: - Manter zero incidentes significativos de violação de dados com impacto material nos titulares. - Garantir que 100% dos trabalhadores recebem formação inicial em segurança da informação no <i>onboarding</i>. - Reforçar a classificação de dados por funções e a segregação de redes até 2025.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_03	Natureza da meta	Metas de natureza qualitativa (ex.: ausência de incidentes, cobertura de formação, implementação de medidas técnicas). Algumas poderão evoluir para quantitativas (ex.: % incidentes resolvidos no prazo, % emails encriptados).	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_04	Âmbito da meta	Abrange todos os trabalhadores, sistemas de informação e dados pessoais tratados pelo Banco, incluindo clientes, trabalhadores e parceiros.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação



MDR-T_05	Valor de referência (baseline value)	-	SOC, realização de formação generalista a todos os trabalhadores em cibersegurança.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_06	Ano de referência (baseline year)	2023	2024	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_07	Período de aplicação da meta	2023–2025: consolidação do SOC, classificação de dados, segregação de redes e formação contínua de trabalhadores.	2024-2025 - Informação recolhida via (SOC) ou parceiros	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_08	Indicação de marcos ou metas intermédias	2023: implementação do SOC, mailbox para reporte de incidentes, formação generalista. 2024: autenticação forte, centralização da gestão de credenciais, nova formação técnica. 2025: classificação completa de dados, segregação total das redes, consolidação de auditorias internas e externas.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_09	Metodologias e pressupostos significativos utilizados para definir a meta	As metas são definidas com base em auditorias internas, relatórios do SOC, normativos internos (OS201812, OS201818, OS201848, OS201932, OS202019, OS202403) e alinhamento com o Grupo CGD.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_10	Fundamentação científica das metas ambientais	N/A		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_11	Participação dos <i>stakeholders</i> na definição da meta	As metas são definidas em alinhamento com: - Grupo CGD, que estabelece requisitos e boas práticas a aplicar nas subsidiárias. - Reguladores locais, através de recomendações e supervisão. - Trabalhadores, que contribuem com feedback em formações e simulacros, sendo também destinatários diretos das medidas de sensibilização.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_12	Alterações nas metas, métricas ou metodologias de medição	Até 2024, as metas permaneceram qualitativas, centradas em ausência de incidentes materiais e cobertura total de formação. Está prevista evolução gradual para metas mais quantitativas a partir de 2025 (ex.: % de incidentes resolvidos dentro do SLA, % de trabalhadores recertificados em formações, tempo médio de resposta a incidentes).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação
MDR-T_13	Desempenho face à meta divulgada	Em 2024: - Não foram registados incidentes significativos com impacto material sobre titulares de dados. - Todos os trabalhadores receberam formação generalista em 2023 e parte recebeu formação técnica adicional em 2024. - Foram implementadas medidas-chave previstas (autenticação forte, centralização da gestão de credenciais).	Em 2025: - Não foram registados incidentes significativos com impacto material sobre titulares de dados. - Todos os trabalhadores receberam formação generalista em 2025 e parte recebeu formação técnica adicional em cibersegurança. - Foram implementadas medidas-chave previstas (autenticação forte, Incorporação de requisitos de segurança, proteção de dados pessoais, regras de conduta e ética nos contratos com fornecedores, roll-out de equipamentos em EOL).	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Privacidade e proteção da informação



ESRS 2 MDR Requisitos mínimos de divulgação				
Financiamento e Investimento Sustentável				
ID	Tópico	Informação 2024	Informação 2025	Localização
MDR-P	Políticas adotadas para gerir matérias de sustentabilidade materiais			
MDR-P_01	Descrição dos principais conteúdos e âmbito da política	A política define a integração dos fatores ESG nos processos de financiamento do Banco Interatlântico, estabelecendo: Objetivos estratégicos: apoiar a transição para uma economia de baixo carbono, promover projetos com benefício ambiental ou social e reduzir exposição a riscos climáticos e ambientais. Âmbito de aplicação: cobre a análise, classificação e concessão de financiamentos sustentáveis, bem como a monitorização do uso dos fundos. Princípios orientadores: exclusão de setores nocivos, alinhamento com regulamentação nacional, europeia e internacional, e promoção de boas práticas de financiamento sustentável. Responsabilidades: o Conselho de Administração define a estratégia, a Comissão Executiva assegura implementação, a Direção Comercial e Marketing classifica/aprova produtos, e a Direção de Gestão de Risco define metodologias de avaliação ESG. Mecanismos de implementação e acompanhamento: revisão bienal da política, monitorização contínua de financiamentos e reporte ao Grupo CGD.		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-P_02	Descrição do âmbito da política ou das suas exclusões	Atividades/segmentos abrangidos: todas as operações de financiamento com propósitos ambientais e sociais, incluindo instrumentos de dívida, empréstimos e linhas de crédito sustentáveis. Exclusões: setores ou atividades incompatíveis com os compromissos ESG (ex.: projetos ambientalmente nocivos) são excluídos ou limitados, conforme OS COR 37/2021. Fronteiras: aplica-se às operações próprias do Banco (originação, análise e acompanhamento de crédito), abrangendo clientes empresariais e particulares em Cabo Verde; não cobre a totalidade da cadeia a montante/ jusante, mas monitoriza a aplicação dos fundos pelos clientes financiados.		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-P_03	Descrição do nível mais sénior na organização responsável pela implementação da política	Conselho de Administração (CA): define e monitoriza a estratégia e políticas de financiamento sustentável. Comissão Executiva (CE): responsável pela gestão e implementação da política, garantindo planos de ação e supervisão. Supervisão formal: assegurada através de revisões periódicas, reporte interno e validação pela Área de Sustentabilidade Corporativa da CGD.		N/A
MDR-P_04	Divulgação de normas ou iniciativas de terceiros respeitadas através da implementação da política	A política está alinhada com: Taxonomia Europeia, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Regulamentos e boas práticas internacionais em financiamento sustentável (ex.: Sustainability-Linked Loans e Bonds). Estes enquadramentos definem critérios de elegibilidade, setores prioritários e reporte, influenciando diretamente a aplicação prática da política.		N/A
MDR-P_05	Descrição da consideração dada aos interesses das partes interessadas na definição da política	A política reflete expectativas de clientes, reguladores, acionistas e sociedade civil, integrando critérios ESG na avaliação de contrapartes. Consultas e feedback dos órgãos internos de negócio e risco também foram incorporados, assegurando alinhamento com a estratégia do Grupo CGD e contexto regulatório.		N/A
MDR-P_06	Disponibilização da política às partes interessadas	Internamente: divulgada via intranet, manuais e formações específicas para trabalhadores envolvidos no processo de financiamento. Externamente: disponível de comunicações a clientes e informação em website. Acesso garantido: as áreas responsáveis pela implementação têm acesso integral ao normativo interno, com revisão e atualizações periódicas.		N/A
MDR-A Ações e recursos relacionados com matérias de sustentabilidade materiais				



MDR-A_01	Divulgação da ação principal	Ação: Revisão do Plano de Transição para a Neutralidade Carbónica 2050, com metas intermédias até 2030, abrangendo setores com maior intensidade carbónica. Objetivo: Reduzir emissões financiadas em linha com a meta global de 1,5°C, em conformidade com a metodologia SDA (Sectoral Decarbonization Approach). Relevância material: Alinha o Banco com a Net Zero Banking Alliance (NZBA) e com compromissos globais de mitigação climática.	- Montante de financiamento sustentável concedido: 190377725 - Moeda local: CVE - Âmbito das atividades de financiamento abrangidas: Crédito Pessoal / Consumo; Crédito Habitação; Crédito Viaturas (Produtos ESG. Elétricos); Produtos MLP. - Observações adicionais: Estão incluídos os particulares e as entidades coletivas. O aumento em c. de 232% comparativamente a 2024 é justificado pela inclusão de todas as operações ao abrigo do protocolo de financiamento às Micro-Empresas.	Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-A_02	Âmbito da ação principal	Financiamentos a serem concedidos a setores com maior intensidade carbónica nos seguintes segmentos da cadeia de valor: atividades de crédito hipotecário (residencial e serviços), geração de eletricidade e importação/distribuição de cimento.		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-A_03	Horizonte temporal da ação principal	Curto/médio prazo: metas de redução até 2030. Longo prazo: neutralidade carbónica até 2050		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-A_04	Ações de remediação e respetivos resultados	Em revisão: - Estabelecimento de KPIs anuais para monitorizar a eficácia das medidas. - Inclusão de critérios ESG na classificação das operações (general purpose vs. use of proceeds). - Definição de procedimentos para confirmar se clientes têm planos de transição. - Implementação de processos de recolha de informação climática e reporte em Riscos Integrados (Resultados quantitativos ainda em fase inicial de reporte, com monitorização anual prevista).		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-A_05	Progresso das ações e planos anteriores	N/A	N/A	N/A
MDR-A_06	Recursos financeiros e não financeiros alocados ao plano de ação	O plano não detalha valores absolutos de CapEx e OpEx, mas define as categorias de medidas que implicam recursos: -Desenvolvimento de sistemas de informação e bases de dados ESG. -Recolha e validação de dados junto de clientes. -Novos produtos sustentáveis, engagement comercial e formação. -Restrição de financiamento a atividades incompatíveis. Reforça que as medidas implicam desenvolvimentos informáticos, campanhas, formação, due diligence reforçada e revisão de políticas internas		N/A
MDR-A_07	Relação entre recursos financeiros e demonstrações financeiras	As despesas (OpEx) e investimentos (CapEx) ligados ao plano decorrem da implementação de sistemas, capacitação interna e desenvolvimento de produtos de financiamento sustentável, estando integrados nos orçamentos de operação e investimento do Banco. A ligação explícita aos montantes reportados nas demonstrações financeiras ainda não está evidenciada no plano.		N/A
MDR-A_08	Recursos financeiros alocados ao plano de ação, por horizonte temporal	Atual: OpEx em campanhas de formação, due diligence e monitorização de carteiras; CapEx em sistemas e dados ESG. Futuro (até 2030): aumento de CapEx em sistemas de informação e reporting, além de OpEx em monitorização e engagement de clientes. Longo prazo (até 2050): reforço contínuo de recursos, alinhados com objetivos de neutralidade carbónica.		N/A
MDR-A_09	Recursos financeiros atuais (CapEx)	-	-	N/A
MDR-A_10	Recursos financeiros atuais (OpEx)	-	300 CVE	N/A



MDR-A_11	Recursos financeiros futuros (CapEx)	-	-	N/A
MDR-A_12	Recursos financeiros futuros (OpEx)	-	300 CVE	N/A
MDR-M I Métricas relativas às matérias de sustentabilidade materiais				
MDR-M_01	Métrica utilizada para avaliar desempenho e eficácia	O Banco Interatlântico, no âmbito do Plano de Transição para a Neutralidade Carbónica 2050 (em revisão), utiliza indicadores de risco (KRI) e indicadores de desempenho (KPI) para medir o progresso.		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-M_02	Metodologias e pressupostos da métrica	Metodologia utilizada: SDA (Sectoral Decarbonization Approach), conforme orientação da Science Based Targets initiative (SBTi) para um cenário de aquecimento global de 1,5°C.		N/A
MDR-M_03	Validação externa da métrica	O Plano (atualmente em revisão) não refere uma validação formal externa (por entidade independente diferente do auditor/assegurador). Contudo, considera-se que o alinhamento com a SBTi (Science Based Targets initiative) e a adesão à Net Zero Banking Alliance (NZBA) constitui uma validação indireta e setorial, dado que ambas exigem reporte transparente e consistência metodológica. Adicionalmente, o reporte de riscos climáticos e ambientais é integrado no Relatório Integrado de Risco (RIR), que é submetido ao Conselho de Administração e monitorizado em conformidade com as exigências prudenciais e de supervisão.		N/A
MDR-T I Monitorização da eficácia das políticas e ações através de metas				
MDR-T_01	Relação com os objetivos da política	A meta de reduzir emissões financiadas por setor (e alcançar neutralidade em 2050) operacionaliza os objetivos da política de financiamento sustentável de apoiar a transição climática, o Acordo de Paris/ODS e compromissos NZBA/PRB.		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-T_02	Meta mensurável	Estão em revisão as metas de redução quantitativas e mensuráveis por setor até 2030.		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-T_03	Natureza da meta	Natureza: metas relativas de redução de intensidade/ emissões financiadas por setor (com acompanhamento de valores absolutos vs. target). Tipo de resultado: ambiental (mitigação climática), expresso em % de redução até 2030 e alinhado com cenário de 1,5 °C.		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-T_04	Âmbito da meta	Abrange a carteira de crédito (operações próprias de financiamento) nos setores-alvo; a seleção de clientes considera uma cobertura mínima.		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-T_05	Valor de referência (baseline value)	-	Nível atual de emissões.	Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-T_06	Ano de referência (baseline year)	-	2023	Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-T_07	Período de aplicação da meta	Intermédio: 2030 (trajetórias setoriais). Final: neutralidade carbónica 2050.		Informação complementar: Compromisso com o ambiente > Alterações climáticas > Descarbonização do Portfólio
MDR-T_08	Indicação de marcos ou metas intermédias	Acompanhamento anual via KPI/KRI e ajustamento linear ao target 2030; reporte trimestral no Relatório Integrado e Risco à CE e órgãos de risco/Conselho de Administração.		N/A
MDR-T_09	Metodologias e pressupostos significativos utilizados para definir a meta	Metodologia SDA – SBTi 1,5 °C (setorial, baseada em ciência). Cobertura da carteira por setor (em revisão); critérios e caracterização de clientes/imóveis definidos no guia.		N/A
MDR-T_10	Fundamentação científica das metas ambientais	Sim. A definição das metas intermédias está alinhada com cenário 1,5 °C da SBTi (base científico-metodológica).		N/A
MDR-T_11	Participação dos <i>stakeholders</i> na definição da meta	O plano exige o envolvimento contínuo das áreas de negócio (DCM/Rede/Empresas) nos processos de mensuração/monitorização; inclui <i>engagement</i> com clientes elegíveis para identificar necessidades e oportunidades de financiamento à transição.		N/A
MDR-T_12	Alterações nas metas, métricas ou metodologias de medição	O documento prevê revisão do guia sempre que existirem atualizações do Plano de Transição do Grupo CGD, assegurando atualização de metodologias, dados e processos.		N/A
MDR-T_13	Desempenho face à meta divulgada	A monitorização ocorrerá por KRI (risco físico/transição) e KPI (emissões financiadas absolutas/relativas vs. target 2030; caracterização de ativos; percentagem de clientes com plano). Os resultados deverão ser acompanhados anualmente (KPI) e trimestralmente (RIR).		N/A



ESRS 2 MDR Requisitos mínimos de divulgação				
Transformação Digital e Inovação				
ID	Tópico	Informação 2024	Informação 2025	Localização
MDR-P	Políticas adotadas para gerir matérias de sustentabilidade materiais			
MDR-P_07	Razões para não adotar políticas	O Banco Interatlântico não dispõe de uma política formal autónoma para Transformação Digital e Inovação. O tema está integrado no planeamento estratégico e tecnológico da instituição, através de projetos específicos (Credibox, abertura de conta online, app BI Móvel, RPA, chatbots, assinaturas digitais). Por esse motivo, não foi considerada necessária a criação de uma política dedicada, mas sim a integração em instrumentos de gestão estratégica e operacional.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação
MDR-P_08	Prazo para adoção de políticas	Não existe prazo definido para adoção de uma política formal. A instituição pretende, numa fase futura, consolidar os compromissos digitais num enquadramento estratégico mais estruturado, em função da maturidade dos projetos e das orientações do Grupo CGD.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação
MDR-A	Ações e recursos relacionados com matérias de sustentabilidade materiais			
MDR-A_01	Divulgação da ação principal	Digitalização de processos críticos do Banco, incluindo: concessão de crédito (Credibox), abertura de conta online com chave móvel digital, automatização de processos operacionais com RPA, utilização de chatbots com IA, modernização da app BI Móvel e adoção de assinaturas digitais.	Em 2025 o Banco deu continuidade ao processo de digitalização de processos críticos do Banco, incluindo: concessão de crédito (Credibox), abertura de conta online com chave móvel digital, automatização de processos operacionais com RPA, utilização de chatbots com IA, modernização da app BI Móvel e adoção de assinaturas digitais.	Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação
MDR-A_02	Âmbito da ação principal	Abrange toda a cadeia de valor bancária, incluindo concessão de crédito, abertura de contas, meios de pagamento, atendimento remoto e processos internos de back-office.		Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação > Transformação Digital, inteligência artificial e Inovação
MDR-A_03	Horizonte temporal da ação principal	Iniciativas em curso desde 2023 (Credibox, app BI Móvel renovada), reforçadas em 2024 (abertura de conta online, expansão de RPA e chatbots), com implementação contínua prevista para 2025 (expansão de assinaturas digitais e digitalização documental total).	Em 2025 foram feitos progressos significativos no âmbito da implementação da expansão de assinaturas digitais e digitalização documental total, e ainda no processo de automatização dos processos do Banco.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação



MDR-A_04	Ações de remediação e respetivos resultados	As soluções digitais já permitiram ganhos mensuráveis, como: maior rapidez e conveniência na concessão de crédito via Credibox, redução de erros operacionais com RPA, maior autonomia dos clientes na app BI Móvel, eliminação progressiva de papel em processos administrativos.	As iniciativas digitais implementadas pelo Banco têm permitido reforçar a eficiência operacional, a qualidade do serviço prestado e a experiência global dos clientes. Entre os principais resultados alcançados, destacam se: - Aumento da eficiência na concessão de crédito A plataforma Credibox consolidou-se como o principal canal de análise e decisão de crédito para particulares, proporcionando maior rapidez no processamento, uniformização de critérios e melhoria dos níveis de serviço. - Redução significativa de erros operacionais através de RPA A automatização de tarefas repetitivas e de elevada volumetria contribuiu para a diminuição de falhas manuais, reforçando a fiabilidade dos processos internos e elevando a eficiência das equipas. - Maior autonomia e conveniência para os clientes na app BI Móvel A modernização da aplicação permitiu ampliar funcionalidades, melhorar a navegação e disponibilizar operações essenciais de forma intuitiva, reduzindo a necessidade de deslocações às agências e promovendo a utilização de canais digitais. - Progresso consistente na desmaterialização e eficiência administrativa A eliminação progressiva do uso de papel, aliada à digitalização dos processos logísticos e administrativos, resultou em maior controlo documental, redução de custos operacionais e alinhamento com práticas de sustentabilidade. - Melhoria da experiência do cliente ao longo de todo o ciclo de relacionamento A integração de novos canais digitais, como formulários eletrónicos, assinatura digital e processos remotos de <i>onboarding</i>, permitiu simplificar etapas, reduzir tempos de espera e garantir maior transparência. - Adoção gradual de soluções inovadoras orientadas para a sustentabilidade A modernização tecnológica e a redução do consumo de recursos físicos reforçam os compromissos ESG do Banco, destacando-se a redução do consumo de papel e o incentivo à utilização de canais digitais.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação
MDR-A_05	Progresso das ações e planos anteriores	O Banco já alcançou avanços significativos: Credibox em plena operação; app BI Móvel modernizada e com maior adesão de clientes; início da abertura de conta online em 2024 e que em 2025 teve novos avanços registados; projetos-piloto de assinatura digital em curso; digitalização parcial de processos logísticos e administrativos.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação	



MDR-A_06	Recursos financeiros e não financeiros alocados ao plano de ação	Recursos não financeiros: Equipa interna de IT, inovação e dados, dedicada ao acompanhamento das iniciativas digitais; participação da Direção de Dados, Reportes e Modelos; envolvimento do Comité de Rede, Marketing e Canais. Recursos financeiros não divulgados publicamente, mas existe investimento contínuo em infraestrutura tecnológica e inovação digital. Recursos financeiros: não divulgados publicamente, mas existe investimento contínuo em infraestrutura tecnológica e inovação digital.	Durante 2025 o Banco Interatlântico deu continuidade à implementação de iniciativas alinhadas com os seus temas materiais, com particular enfoque nas dimensões ambiental, social e de governação (ESG). No domínio ambiental destaca-se a migração total dos plásticos dos cartões do Banco para material 100% reciclado, tendo sido produzidos cerca de 4000 cartões com materiais reciclados o que se traduz num investimento de quase 10.000EUR. Igualmente de destacar a participação do Banco em eventos com impactos diretamente no ambiente, como por exemplo a feira de viaturas elétricas realizada na cidade da Praia. O BI paralelamente manteve em vigor as ofertas de crédito aos seus clientes que quando alocados a projetos de desenvolvimento sustentáveis beneficiam de um pricing diferenciado. Na dimensão social a Instituição promoveu ações orientadas para o reforço da inclusão financeira, através da disponibilização de produtos e serviços adaptados a todos os segmentos da população. Estas ações incluem programas de literacia financeira promovidas pela própria Instituição. Relativamente aos recursos alocados, a Instituição alocou à afetação de investimentos (CAPEX e OPEX) direcionados para iniciativas ESG, assegurando a integração destas ações no seu planeamento estratégico em curso. Adicionalmente, os recursos humanos e soluções tecnológicas de suporte estão cada vez mais robustos em matéria de conhecimento e domínio de temas ESG, garantindo a execução eficaz das iniciativas identificadas. Durante o ano de 2025 foram ministradas formações em Riscos Climáticos e Ambientais, Rating ESG – BI, Modelo de Governação ESG e Relatório de Sustentabilidade e Dados ESG a trabalhadores relevantes nas atuações do Banco.	N/A
MDR-A_07	Relação entre recursos financeiros e demonstrações financeiras	Existe um orçamento anual que é controlado aos longo dos anos e à medida que as despesas ocorrem e a relação com as demonstrações financeiras têm por base esta relação e controlo.		N/A
MDR-A_08	Recursos financeiros alocados ao plano de ação, por horizonte temporal	-		N/A
MDR-A_09	Recursos financeiros atuais (CapEx)	-		N/A
MDR-A_10	Recursos financeiros atuais (OpEx)	-		N/A
MDR-A_11	Recursos financeiros futuros (CapEx)	-		N/A
MDR-A_12	Recursos financeiros futuros (OpEx)	-		N/A
MDR-M I Métricas relativas às matérias de sustentabilidade materiais				
MDR-M_01	Métrica utilizada para avaliar desempenho e eficácia	Número de processos de concessão de crédito digitalizados; número de contas abertas online; número de clientes ativos na app BI Móvel; número de processos automatizados com RPA; percentagem de papel eliminada devido à digitalização documental.	Número de clientes digitais ativos: 23103 Número total de clientes ativos: 39614 % clientes digitais ativos: 58%	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação
MDR-M_02	Metodologias e pressupostos da métrica	Monitorização mensal em Comité de Rede, Marketing e Canais; relatórios de acompanhamento elaborados por fornecedores de tecnologia; avaliação de indicadores de utilização e adesão por clientes.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação
MDR-M_03	Validação externa da métrica	Atualmente, as métricas são validadas internamente pelos comités do Banco. Não existe, até ao momento, um mecanismo formal de validação externa independente.		N/A
MDR-TI Monitorização da eficácia das políticas e ações através de metas				
MDR-T_14	Prazo para definição de metas mensuráveis	-		N/A
MDR-T_15	Razões para não definir metas mensuráveis	O Banco encontra-se numa fase de implementação e consolidação de projetos digitais (Credibox, abertura de conta online, app BI Móvel renovada, assinaturas digitais). Apesar de serem acompanhados através de indicadores internos, ainda não foram formalizadas metas quantitativas públicas, dado o carácter evolutivo e experimental de algumas soluções tecnológicas.		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação
MDR-T_16	Monitorização da eficácia das políticas e ações	A eficácia é monitorizada de forma contínua através de: - Acompanhamento mensal em Comité de Rede, Marketing e Canais; - Relatórios individualizados por projeto e fornecedor; - Indicadores operacionais (número de contas abertas online, processos de crédito digitalizados, clientes ativos na app BI Móvel, percentagem de processos automatizados).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação
MDR-T_17	Processos de monitorização da eficácia	São utilizados processos de reporte mensal em comités internos, com validação pelos responsáveis de negócio e tecnologia, bem como pelo Conselho de Administração quando aplicável. O acompanhamento inclui riscos associados (operacional, reputacional, cibernético e tecnológico).		Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação



MDR-T_18	Nível de ambição e indicadores de progresso	O nível de ambição é elevado, com o objetivo de: - Digitalizar progressivamente os processos críticos (crédito, abertura de contas, assinaturas); - Reduzir ao máximo o uso de papel; - Aumentar a taxa de adesão aos canais digitais. Os indicadores de progresso são principalmente qualitativos, baseados em relatórios de utilização e evolução dos projetos.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação
MDR-T_19	Ano base para medição do progresso	As principais iniciativas digitais (Credibox e renovação da app BI Móvel) foram iniciadas e 2023, servindo de referência para acompanhar o progresso nos anos seguintes, sendo que as iniciativas iniciadas nos anos seguintes deverão ter como ano de referência o ano que forem implementadas efetivamente.	Informação complementar: Compromisso com a integridade e a confiança > Transformação Digital e Inovação



Ficha técnica

Título | Relatório de Sustentabilidade 2024-2025

Propriedade | Banco Interatlântico

Gabinete | Gabinete de Suporte aos Conselhos e Comissões

Consultores | The Equator Company

Direção de Arte e Produção | Completar

Data de edição | Completar

